

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TECNOLOGIAS, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

JOSÉ MARCELO ALENCAR DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ MARCELO ALENCAR DE OLIVEIRA

TECNOLOGIAS, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Goulart Barreto

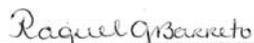
**Rio de Janeiro
2007**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado intitulada “Tecnologias, Sociedade e Educação”
elaborada por José Marcelo Alencar de Oliveira, aprovada pela Banca Examinadora.

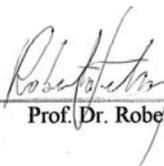
Rio de Janeiro, 16 de março de 2007.



Prof.^a Dr.^a Raquel Goulart Barreto
(orientadora)



Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Rangel Tura



Prof. Dr. Roberto Leher

*Este trabalho é dedicado
aos meus pais Elizeu e Maria Socorro
que sempre privilegiaram os estudos em
minha vida, em meio ao caos do mundo que
encontramos.*

Agradecimentos

À minha orientadora Raquel Goulart Barreto que sempre esteve presente durante todo o percurso da minha formação, por todos os ensinamentos e momentos descontraídos que vivemos, e pelas leituras fascinantes que me desafiaram a escrever este trabalho.

Aos amigos Valter Filé e André Brown que se tornaram grandes figuras na minha vida, por todas as conversas incríveis e, principalmente, por terem me trazido para este lugar.

À Nilda Alves e Claudia Rodrigues por toda a atenção inicial e pelo percurso maravilhoso.

A todas as integrantes do grupo de pesquisa Comunicação e Educação pelas discussões que enriqueceram este trabalho e por dividirmos momentos tão importantes em minha vida profissional.

Aos amigos Moisés Arioza, Alex Coelho, Laudeci Martins, Ada Bazan, Elisabeth Terzic e Alice Carré pela ajuda fundamental no meio do turbilhão de afazeres de suas vidas.

À todas as professoras, professores, alunas e alunos do PROPEd que, em vários momentos se propuseram abrir suas mentes para conversas que certamente estarão, de alguma forma, neste texto.

E a Deus por me permitir a abstração.

RESUMO

Este estudo se propôs a discutir as relações entre tecnologias, sociedade e educação, partindo da análise das relações sociais mediadas pelas tecnologias e visando aos modos pelos quais estas últimas podem ser incorporadas às práticas educativas.

A análise empreendida teve por base revisão bibliográfica que resultou na focalização das tendências: (1) à espetacularização da vida (Debord); (2) à celebração do consumo (Canclini; Sarlo); e (3) à comodificação dos discursos (Fairclough). Para buscar compreender estas tendências, nas suas manifestações concretas, foram privilegiados os conceitos de simulação (Baudrillard) e de imaginário tecnológico (Felinto).

O recorte assumido elegeu produções fílmicas (*A ilha, A rede, A vila, Babel, Denise está chamando, Inteligência artificial, Ilha das Flores, Matrix, O show de Truman e Robôs*) como modo de aproximação das relações objetivadas, não como simples ilustrações, mas como matéria simbólica marcada por auto-reflexibilidade e teorização, com possibilidades de sustentar o exercício crítico no espaço escolar.

Este movimento de apropriação dos produtos culturais está representado pela síntese de duas práticas: (1) o acompanhamento de uma turma de Pesquisa e Práticas Pedagógicas I (Tecnologias na Educação, Curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), cujo trabalho foi desenvolvido a partir de alguns dos filmes acima mencionados; e (2) a introdução de uma rádio no espaço de uma escola pública de ensino fundamental, com destaque para as suas condições objetivas e para as possibilidades ali instauradas.

As conclusões apontam para a superação da tendência de valorizar a presença dos objetos técnicos em si, no sentido de favorecer a apropriação educacional das tecnologias, para além das tendências analisadas ao longo do estudo.

RÉSUMÉ

Cette étude discute les relations entre les technologies, la société et l'éducation, à partir de l'analyse des relations sociales régulées par les technologies, et en reflétant les manières comme ces dernières sont intégrées dans les pratiques éducatives.

L'analyse réalisée a pour base une recherche bibliographique que nous avons centrée sur les tendances suivantes: (1) la société du spectacle (Debord); (2) la célébration de la consommation (Canclini, Sarlo); et (3) la «commodification» des discours (Fairclough). Nous avons essayé de comprendre ces tendances dans leurs manifestations concrètes et nous avons privilégié les concepts de simulation (Baudrillard) et d'imaginaire technologique (Felinto).

Pour développer cette analyse, nous avons choisi les productions filmographiques suivantes: *L'île*, *Le réseau*, *La villa*, *Babel*, *Denise appelle*, *Intelligence Artificielle*, *L'île des fleurs*, *Matrix*, *Le Truman show*, et *les Robots*. Ces choix sont un mode d'approche des relations objectives, non comme une simple illustration, mais en tant que matière symbolique marquée par l'auto-réflexibilité et la théorisation. Et ce, afin de nous donner la possibilité d'appuyer cet exercice critique dans l'espace scolaire.

Ce mouvement d'appropriation des produits culturels est représenté par la synthèse de deux pratiques: (1) l'accompagnement d'un groupe de Recherche et de Pratiques Pédagogiques I (Technologies dans l'éducation, Cours de pédagogie, Université de Rio de Janeiro) dont le travail a été développé à partir des films mentionnés ci-dessus; et (2) l'introduction d'une radio dans une école publique élémentaire, en soulignant les conditions objectives de mise en place et les possibilités que cette réalisation a permis.

Les conclusions de l'étude argumentent contre la tendance de valoriser la présence des objets techniques en tant que tels, et vont dans le sens d'un encouragement à l'appropriation éducative des technologies, ce qui va plus loin que les tendances analysées tout au long de l'étude.

Sumário

TECNOLOGIAS, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO**CAPÍTULO I**

AS RELAÇÕES SOCIAIS MEDIADAS PELAS TECNOLOGIAS.....	10
Simulação: entre Platão e Baudrillard.....	14
Comodificação da vida e fetichização das mercadorias.....	17
Fetichização: consumo imaginário.....	18
“Democratização” na rede: discursos sobre inclusão social.....	23
Os sujeitos pensam a tecnologia.....	26
Dicotomizações, amalgamentos e apropriações.....	28

CAPÍTULO II

TECNOLOGIAS, FRONTEIRAS E DICOTOMIZAÇÕES.....	30
Território, tecnologias e poder.....	30
As flores da ilha dos homens.....	34
Espaço rugoso e espaço liso: a compressão do tempo e a superação do espaço.....	36
A atualidade do virtual.....	38
O espaço escolar: reconfigurações na sociedade contemporânea.....	49
Desescolarização: revisitando Illich.....	40
O enredo das reconfigurações.....	43
Tecnologias e sujeitos: uma leitura através de filmes.....	45
A negação do mundo “exterior” (o mais distante possível da civilização, mas dentro dela).....	47
O simulacro do amor: o humano x o maquínico.....	50
Orgânico, artificial... humano?.....	54
Tecnologias e mediações: comunicação pode ser distância.....	57
A vida como um <i>reality show</i>	59
Democracia na rede: veneno e remédio.....	62
Do imaginário ao real.....	66

CAPÍTULO III

A TORRE DE BABEL HORIZONTAL: produção e circulação do conhecimento.....	69
Babel: vidas cruzadas e isoladas.....	71
O imaginário tecnológico contemporâneo.....	74
As tecnologias e a produção do conhecimento.....	76
A divinização do self maquinizado: pós-humanismo na rede.....	79
Anjos digitais: a miniaturização das tecnologias.....	80
Ciberespaço e desterritorialização.....	82
Todas as línguas numa única tradução: novos hábitos de consumo.....	82
Uma menção ao pós-modernismo.....	83
“Globalização”, a inevitável palavra?.....	84
O desaparecimento das cidades: as novas interfaces do real.....	88
As silhuetas do panóptico de Bentham.....	93
As silhuetas do panóptico contemporâneo.....	94
Falar de democracia não é democratizar.....	96
Contra o consumo indecente.....	97

CAPÍTULO IV

TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	100
Tendências das políticas educacionais.....	104
Formação de professores – sem acesso x acesso limitado.....	106
Apropriação educacional das TIC: duas práticas.....	110
Na universidade pública.....	112
Na escola pública.....	116
Considerações finais e recomendações.....	118
REFERÊNCIAS.....	120

CAPÍTULO I

AS RELAÇÕES SOCIAIS MEDIADAS PELAS TECNOLOGIAS

As relações sociais mediadas pelas tecnologias podem ser caracterizadas na atualidade como interlocuções que dispensam o contato físico entre os sujeitos. Estas relações estão inscritas numa sociedade marcada pela ideologia da globalização, supondo que a educação deva se adequar aos seus imperativos em nome do futuro, do progresso e da prosperidade (Leher, 1998), rumo a uma suposta sociedade da informação (Mattelart, 2002), em que os novos suportes de leitura e acesso ao conhecimento universalizariam o saber, democratizado em forma de *bytes*, textos escritos, sons e material imagético (Chartier, 1998).

Esta sociedade pode ser caracterizada pela espetacularização da vida, que contempla sua existência fragmentada em *pseudopráticas* (Debord, 1997), culminando num processo de consumo efetivo, em que um controle intenso e sutil também abre possibilidades de resistência através dos usos não previstos destes objetos, equipamentos, relações, enfim, qualquer produto que é oferecido e faz parte das práticas diversas do consumo, finalidade última da civilização contemporânea.

Beatriz Sarlo (2001, p. 27) nos mostra algumas modificações nas relações sociais quando os hábitos de consumo são reconfigurados, assumindo a forma pura e simples do ato de compra por ele mesmo. Cita como exemplo o caso do consumidor compulsivo, que classifica como *coleccionador às avessas*, aquele que não coleciona mais objetos raros e sim atos de compra que podem ser raros pela novidade instantânea de seu surgimento no mercado. Isto revela a perda do sentido na aquisição dos objetos quando estes não se encontram mais nas vitrines das lojas. O

desejo nunca é satisfeito, pois existem sempre objetos novos sendo postos nas vitrines. O consumo é, assim, uma compulsão que acompanha a produção frenética dos novos objetos disponíveis à compra.

Para Baudrillard (1991), vivemos numa constante simulação da vida, em que a racionalidade é dispensável na medida em que consumimos modelos do real que somente precisam de uma compreensão de caráter operacional para “existirem”. Esta simulação pode ser visualizada em algumas práticas sociais que são realizadas com a utilização de equipamentos que permitem simular alguns aspectos das relações pessoais como: encontros, não só através da internet, mas restritos a ela; conversas utilizando-se textos digitados simultaneamente no computador, pelos usuários; em viagens a lugares distantes, proporcionadas pela contemplação de imagens e informações reunidas em *sites* ou enviadas diretamente por alguém para alguma caixa de e-mail; entre outras. As novas relações sociais diretamente ligadas ao uso de tecnologias nos mostram que ainda procuramos uma realidade, mas aquela que possa ser reproduzida artificialmente, o que ocasiona a perda da autonomia racional e existencial. Isto pode ser feito, por exemplo, a partir da utilização de *softwares* de tratamento de imagem.

Esse universo de possibilidades está apoiado num imaginário tecnológico que fetichiza as tecnologias como salvadoras, fazendo associações entre religiosidade e cibercultura e propondo processos de desterritorialização a partir da existência de um ciberespaço (Felinto, 2005). Através dessas tecnologias móveis seriam potencializados processos de territorialização e desterritorialização traduzindo-se em dinâmicas de controle e acesso à informação. “O ciberespaço e as tecnologias móveis criam territorializações em meio à tendência global desterritorializante da cultura contemporânea” (Lemos, 2006, p. 3.703). Assim, todas as instituições, empresas, grupos e indivíduos poderiam “estar” neste espaço virtual, que representa uma possibilidade de acontecimentos e, considerando nossas estruturas cognitivas, uma suposta

independência do *aqui* (Lévy, 1996) propiciaria uma interação através desses grupos. O virtual é, assim, uma dimensão da realidade e traz novas discussões sobre as relações sociais, a partir da mediação das tecnologias.

Os sujeitos sempre buscaram a tecnologia, de uma forma ou de outra, na história da humanidade. Podemos afirmar isto sem a necessidade de uma linha do tempo que localizasse uma época em que o homem fosse um “ser puramente natural”, destituído de qualquer prática que pudesse ser associada ao uso de algum objeto, por mais rústico que fosse, no seu auxílio, fosse ele qual fosse. E sendo assim, podemos reforçar esta idéia dizendo que o homem possui um saber tecnológico e que nossa cultura sempre foi tecnológica. Dizer que o homem é um ser tecnológico é arriscar uma associação demasiado tecnicista. O ser humano se utiliza dessas tecnologias que ele inventa e reinventa na sua concepção e nas suas práticas, através do uso desses objetos, de equipamentos, os mais sofisticados que o seu conhecimento permitiu.

Na sociedade atual, a produção e o consumo assumem características que serão trabalhadas a partir das quatro tendências já esboçadas: simulação, fetichização, “democratização” e comodificação. Se considerarmos que esses dois movimentos, produção e consumo estão intimamente ligados, pressupõem uma constante novidade em suas práticas que visem, por um lado, uma produção cada vez mais veloz e com menor custo, e por outro um consumidor mais frenético, ou seja, todas as esferas da vida estariam ligadas a algum tipo de consumo e todas as estratégias seriam criadas para garantir este movimento.

As tecnologias da era informática supostamente apontam para uma superação dos limites humanos e das fronteiras entre os diferentes grupos: os homens estariam mais próximos da superação dos problemas da sociedade por estarem cada vez mais próximos das tecnologias. Diante do avanço do conhecimento da micro-informática, vinculado às práticas de produção massiva do consumo que o mercado, dentro da lógica do capitalismo, impõe, os avanços

tecnológicos são apresentados como os avanços da humanidade e, embora sua utilização pressuponha uma distância entre os sujeitos que se utilizam destas, a interação dos sujeitos está gradativamente associada ao uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

O que há de novo nas TIC é que elas proporcionam uma interação entre os sujeitos sem a necessidade de uma proximidade física, permitindo uma maior mobilidade dos sujeitos, até certo ponto, de se locomoverem, através de impulsos elétricos (telefone), ou através de *bytes* (via internet). Essas relações incluem a produção imagética e simbólica na representação da realidade, determinando o que sentimos a partir de um universo virtual paralelo, evitando outros enfrentamentos (Zizek, 2005).

Um dos questionamentos mais importantes a respeito das relações sociais mediadas pelas tecnologias é a perda da objetividade social. Esta objetividade pode ser pensada nos termos que Marx definiu para mercadoria e trabalho: o corpo físico da mercadoria contém sua objetividade física, já o corpo social do trabalho compreende uma relação e, portanto, uma objetividade social que o trabalhador reconhece nessa mercadoria a partir do seu trabalho (Duarte, 2002).

Nesta sociedade, podemos perceber a tendência à virtualização do ensino, que pode ser resumida como o movimento de um “não se aprende somente na escola para não se aprende na escola” (Barreto et al, 2005, p.18). Essa tendência expressa, como nos mostram as autoras, o que poderia ser caracterizado como um “paradigma educacional emergente” (p. 20). Este paradigma sugere a possibilidade de interagir livremente através do acesso a internet onde, por exemplo, uma educação desterritorializada, desvinculada, de certa forma, das práticas que norteiam suas ações, e que seriam propiciadas por essas tecnologias da informática através de novos processos cognitivos, em novos ambientes.

Ambiente, a rigor, é palavra-chave definidora desta tendência, que dimensiona a *web* como a possibilidade maior para o desenvolvimento dos novos processos educativos, destacando as comunidades virtuais como alternativa ao processo

formativo. As variações detectadas nestes estudos se localizam nas razões que justificam a opção pelo espaço de formação virtual, mas todas o recomendam, utilizando-se de diferentes denominações (ambientes telemáticos; pedagogia dos multimeios; redes comunicacionais; redes de cooperação mútua; comunidade virtual; ambiente web; etc.) (idem, ibidem).

O ensino a distância tem sido a tônica das políticas educacionais. Nestes programas está previsto o uso das TIC na educação, na perspectiva de substituição tecnológica do trabalho docente, acompanhando um movimento de democratização que só funciona como discurso, distribuído nos vários *sites* da rede mundial de computadores, como se todos tivessem igual acesso a esta e, ainda, como se todo o conhecimento produzido estivesse, de fato, ali disponível.

É preciso, então, discutir as reconfigurações das relações sociais mediadas pelas tecnologias, considerando o movimento na sociedade e no espaço escolar, que vão sendo gradativamente associados a um espaço virtual, na tendência de reconfiguração do espaço escolar e do trabalho docente, a partir da abertura das novas possibilidades educacionais que as TIC trazem (Barreto, 2002).

Simulação: entre Platão e Baudrillard

No Livro do Gênesis, e na perspectiva de Platão, Adão e seus filhos, após o pecado original, perdem a condição de cópias do divino, seres feitos à imagem e semelhança de Deus, para assumir a de simulacro: imagem (externa) sem semelhança (interna) (Barreto e Oliveira, 2006).

Jean Baudrillard (1991, *op. cit*) nos fala de um hiper-real, onde modelos da realidade dominam, ocupando o lugar do real. Os signos são representações que englobam também as imagens que precedem as coisas que representam. Para o autor, vivemos uma época onde são

criadas, através dos signos, novas estruturas diferenciais que ultrapassam qualquer conhecimento atual. Na obra *Simulacros e simulação*, ele defende que não há mais sentido nas coisas, que a verdade foi substituída por falsificações, simulacros. Ele traz uma dissociação elucidativa para se pensar o que não é a simulação: “Simular é fingir ter o que não se tem. Dissimular é fingir não ter o que se tem” (Baudrillard, *op. cit.*, p. 9-10).

Embora Baudrillard não tenha se referido especificamente às tecnologias, seu trabalho sobre simulacros e simulação tem sido associado a estas, como na trilogia *Matrix*, dos irmãos Wachowski. O filme é analisado por Felinto (2005), que chama a atenção para a convergência contemporânea entre os campos, modernamente divergentes, da religião e da ciência, considerando que até fins da Idade Média, “ciência, filosofia e religião ainda formavam uma trama ideológica complexa e inextricável” (p.13). No momento atual, o autor identifica a associação da tecnologia a um impulso religioso de transcendência, caracterizando a *gnose* como *forma mentis*. A análise do autor também norteará outras discussões no decorrer do trabalho, especialmente no terceiro capítulo.

A tese do texto de Felinto aponta para a promiscuidade do diálogo entre referências filosóficas, religiosas e da cultura de massas, como se fizessem parte do mesmo universo. No filme, o oráculo está na cozinha; Neo é o salvador de si mesmo; a *Matrix*, só os escolhidos “conhecem de fato”. Não fica claro se tudo aquilo aconteceu ou não, mesmo que o personagem principal tenha penetrado na *Matrix* ao ser ele reduzido a um núcleo, a um código, em forma de comprimidos. É mencionado o projeto nietzscheano quando se discute a ausência da história como característica da temporalidade pós-moderna: “a doutrina do eterno retorno que prega a repetição infundável do mesmo, destrói todo o sentido possível do processo histórico” (idem, p.15). O filme é uma grande colagem de micro-universos e imagens fantásticas que servem de fundo a variações de lutas de *kung-fu*. Assim, sob os alardes de promessas de soluções

instantâneas para os problemas da modernidade, o projeto social desaparece e avança o do mercado: não apenas virtualmente, mas “espiritualmente” e materialmente, em uma "nova sociedade".

Felinto resume o filme como sendo “uma alegoria invertida desse *brave new world*” (idem, *ibidem*, 31); “um sonho; melhor, um pesadelo no qual toda uma civilização se vê imersa, adormecida, inconsciente e do qual por vezes tenta desesperadamente acordar” (idem, p. 13). Conclui que o filme pode ser lido como uma síntese conflitiva de certos elementos estruturais da cultura “pós-moderna”.

Sobre a pós-modernidade, Wood (1999) nos diz que:

O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, idéias gerais de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a “diferença”: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e “conhecimentos” particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos (p. 12).

A autora vai caracterizar o pós-modernismo como “um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos” (p.13), em que a política é excluída para ceder lugar às lutas fragmentadas que, neste sentido, representam o caráter variável e incerto das nossas identidades, o que impossibilita pensarmos em “uma identidade social (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns” (idem).

O próprio Baudrillard nega a sua caracterização como um dos pensadores ditos pós-modernos, e nos traz uma noção, pelo menos, do que não seria pós-modernidade:

A noção de pós-modernidade não passa de uma forma irresponsável de abordagem pseudocientífica dos fenômenos. Trata-se de um sistema de interpretações a partir de uma palavra com crédito ilimitado, que pode ser aplicada a qualquer coisa. Seria piada chamá-la de conceito teórico.¹

¹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT550009-1666,00.html>. Acesso em: 02 dez. 2006.

Assim, dentre os conflitos gerados pela afirmação de particularismos e o desejo do universal compartilhado por todos, distingue-se uma promessa que tem muitas implicações. A principal é uma pretensa felicidade para cada grupo, através de práticas isoladas como resposta à globalização neoliberal e sua destruição ocasionada por esse isolamento dentro da mesma perspectiva neoliberal (Santos, 2004, p.777), sem um projeto social que contemple as necessidades mais importantes de todos. Contra um temido totalitarismo, é proposta uma fragmentação que pode resultar na perda das experiências sociais. Mas, qual a experiência social seria realmente eficaz para a solução desses problemas?

Comodificação da vida e fetichização das mercadorias

Souza (2006, p.3) identifica mudanças macrossociais no patamar da educação que, nos últimos vinte anos, tem retornado ao centro das discussões políticas. Os Estados hegemônicos e organismos multilaterais orientam mudanças macroeconômicas globais que subentendem acordos entre os demais países ocasionando mudanças significativas, pois

a educação passa por transformações de sua identidade histórica: de direito de cidadania – herdado do ideário liberal, da Revolução Francesa e do Estado de Bem-Estar, ou socialista – parece transformar-se a cada dia em um *bem privado* ou *mercantil*, isto é, moeda de troca entre indivíduos, entre indivíduos e organizações comerciais nacionais ou transnacionais, e mesmo entre nações nas suas transações mercantes.

Essas mudanças vão ocasionar o que Fairclough (2001) chamou de comodificação ao analisar as relações entre discurso e mudança social. Para ele, comodificação é

O processo pelo qual os domínios e as instituições, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. (p. 255)

A mudança social passa, necessariamente, pelas novas formas de consumo quando o sistema capitalista é colocado como realizador dos desejos humanos, a partir da aquisição de produtos que supririam as necessidades criadas por este mesmo sistema. “A transformação do desejo humano em mercadoria é o que caracteriza então o fetichismo” (Souza, *op. cit.*, p. 4).

Fetichização: consumo imaginário

Focalizando as ressignificações promovidas pelos modos de incorporação das TIC às práticas sociais, apontamos uma fragmentação das relações na forma de espetáculo da sociedade contemporânea. Esta fragmentação posiciona os indivíduos de forma que contemplem e consumam imagens daquilo que lhes falta em sua existência. Um dos pontos que destacamos é um individualismo condicional às novas formas de comunicação que contraditoriamente distanciam para aproximar.

A fetichização pode ser compreendida nos termos em que propôs Marx. O fundamento marxista de fetichização das mercadorias destaca a alienação do trabalhador que, não se reconhecendo mais naquelas mercadorias que produziu, deve ser induzido a consumi-las a partir de novos sentidos, da produção de um desejo que tem no fetiche sua garantia de consumo desta. Para Kehl (2004, p. 75), o fetichismo da mercadoria é o resultado de uma “operação que oculta, sob a aparente equivalência objetiva das mercadorias, as diferenças – sob as formas de dominação e exploração – entre os homens que as produziram”. Às mercadorias, que podem ser algum tipo de tecnologias, são atribuídos valores e significados que elas não contemplam, de fato. Isso pode acontecer não somente com objetos produzidos, mas com o corpo também que pode ser produzido e reproduzido de acordo com a vontade (e disponibilidade financeira) do cliente.

O volante direito do quadro *O jardim das delícias*, de Hieronymus Bosch, talvez seja uma das representações mais assustadoras do castigo. Este volante faz parte de uma obra prima que inclui, em seu lado esquerdo, o paraíso. A pintura mostra vários condenados sofrendo as mais terríveis torturas entre demônios, animais fantásticos, caçadores sendo caçados pela sua caça, vítimas dos seus maiores temores. Neste vemos o corpo em várias cenas de castigo. Este corpo é aproveitado pelo mercado de produtos eróticos que exploram fetiches ligados a práticas sadomasoquistas², para a venda de produtos que satisfaçam tais fantasias. Bosch pintou o homem por dentro e conseqüentemente pintou os seus medos. Sendo fiel à sua época, as representações mágicas da humanidade caída no pecado certamente fazem parte do mundo espiritual da Idade Média.

A igreja católica, na Idade Média, explicava as ações do homem através da posse de sua alma, ao passo que na modernidade, os cientistas o faziam através da posse da sua mente. Ambas as formas submetiam os corpos a um comportamento inerente às manifestações dessa mente ou alma. Este corpo era (e ainda pode ser) concebido como duas naturezas, uma divina e outra material; uma mental e outra física. Descrever a grandiosidade e a maestria da obra de Bosch é um trabalho que só poderia ser feito ao contemplá-la. A sua menção aqui situa um quadro de referências das representações dos temores que circulavam na época de sua concepção, por volta de 1500, ano da morte do seu criador.

Estamos falando, especificamente, do medo como dispositivo de controle. Os diversos dispositivos de controle que podemos identificar na prevenção da violência, alguns deles vão permitir que façamos compras, por exemplo, sem sair de casa (dispositivos de segurança), na

² Os objetos podem ser prendedores de mamilos, chicotes grandes, roupas de vinil ou couro e cintos de castidade, principalmente os masculinos. "Geralmente os homens são dominados pelas mulheres e se submetem aos seus caprichos. Muitos deles gostam de passar o dia com o cinto de castidade para que apenas a sua parceira tenha controle da excitação e o libere". Disponível em: <http://www.terra.com.br/mulher/sexo/2004/04/28/003.htm>. Acesso em: 08 jan. 2007.

modificação dos corpos por uma estética ditada pelos padrões de beleza que a mídia vende (dispositivos de inclusão), entre outros que submetem os corpos àquilo que lhe é estranho.

O corpo está no cerne das discussões sobre a sociedade contemporânea. A dimensão da sua centralidade é feita necessária pela materialização e desmaterialização que as práticas sociais apresentam. O corpo é moldado, o corpo é esquecido, o corpo não precisa mais se locomover tanto, na medida em que a compressão do tempo e espaço subentende uma velocidade, uma mobilidade que dispensaria o uso de “tal equipamento”. É também através da cópia desse corpo em diferentes graus de exatidão e substituição que se sustenta a idéia de mobilidade e universalização da cultura, do saber, do homem codificado. Esse homem codificado seria o oposto do super-homem de Nietzsche: indefeso, estúpido, mínimo? Esse homem que, aparentemente programa o seu corpo e ação, poderia tudo realizar. Mas onde? Como?

O corpo também pode ser transformado em fetiche, passando a ser objeto. Podemos observar a fetichização do corpo na moda, acompanhando também o movimento de atribuir sentidos que não aqueles da concepção de algum objeto. Nos termos de Villaça (2004, p.1), algumas noções podem ser apontadas: “substituição enganosa, determinada pela má-fé (fetichismo da mercadoria na produção capitalista); credence e ingenuidade (implícita na transcendência dos fetiches em sociedades primitivas); substituição de cunho perverso (fruto de fantasias sexuais na versão freudiana)”.

Neste movimento, é possível atribuir outros significados às mercadorias para além da sua concepção, o que implica um processo em que são apagados os rastros das relações sociais que as produziram. Os signos são estratificados e os valores produzidos hegemonicamente através da cultura. As disputas de poder estão investidas de disputas de sentidos, dentro de uma construção entre indivíduos e grupos sociais. Os “objetos inanimados tornam-se objetos de culto, objetos de desejo, objetos de medo, alimento terrestre de nossas paixões e obsessões” (p.7). Essa construção

pode ser visualizada dentro do universo da moda e, principalmente, na relação desta com o corpo, ao qual se destinaria como utilidade. Neste universo, de produção e consumo, vemos que o corpo biológico é desvalorizado em prol do corpo mercadoria: a moda apropria-se indiferentemente tanto dos signos leves (moda, corpo, objetos), quanto dos pesados (políticos, morais, econômicos, científicos).

Desta forma, “a apropriação do fetichismo evolui de acordo com as mudanças de atitudes em relação à expressão sexual, ao desvio e ao entendimento dos estilos eróticos perversos”. (p.3). Os anúncios de *griffes* nos mostram corpos que vendem roupas e outros corpos que não são exatamente aqueles de seus consumidores: vendem-se determinadas fantasias enquanto outras são inibidas.

O pensamento de Baudrillard, em *La société de consommation: ses mythes ses structures*, nos dá pistas para a compreensão “do desenvolvimento do imaginário da moda e da dinâmica corporal em direção a forma negativa do fetiche (...) numa perspectiva marxista, procurando evidenciar uma economia política do signo e suas estratégias de sedução: a moda impede a expressão do desejo (o corpo, a sexualidade e as relações políticas e sociais são desenhadas e projetadas” (1987, p.4). Esta profusão dos signos é vista pelo autor como um “sintoma do papel exercido pelo medo de castração, como forma de controlar esta ameaça: fetichismo e denegação” (idem).

Villaça (*op. cit*) afirma que pontes imaginárias são estabelecidas através dos fetiches como

metamorfoses do exterior em interior, do corpo em espírito, da percepção externa em imagem interna. [...] No *marketing* da moda contemporânea, assistimos, por sua vez, a um esvaziamento de sentido que provém basicamente do lado mercadoria da cultura e se liga ao fetiche na sua versão negativa decantada por Marx (p.6).

Acrescenta que “a moda, mais do que servir de complemento ao corpo, compete com ele” (p. 5). Citando Hugo Denizard, a autora destaca ainda que “a moda sempre viu o corpo como empecilho para a experimentação. Secretamente sempre lhe desejou a morte, a moda não quer vestir o corpo: ela quer criar um corpo que lhe sirva de complemento” (p. 5- 6).

Referindo-se ao contexto mágico, antropológico e religioso do fetiche, ressalta o “fronteiriço entre o real e o imaginário”, localizando uma “crise das representações que ameaça nos levar à perda da esperança e da crença. Considerando uma “evolução da relação moda fetiche dos anos 60 aos anos 2000”, existiria uma “ambivalência entre fantasia e realidade que é basicamente o que nos mantém em processo de criação” (p.6).

Se nos perguntarmos o que um anúncio de uma cervejaria vende quando apresenta uma mulher quase travestida de cerveja, vestindo o seu rótulo, poderíamos chegar a duas conclusões óbvias: cervejas e mulheres. Como mulheres não são vendidas, pelo menos assim, a ilusão de consumir a cerveja como se “consumiria” uma mulher (objeto) assume a forma de fetiche no objeto/mercadoria cerveja. Temos aí álcool, sexo, estilo de vida, ideal de beleza etc. Mas não temos uma mulher como ser humano feminino e nem uma cerveja simplesmente como uma bebida alcoólica. Temos dois símbolos que reforçam um outro sentido, fixado no imaginário. Podemos até atribuir à comunicação o poder de “suscitar a disputa de posições e sentidos que, certamente passarão pelo reinvestimento simbólico de objetos” (p. 6), como conclui a autora do texto aqui sintetizado, mas não podemos deixar de ver o fetiche como forma de legitimação do consumo de mercadorias: do corpo e da moda intermediando relações, em última instância, comerciais. Um interminável processo de ressignificação dos objetos, das relações em prol do consumo, da produção capitalista nos mostram que as marcas não vendem mercadorias e sim uma idéia, um estilo, um conceito, um sonho.

A produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produção significa trabalho, mesmo escravo. O consumo deve ser orientado, justificado e instituído para ser aceito. Como fazer então para que a culpa desapareça e nossos impulsos menos verdadeiros floresçam? Uma resposta provável seria a fetichização das mercadorias em princípio, depois abrangendo outras áreas, mas sempre ligadas a essas na base.

Reconstituindo a história do imperialismo, Mészáros (2003, p. 53) nos diz que “entramos na mais perigosa fase do imperialismo em toda a história; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região em particular do planeta (...), mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica”. Isso inclui meios extremamente autoritários e violentos, como a força militar, e meios sutis como a comodificação que traz para dentro da esfera do mercado, outras que não fazem parte desta, como a educação, criando pacotes educativos, a baixo custo, para os países importadores. É importante verificar como as práticas sociais estão colocando as tecnologias no centro e descentrando o humano, principalmente em relação às ordens de discursos institucionais que atribuem, através de deslocamentos semânticos, o sentido de produção de mercadoria àquilo que não o é (Fairclough, *op.cit.*).

“Democratização” na rede: discursos sobre inclusão social

Falar de democratização, dentro do recorte das tecnologias, é localizar as mudanças nos formatos das produções textuais e suas respectivas leituras. Chartier (*op. cit.*), fazendo uma crítica às novas formas de leituras que a internet pode exigir, nos lembra que existia “uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso” (p. 9). De Gutenberg à internet, podemos observar mudanças significativas na produção textual. As mãos

mecânicas que passaram a manusear a feitura dos livros foram consideradas mais frias que aquelas que o faziam diretamente em produção artesanal. Esse avanço no modo de produção pressupunha uma maior aquisição de livros por parte dos leitores.

Se pensarmos num tempo em que os textos não só estariam todos disponíveis num mesmo espaço (virtual), mas que cada um que os acessasse poderia escrever um novo texto e torná-lo disponível, poderíamos imaginar que através dessa grande produção textual e acesso seria possível democratizar o conhecimento. Uma produção mais veloz proporcionada pelas tecnologias e um acesso a que todos teriam direito. Essa idéia está colocada, de certa forma, em toda produção disponível na internet, onde diferentes grupos estariam dialogando em diferentes realidades através da rede mundial de computadores, simultaneamente, baixando ou enviando arquivos.

A organização da sociedade global divide o mundo entre os lentos e os rápidos. Assim, a suposta revolução da informação "aumenta o fosso entre os países ricos e os países pobres, entre os ricos e os pobres em cada país" (Dertouzos *apud* Mattelart, 2002, p. 163). O exercício democrático, a partir da tendência da virtualização das relações sociais através de um espaço virtual, exclui aqueles que não têm o acesso suficiente à informação que circula, mesmo que estejam participando do ciberespaço e se comunicando com outras pessoas. Uma fratura digital, uma linha divisória entre os info-ricos e os info-pobres (Mattelart, 2002, p. 159) deve ser considerada quando se fala em democratização através das tecnologias como mediadoras das relações sociais.

Para Canclini (2005), "a midiatização afasta, esfria, e, ao mesmo tempo, a interconectividade proporciona sensações de proximidade e simultaneidade" (p. 210). Desta forma, a cultura e a vida cotidiana são reestruturadas pela "abundância inesgotável de informações e entretenimento e, ao mesmo tempo, o acesso a fragmentos numa ordem pouco

sistemática ou francamente casual" (p. 216-217). As possibilidades de reinventar-se que são oferecidas aos sujeitos não garantem direitos nem aos sujeitos, nem às suas identidades esvaziadas.

Abordando o sonho da biblioteca de Alexandria, como reunião de todo o conhecimento produzido, Chartier (*op. cit.*, p. 133) afirma que “a comunicação a distância, livre e imediata, propiciada pelas redes eletrônicas, dá um novo alento a este sonho, em que toda a humanidade participaria do intercâmbio dos julgamentos”. Isso seria possível se considerássemos apenas as características culturais dos diferentes grupos e sujeitos que coubessem nas mutações técnicas que o mercado promove. Diferentemente do que está posto como uma sociedade globalizada, vemos que os grupos estão cada vez mais isolados e progressivamente se distanciam da possibilidade de compartilhar qualquer referencial comum.

Diante de uma aproximação maior entre o humano e o maquínico, nas diversas relações que compreendem a construção e a desconstrução de fronteiras que o acesso ao conhecimento via tecnologias proporciona, considerando também que são dispositivos de controle, queremos sugerir que a sociedade está imersa numa concepção de liberdade que deságua no consumo, o que nos mostra que estamos cada vez mais controlados, submissos, dóceis, diante de uma paisagem que se pretende sintética, mas que representa a vida em fragmentos, em produtos a serem consumidos na velocidade de um instante, tornando constante a necessidade do ato de compra e fazendo sucumbir os referenciais de humanidade e solidariedade que também fazem parte do universo educativo.

É desta forma que identificamos processos de “democratização” que estão em curso na sociedade, principalmente quando se fala em consumo e acesso aos meios de comunicação, numa proliferação infinda de discursos de *inclusão digital* como se fossem de *inclusão social*.

Os sujeitos pensam a tecnologia

Diante da leitura apresentada sobre o uso das TIC na sociedade e na educação, são as seguintes as questões norteadoras da pesquisa:

- a) Quais são os modos pelos quais a aposta nas tecnologias tem se concretizado?;
- b) Quais têm sido as implicações desta aposta para a educação?; e
- c) Partindo da hipótese de trabalho de que (a) e (b) impliquem simplificações, quais são as alternativas para superá-las?

Discutimos as implicações que o uso das tecnologias traz para as relações sociais, e principalmente para a educação, dentro do espaço escolar, focalizando o uso das tecnologias na formação de professores, com destaque para “as dimensões ideológicas, econômicas e político-pedagógicas que o sustentam” (Barreto, 2003, p. 10). As discussões dessas dimensões estão desmembradas em seções posteriores quando abordamos, entre outros assuntos: as concepções de globalização e pós-modernidade, apostando numa liberdade do indivíduo e numa sujeição do Estado às determinações do mercado; na produção e consumo abarcando todas as esferas da vida, inclusive numa tendência da educação transformada em mercadoria e outros novos hábitos de consumo; e nas tensões entre as determinações das políticas públicas de educação a distancia (EAD) e as apropriações não previstas dessas tecnologias no espaço escolar.

Para que a discussão do uso das tecnologias nas relações sociais, especificamente no espaço escolar, pudesse ser apresentada aqui, foi feita uma revisão bibliográfica ampla, abrangendo as produções fílmicas, contemplando:

- 1) As principais concepções de contemporaneidade da sociedade, com destaque para as relações entre produção e consumo em quatro conceitos principais relacionados com o tema proposto: *simulação, fetichização, democratização e comodificação*; e

- 2) A crítica à sociedade feita não somente nos espaços formais de discussão, como a universidade ou a escola, mas também através dos produtos culturais, como o cinema e outras linguagens que circulam na sociedade, mas que raramente estão disponíveis no espaço escolar, como o rádio.

Tratamos das questões acima colocadas discutindo duas práticas educativas que foram desenvolvidas com a incorporação das tecnologias. A primeira compreende a discussão da apropriação das produções fílmicas em sala de aula, com professoras em início de formação, em turma da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica (1º período), do Curso de Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, cuja proposta é “estimular um diálogo entre docentes e discentes considerando o espaço/tempo curricular como o encontro de múltiplos componentes curriculares, permitindo uma maior visão dos campos de formação do pedagogo” (UERJ, 2006, s/p), o que possibilitou uma sistematização de possibilidades de abordagem, no espaço escolar, das questões sociais mais amplas e dos produtos culturais a que nem todos têm acesso fora deste espaço.

Na segunda, é feita também uma reflexão acerca da incorporação de uma rádio na Escola Adalgisa Monteiro. Para isso, levantamos algumas questões relativas ao uso de novas linguagens dentro do espaço escolar, destacando aspectos da apropriação das novas formas de comunicação e articulação de linguagens. A análise vai considerar espaço e objetos instituídos e o estranhamento de outros não previstos, fazendo surgir novos movimentos e formas de interação entre os sujeitos participantes.

Felinto (*op.cit.*), ao tratar do encaminhamento teórico-metodológico das relações sociais sustentadas pelas TIC, tece uma consideração fundamental ao presente estudo. Observa que “enquanto a reflexão teórica assume ares de narrativa ficcional e fomentadora da absoluta liberdade do leitor, os produtos da cultura (romances, filmes, obras de arte) tornam-se cada vez

mais auto-reflexivos e teóricos” (p.125). É a partir dela que são aqui analisadas: a utilização de produções fílmicas e o trabalho com novas linguagens no espaço escolar. Nesses termos, a crítica à mistificação tecnológica e as possibilidades de fortalecimento da escola pela apropriação das TIC passam pela discussão sistemática dos produtos da cultura.

Dicotomizações, amalgamentos e apropriações

Pudemos perceber, através da conceituação apresentada, que as relações entre os sujeitos e as tecnologias incluem alterações nas relações sociais, principalmente nas práticas de consumo e no lugar atribuído às TIC como solução para a comunicação entre os diversos grupos na sociedade, deixando à margem das discussões, a questão das desigualdades. Dentre as implicações mais importantes que merecem destaque nesta formulação, destacamos três pontos-chave na utilização das TIC nas relações sociais em três capítulos distintos: as concepções de território diante da possibilidade de desterritorialização no ciberespaço, nas relações entre sujeitos e tecnologias: *dicotomizações* (capítulo II); uma crítica à suposta democratização do conhecimento e a conseqüente inclusão social através dos meios tecnológicos digitais: *amalgamento* (capítulo III); e a associação simples e direta entre as novas configurações textuais que os novos suportes permitem e os gestos de leitura: *apropriações* (capítulo IV).

No capítulo II, trataremos da discussão de território e das novas possibilidades de territorialização associadas mais às TIC do que às delimitações do espaço físico, revisitando teorias que já nos anos de 1970 defendiam uma escola desterritorializada, focalizando as suas reconfigurações históricas. Neste capítulo também são abordados temas trazidos pelos filmes como possibilidade de crítica à sociedade, através dos produtos culturais. Focalizaremos as ressignificações promovidas pelos modos de incorporação das TIC às práticas sociais, em

produções como: *A ilha*, *Denise está chamando*, *A vila*, *Inteligência Artificial*, *O Show de Truman* e *A rede*. Também são abordadas algumas relações entre cidadãos e consumidores, na perspectiva de inclusão social vinculada à idéia de consumo.

O capítulo III apresenta o que estamos chamando de “A torre de babel horizontal”, que tenta fazer uma crítica ao imaginário tecnológico contemporâneo, pensado como promotor da difusão de uma inclusão social a partir da participação no universo virtual da internet, onde o conhecimento estaria supostamente disponível a todos. Destaca alguns dispositivos de controle em forma de aparatos técnicos ligados aos novos hábitos de consumo, com destaque para a projeção da forma dos corpos ditada pelos padrões de beleza que são divulgados pela mídia. A torre horizontal agruparia diferentes e isolados sujeitos através da rede informática, a partir de concepções de pós-humanismo sustentadas por aqueles que transitam no ciberespaço.

O capítulo IV analisa questões teóricas e práticas fundamentais acerca das TIC nas práticas educativas, destacando a atuação política dos órgãos que legitimam algumas dessas práticas com uso dessas TIC. Enfoca as diferenças entre a utilização de tecnologias em países dos hemisférios Norte e o Sul. O encaminhamento das questões norteadoras da pesquisa inclui a reflexão sobre duas práticas educativas: uma numa escola da rede municipal do Rio de Janeiro, ao introduzir equipamentos não previstos de rádio no seu espaço escolar; e outra na Universidade, numa turma de Pesquisa e Práticas Pedagógicas, com professores em início de sua formação, com proposta de apropriação dos produtos culturais (filmes) como possibilidade de crítica. O referido capítulo sintetiza as questões colocadas e sugere alguns encaminhamentos a partir da análise das práticas e das teorias que guiaram esta pesquisa.

CAPÍTULO II

TECNOLOGIAS, FRONTEIRAS E DICOTOMIZAÇÕES

As reconfigurações nas relações sociais mediadas pelas tecnologias estão apoiadas em redefinições no conceito de território e passam pelas possibilidades de (re)territorialização associadas ao uso das TIC, a partir da promessa de superação do espaço físico através de um espaço virtual. Esta mobilidade, característica dos novos tempos, requer uma análise do conceito de território na Geografia, nas suas estreitas relações com o poder, para pensarmos essa mobilidade no espaço escolar. Abordamos também as relações entre os sujeitos e as tecnologias a partir da análise de alguns filmes para discutir a simulação, a artificialidade, as mediações nas relações pessoais, o distanciamento e a aproximação possíveis entre sujeitos e tecnologias, a partir dos avanços tecnológicos do nosso tempo e da projeção que a ficção nos permite fazer, culminando nos hábitos de consumo, relacionados a estas questões.

Território, tecnologias e poder

As relações de poder sempre estiveram ligadas a concepções de território, que sustentam as disputas de poder, entre as quais se destacam as disputas por territórios, em que se encontra imersa a sociedade. A escola é questionada sobre a sua função e atuação na medida em que estas concepções mudam e reconfiguram o seu espaço de atuação, o seu território, o lugar da sua institucionalização.

As concepções de território que encontramos na geografia, localizando um espaço físico com registro histórico definido e transformado através dos tempos e as noções de um ciberespaço, de um espaço virtual, destituído de registro histórico, onde se localizariam ações desterritorializadas, só nos possibilita, pelas aberturas e imprecisão de seus apontamentos, uma abstração do que seria o território. Podemos pensar também em regiões que seriam uma porção diferenciada do território. Importante é saber quais os critérios estão sendo utilizados para definir o que diferencia um território do outro, trazendo o esclarecimento de que a concepção de território está intimamente ligada à concepção de poder. Por serem indissociáveis, abordamos ambos os conceitos e suas relações.

Para Foucault (2006a), as mudanças ocorridas entre o centro e a periferia não posicionam, ordinariamente, o centro como único parâmetro para definir o que é poder, quem o exerce e quem é dominado por este. Na verdade existem relações de força sempre que existe um poder. Na introdução do mesmo livro, Roberto Machado nos diz que “os poderes funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras(...)”(In: Foucault, 2006a, p.14). Isso põe em xeque a possibilidade de um espaço livre das relações de poder.

O poder também está ligado ao saber nos seguintes termos:

“Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implementação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território” (*op. cit.*, p. 158).

As metáforas espaciais, como sugere Foucault, “permitem perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam *em, através de e a partir* das relações de poder” (idem,

ibidem). Como as relações sociais são construídas em territórios e delimitadas a partir de um espaço existente, vivo, a mudança social, através do discurso, passa, inclusive, pela discussão do espaço atribuído à escola, pelas políticas públicas e por ela mesma. Estes discursos são atravessados pela ideologia da globalização, incluindo o financiamento dessas políticas e determinando ações e formas diferenciadas para diferentes regiões no globo.

Assumindo a crítica da comunicação para o redimensionamento das práticas de comunicação nos espaços escolares, e ao mesmo tempo sem desconsiderar os outros elementos constitutivos das interações humanas, podemos considerar, ainda, o que se pode chamar de “a nova geografia do mundo”, em que as desigualdades e diferenças entre os países acabam ressignificadas na distinção entre os do Norte e os do Sul, como se fossem apenas decorrentes das coordenadas geográficas. Principalmente por essa “nova proposta” de redimensionamento do espaço, é imperativa a análise das diferentes concepções de território que encontramos na geografia.

O território, inscrito num campo de poder e apoiado pela construção de fronteiras que demarcam uma porção diferenciada do espaço, resulta da ação de um ator que realiza esta construção num espaço onde se projetou um trabalho que revela relações marcadas pelo poder. Assim, o autor territorializa o espaço (Raffestin *apud* Bordo et al., 2005, p. 2). O espaço está ligado ao tempo, um não podendo ser dissociado do outro. O território é posterior ao espaço.

Já a análise de Haesbaert classifica o território com diferentes enfoques, em três vertentes básicas: uma *jurídico-política*, que compreende a delimitação e o controle do território exercido pelo Estado; a segunda *cultural(ista)* priorizando as dimensões simbólicas e “mais subjetivas”, através da apropriação do imaginário e/ou identidade social sobre determinado espaço; e a terceira e última, *econômica*, destacando “a desterritorialização em sua perspectiva material,

como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Bordo et al., 2005, p. 3).

Saquet (*apud* Bordo et al) se aproxima de Haesbaert ao considerar as três vertentes apresentadas reciprocamente relacionadas, efetivando um processo social associado “à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (p. 5). As territorialidades são determinadas, assim, pelo poder exercido por forças políticas e de mercado.

Souza (1995, p.79) resume a questão do território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Aqui consideraremos o território como sendo uma construção social realizada a partir da existência do espaço. O mesmo território que abriga uma rua organizada com comércio simples e pessoas passando tranqüilamente com suas famílias pode adquirir nova forma à noite, com a ocupação pela prostituição e pelo comércio ilegal de drogas.

Já Andrade (1995) amplia as idéias acima, apresentando o território como uma amplitude que dissocia espaço e território, trazendo a atuação do capitalismo, ligado diretamente ao território e indiretamente ao espaço, sabendo-se que o território compreende uma área que foi efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc., enquanto o espaço, mais amplo, englobaria também as áreas onde ainda não se territorializaram porções desse espaço. São as fronteiras que permitem uma administração em determinada área geograficamente delimitada.

A leitura múltipla do território em Milton Santos (*apud* Godoy, 2004) propõe mais um item para a compreensão do território: o trabalho. Na análise da produção do espaço, a idéia de produção está ligada ao conceito marxista de *trabalho* e às noções de transformação e mudança. A “produção” implica também a organização do trabalho e dos meios necessários para a sua

realização enquanto produção de valor. Vale lembrar que os meios necessários ao trabalho constituem-se, também, em trabalho. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que se materializa em formas espaciais.

São essas transformações e mudanças que devemos analisar, pensando no trabalho como fator determinante das mudanças significativas ocorridas na sociedade. Uma reconfiguração dos elementos definidores das mudanças espaciais e, conseqüentemente sociais, passa pela compreensão dos processos que territorializam e desterritorializam lugares e ações. Uma outra forma de conceituação do que seria um território pode ser vista no curta-metragem a seguir, que, entre outras coisas, articula imagem e palavra contradizendo uma o sentido da outra, fazendo circular, assim, outros sentidos ao que está sendo dito e visto.

As flores da ilha dos homens

Dentre os vários conceitos que circulam a abstração do território, destacamos um deles que não aparece nos livros ou revistas científicas, mas sim no curta-metragem *Ilha das Flores*, do diretor Jorge Furtado. Neste, uma articulação por convergência de imagens e palavras (Guimarães, 2006) ilustra a trajetória de um simples tomate, desde a plantação até ser jogado fora, passando pelas mãos de uma dona-de-casa que o despreza por este lhe parecer podre para fazer a comida até chegar ao lixão de uma grande metrópole, onde será disputado por seres humanos e animais.

Dentro da mecânica da sociedade de consumo, a miséria pode adquirir formas ainda piores e nos fazer rever nossos conceitos de liberdade. Pois, para quê a liberdade se não tivermos para onde ir? Como os processos de geração de riquezas e desigualdades se entrecruzam,

considerando o direito de se possuir um determinado pedaço de terra e a impossibilidade de viver sobre este, um dos questionamentos que o filme traz é sobre a concepção de território.

A transcrição dos trechos seguintes foi retirada do roteiro do filme e obedece a numeração original³. Eles indicam, se é que se pode usar esse termo num filme tão polissêmico em termos de produção de sentidos por palavras e imagens, o que seria toda a trajetória daquele tomate que serviu para mostrar a miséria:

(72) O tomate / plantado pelo senhor Suzuki, / trocado por dinheiro com o supermercado, / trocado pelo dinheiro que dona Anete trocou por perfumes extraídos das flores, / recusado para o molho do porco, / jogado no lixo / e recusado pelos porcos como alimento / está agora disponível para os seres humanos da Ilha das Flores.

(73) O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores depois dos porcos na prioridade de escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro nem dono.

(74) O ser humano se diferencia dos outros animais pelo telencéfalo altamente desenvolvido, pelo polegar opositor e por ser livre.

(75) Livre é o estado daquele que tem liberdade.

(76) Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda⁴.

A contestação da realidade daquilo que é dito de uma forma e visto como sendo vivido de outra é sintetizado em: “terreno é uma porção de terra que tem um dono e uma cerca.” Os espaços

³ O "roteiro" original de ILHA DAS FLORES, escrito por Jorge Furtado em dezembro de 1988 e aprovado para produção em reunião interna da Casa de Cinema de Porto Alegre dia 03 de janeiro de 1989, era basicamente um longo texto de locução, antecedido por uma apresentação do assunto e apenas duas frases sobre as imagens do filme: "A câmera mostra exatamente o que o texto diz, da forma mais didática, óbvia e objetiva possível. Quando o texto fala em números eles são mostrados num quadro negro ou em gráficos." Alguns dias depois, Jorge escreveu um "roteiro detalhado", que não reproduzia o texto de locução, mas previa imagens para cada frase. Entre fevereiro e março, o texto sofreu algumas alterações, e paralelamente foi elaborado um "roteiro técnico" em forma de tabela, com o detalhamento de 267 planos previstos para o filme. O roteiro "consolidado" é uma mistura dos três já referidos (o original, o detalhado e o técnico), colocado em formato de roteiro propriamente dito, mas sem as alterações finais decididas durante a filmagem, ou mesmo depois. Porque estas só existem mesmo no filme. (Giba Assis Brasil, 2003, in: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/nuppag1/ilhadastflores.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2006)

⁴ Esse trecho faz parte do *Romanceiro da Inconfidência* (1953), de Cecília Meireles.

trabalhados, e portanto transformados em territórios, possuem donos que são, de acordo com as diferentes concepções de território apresentadas, o poder público representado pelo Estado, e a propriedade privada. São também aquilo de que puderam se apropriar os grupos, através da criação de símbolos e de subjetividades que as identidades em diferentes culturas permitiram. Isto está registrado nas rugosidades, nas heranças espaciais que os processos deixaram, na história de cada lugar (Benjamin, 1991).

O espaço instituído da escola, seu território demarcado, reconhecido pelo poder público, ressignificado e remodelado pela presença dos atores inscritos nas relações de poder que o constituem, tem sido compreendido como *locus* de atuação composto por um conhecimento dentro dos seus limites. O espaço é construído e desconstruído seguindo determinações que acompanham o movimento do espaço e da delimitação territorial que as relações de poder impõem.

O uso das tecnologias como mediadoras das relações sociais pressupõe, cada vez mais, a superação do espaço rugoso (real) pelo espaço liso (virtual) e a compressão do tempo, na medida em que este pode ser otimizado pelos meios de comunicação. A seção seguinte discute a caracterização do tempo no contexto do uso das TIC.

Espaço rugoso e espaço liso: a compressão do tempo e a superação do espaço

O importante papel das heranças espaciais nos diferentes períodos da história deve ser destacado na análise das paisagens técnicas, destacando as suas rugosidades. Estas

nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...) O espaço portanto é um testemunho;

ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada (Santos *apud* Godoy, 2004, p. 6).

Considerando que o capitalismo, desde a expansão marítima do século XVI, sempre se utilizou de meios técnicos para reconhecer os lugares apropriados à exploração, vemos que na “atual racionalidade tecno-científica e informacional, o capital mundial seria levado a adaptar-se ao espaço e não mais o contrário. (...) império do consumo efêmero” (Godoy, 2004, p.7). As rugosidades contam a história dos lugares. Estas também parecem não interessar mais, na medida em que a representação ora hegemônica é a do espaço liso, associado ao ciberespaço.

André Lemos (1998), um dos autores que têm trabalhado este tema, retoma a origem do termo lembrando do “Neuromancer”, do escritor “cyberpunk” William Gibson (1984). Um espaço não territorial, não físico, existindo a partir de um conjunto de redes de computadores por onde circulariam todas as informações. A “alucinação consensual” de Gibson defende que seus usuários estariam “conectados através de *chips* implantados no cérebro”.

As ações aconteceriam independentemente de um território definido. Assim, o tempo superaria o espaço. O tempo real é considerado como aquilo que acontece simultaneamente em espaços físicos distintos e distantes, com o uso de tecnologias móveis da comunicação e da informação. Lemos (2007, p.3)⁵ resume esse momento da seguinte forma:

As mídias contemporâneas instauram processos de territorialização e desterritorialização, a partir da compressão espaço-tempo (Harvey, 1992) e do desencaixe (Giddens, 1991), que criam novas geometrias do poder (Foucault, 1979) e novos agenciamentos³ (Deleuze, Guattari, 1980). A compressão do espaço-tempo institui o “tempo real” e a possibilidade de acesso a informações em todos os espaços do globo. O desencaixe nos permite vivenciar processos globais não enraizados na nossa tradição cultural. As mídias eletrônicas criam

⁵ Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2007.

assim processos desterritorializantes em níveis político, econômico, social, cultural e subjetivo.

É preciso distinguir a proposta de liberdade que a desterritorialização proporcionada pelas mídias promete, como realizações independentes do espaço físico formal de submissão e resistência que os novos dispositivos técnicos de comunicação e de controle exercem sobre os sujeitos. Nessa perspectiva, introduzimos os conceitos de real e virtual.

A atualidade do virtual

A epígrafe do livro *O que é o virtual* (1996), de Pierry Lévy, é uma frase de Deleuze: "o virtual possui uma plena realidade, enquanto virtual". E segue lembrando que o termo vem do latim medieval *virtualis*, derivado de *virtu*, força. Uma metáfora interessante é apresentada por ele, utilizando-se da árvore e da semente:

Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem passado, no entanto, a concretização efetiva ou formal. A árvore esta virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes (p.15).

O raciocínio apresentado é bem convincente se pensarmos na potência daquilo que já conhecemos como realidade: a semente que se torna uma árvore e a árvore que nos dará semente. É uma potência que se realiza em ato. O virtual, assim, não teria nem um começo nem um fim, enquanto a realidade poderia ser afirmada pela ação das coisas e pelos registros das mesmas. Dentro da conceituação do que é virtualização, Levy nos fala de uma enganosa oposição entre real e virtual :

No uso corrente, a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a 'realidade' supondo uma efetuação material, uma presença tangível. O real seria da ordem do 'tenho', enquanto o virtual seria da ordem do 'terás', ou da ilusão, o que permite geralmente o uso de um ironia fácil para evocar as diversas formas de virtualização (p.15).

O acontecimento virtual estaria presente, então, entre as estruturas neuronais e a consciência, manifestando uma realidade que só existiu neste registro neurossensorial. Essas "diversas formas de virtualização" têm muitas implicações para as relações sociais mediadas pelas TIC na era da informática, pois as formas de interação entre pessoas e pessoas, entre pessoas e máquinas e, ainda, entre máquinas e máquinas passam pelas possibilidades reais e virtuais. O virtual não realiza, mas é a realidade que produz o virtual. É na realidade que propomos discutir os problemas das sociedade, já que independentemente dos canais de comunicação que se possam inventar, elas estão todas ligadas aos acontecimentos da vida.

O espaço escolar: reconfigurações na sociedade contemporânea

Constituído pelos discursos e práticas sociais que delimitam e expandem suas ações, o espaço escolar ultrapassa os limites do seu território através de ações, sejam elas previstas ou não. Também é atravessado por outros discursos como aqueles que veiculam a idéia de que as tecnologias seriam a solução para todos os problemas. Existe uma materialidade, um campo de atuação, ações e atores dentro de um tempo/espaço que definem o conjunto de elementos que conhecemos por educação institucionalizada, alguns deles já presentes até mesmo na Grécia Antiga e em aldeias e comunidades em tempos remotos, antes mesmo do processo de institucionalização.

No momento atual, o que podemos perceber com a valorização do acesso ao conhecimento através das tecnologias, é a negação do espaço instituído em favor de um espaço virtual, através da virtualização do ensino (aprendizagem por meios eletrônicos) e da comodificação da educação, já explicitada, com suas implicações sociais, também como novos desafios para a reflexão teórica acerca da realidade presente.

Para entender essa tendência à desterritorialização da escola, recorremos a um texto representativo do primeiro *boom* das tecnologias para a educação, em meados da década de 1970, e ganhando um forte impulso, na década de 1990, com o surgimento da internet.

Desescolarização: revisitando Illich

Os anos de 1970 são férteis em projetos que defendem um uso massivo de tecnologias, ao mesmo tempo em que questionam a escola. É o que podemos ver em *Sociedade sem escolas*, onde Ivan Illich defende a idéia de uma sociedade desescolarizada. O título original *Deschooling Society*, com uma sutil diferença, nos remete à eliminação de algo: a proposta é desescolarizar, enquanto na versão em português, a existência da escola, sua historicidade, não existe. A sociedade sem escolas parece nunca ter precisado destas. Mas o centro da discussão é a pergunta que ele mesmo faz: por que devemos desinstalar a escola?

O autor vai criticar não só a dependência às instituições, como responsabilizar a escola por ser a instituição que induz a dependência às outras, afirmando que “o sistema escolar monopolizou a distribuição, ao invés de igualar as oportunidades” (p.37). E mais: “a confiança no tratamento institucional torna suspeita toda e qualquer realização independente” (p.23). Para o autor, a escola confunde “processo com substância (quanto mais longa a escolaridade, melhores os resultados)”; confunde “ensino com aprendizagem; obtenção de graus com educação, diploma

com competência, fluência em falar com capacidade de dizer algo novo” (p.21). E “o certificado constitui uma forma de manipulação mercadológica e plausível apenas a uma mente escolarizada” (p.42).

A sua proposta mais radical, no entanto, é abrir o mercado: “as oportunidades de aprendizagem-treino podem ser vastamente multiplicadas. Isso depende de conjugar o professor certo com o aluno certo quando bem motivado por um programa inteligente, sem o constrangimento de um currículo” (p.42). Critica os currículos e propõe um programa. Fica clara aqui a opção pelo liberalismo e abertura da escola para o mercado e não para as pessoas livremente. Mas que monopólio deveríamos abolir? O da escola ou o do mercado? Até que ponto, ou até quando, poderemos separar uma coisa da outra?

No capítulo “Fenomenologia da escola”, o autor diz que “algumas palavras tornam-se tão flexíveis que deixam de ser úteis” (p.57). É o caso de “escola” e “ensino”. O discurso de flexibilização educacional não vem da escola, dos professores e sim dos organismos internacionais de financiamento, apoiados pelos governos dos países. A escola seria, principalmente, “um processo que requer assistência de tempo integral a um currículo obrigatório, em certa idade e com a presença de um professor” (p.58). É esse professor expurgado o elemento definidor de uma nova forma de educação sem escolas, na medida em que a sua presença é dispensável, passível de substituição tecnológica.

Como sua crítica é aparentemente às instituições, classifica-as em: manipulativas e conviviais. As primeiras abrangem as agências sociais especializadas na manipulação, como as prisões. Adverte que

muito poucos (...) compreendem que os manicômios, patronatos e asilos fazem praticamente o mesmo (que as prisões). Essas instituições dão aos seus internos a destrutiva auto-imagem do psicótico, do velho inútil, da criança abandonada e

fornecem um suporte racional para a existência de profissões a elas ligadas, tal qual as prisões fornecem rendimentos para os guardas (p.98).

Já as instituições conviviais se distinguem pelo “uso espontâneo”: são as ligações telefônicas, cabos submarinos, vias postais, mercados públicos e os intercâmbios (...) instituições que existem para serem usadas e não para produzir algo” (p.99). Aqui vemos a utopia de vias independentes (redes) e de uma outra forma de espaço (não-lugar), apregoadas pelos discursos que vêm, hoje, na internet, a possibilidade de se alcançar os mais longínquos desejos humanos, a partir dos indivíduos.

Uma interessante matéria foi publicada na internet sobre desescolarização nos Estados Unidos. A família Billing⁶ diverte-se durante todos os dias da semana e seus filhos aprendem aquilo que os pais consideram importante, no momento que julgarem certo. Cabe destacar que, nos Estados Unidos, é permitido aos pais educarem seus filhos em casa. Estes deverão ser submetidos a exames para ingressar em escolas e/ou faculdades. Alguns grupos são identificados: como Northside Unschoolers (“Desescolarizados de Northside”), uma Rede de Desescolarizados da Baía de São Francisco; a Desescolarizados Ilimitada, em Guilford, Connecticut; e a Desescolarizados de Ozarks, atuando em Missouri, Oklahoma e Arkansas. Esses grupos que se organizam em comunidades *on-line* questionam o saber escolar e a necessidade de atribuir nota às tarefas exigidas. Defendem que um saber alternativo também tem seu valor e deve ser considerado como opção de ensino e aprendizagem para aqueles que julgarem adequadas aos seus filhos ou a si próprios.

⁶Disponível em: <http://forum.jogos.uol.com.br/viewtopic.php?p=15072560&sid=8991502c8c9669067c943cff62cfdee6>. Acesso em: 27 nov. 2006.

O enredo das reconfigurações

Para localizar o espaço escolar na perspectiva desterritorializante sustentada pelas novas tecnologias da informática, consideramos três momentos históricos distintos da escola para pensar o seu território: (1) em um primeiro, a escola surge sem um território definido. Nosso recorte aqui compreende a Grécia Antiga, quando os alunos seguiam o seu mestre no costume de dar lições, passeando nos caminhos do ginásio, sem um espaço físico definido: peripatética (Brandão, 1981); (2) o período em que a escola possui um território bem definido, uma materialidade que inclui espaço físico, a interação dos seus sujeitos, com funções específicas (o professor existe e é valorizado como tal) e a inserção em um sistema de ensino mantido pelo Estado: a escola como instituição; e (3) a tendência atual de remeter a um possível desaparecimento da escola, indefinição desse território construído numa “outra realidade”, propondo uma escola sem espaço físico definido, sem a interação presencial dos seus atores (ensino virtual), com os professores reduzidos a tutores ou animadores culturais, no contexto de um Estado cada vez mais ausente, permitindo, assim, na perspectiva da comodificação, que a lógica do mercado invada o espaço escolar (Barreto e Leher, 2003).

1) *Peripatética - a escola pré-território*: constatamos a importância de retomar esse momento histórico em relação ao momento atual e também pelas implicações políticas da educação, desde suas concepções mais remotas. Aqui, focalizamos na Grécia Antiga, essa ausência do território e suas implicações, começando pela identificação do escravo pedagogo que tinha a sua função principal em levar o filho do nobre ao encontro do mestre para ter lições. Ele era o “meio” pelo qual o indivíduo chegava ao saber.

A educação surge para reforçar a diferença em relação a um saber que valorizava a comunidade (Brandão, 1981, p. 27). É assim que “emergem tipos e graus de saber que

correspondem desigualmente a diferentes categorias de sujeitos (o rei, o sacerdote, o guerreiro, o professor, o lavrador), de acordo com a sua posição social no sistema político de relações do grupo” (p.28). Embora já exista aí um investimento num saber e, conseqüentemente a exigência de um retorno desse saber adquirido, no caso das tribos não se pode considerar esse espaço educacional como sendo escolar, pois este ainda se limita a espaços onde a vida já acontecia, onde as pessoas já se reuniam: o trabalho, a casa, o templo, o mato e etc.

O ponto central da nossa discussão aqui é o momento em que se configura um interesse político de controle, um sistema pedagógico, caracterizado pelo “controle de um poder externo a ele: hierarquia de especialistas de ensino, destinado a reproduzir a desigualdade através da oferta desigual do saber” (idem, p. 33).

2) *A escola com seu território estabelecido*: ter um território estabelecido não quer dizer que a escola esteja plena em todos os aspectos e para todos, mesmo que em um recorte temporal. É interessante notar a atuação dos professores dentro de uma administração que prevê uma apropriação dos elementos deste espaço, na constituição de um território. Ele é parte importante do processo de educação, mesmo que tenha condições precárias para trabalhar. A existência dos elementos e atores, principalmente professores e alunos, dentro da sala de aula numa escola, com determinadas tecnologias como giz e quadro-negro, compõem a materialidade para atores e ações, previstas ou não. A interação desses atores dentro de um mesmo território tem características bem diferenciadas das relações que se podem verificar em uma interação mediada por tecnologias, em outra possibilidade de “encontro”: não presencial.

3) *A escola em processo de desterritorialização*: podemos afirmar que a tecnologia que permitiu que um saber pudesse ser repassado a mais de uma pessoa, quadro negro-giz, hoje adquire forma, através de objetos técnicos criados, vendidos como sendo mais sofisticados que os seus predecessores. No momento, sustentam o *e-learning*, aprendizado virtual, em uma nova

modalidade de ensino que se pretende democrática. É preciso localizar essa idéia de educação virtual dentro das discussões políticas, pois a virtualidade do ensino está dentro das propostas do MEC de educação a distância, apoiadas pelo uso das TIC. Vale destacar que educação a distância (EAD) e ensino virtual não se equivalem. Enquanto a primeira é configurada como modalidade de ensino não presencial, incluindo os elementos que o constituem, o segundo compreende ambientes virtuais, através da *web*, “como a possibilidade maior para o desenvolvimento de novos processos educativos, destacando as comunidades virtuais como alternativa ao processo formativo” (Barreto et al, 2005, p.20).

Uma “auto aprendizagem”, a ser compreendida como aprendizagem desvinculada do ensino, adquire centralidade, no paradigma educacional emergente, voltado para a virtualização. Enfocando o discurso dessas políticas, Barreto (2003) nos diz que

O foco está posto na EAD: Secretaria de Educação a Distância. Mais ainda, no discurso veiculado no site do MEC, a formulação que precede a enumeração das possibilidades abertas pelas TIC é: ‘As linhas de ação da secretaria de Educação a Distância fundamentam-se na existência de um sistema tecnológico – cada vez mais barato, acessível e de manuseio simples – capaz de...’ Assim, no contexto da formação baseada em competências, esse deslocamento sintático radical, que posiciona o dito sistema tecnológico no lugar do sujeito da formulação é mesmo muito competente na desqualificação dos professores como sujeitos sociais e políticos, reduzindo-os à condição de objetos sociais’, passíveis de reciclagem.

Tecnologias e sujeitos: uma leitura através de filmes

As fronteiras sempre fizeram parte da história da humanidade. A divisão dos espaços e, conseqüentemente dos grupos, sempre esteve associada ao desejo ou à repulsa da comunicação entre os grupos sociais. Não consideramos aqui as fronteiras que poderiam ser definidas como naturais, pois aqui iremos analisar as construções das fronteiras que permeiam as relações sociais,

privilegiando o uso de tecnologias, em nosso tempo. A tecnologia, como produção humana, encontra-se dentro do conjunto das relações sociais, historicamente desenvolvidas. Ainda que, no sentido apontado, possa haver uma artificialidade intrínseca, não se pode dizer que exista uma substituição desejada por todos, na medida em que a aproximação entre o humano e o artificial, e o distanciamento dos sujeitos (humano-humano) mediado por dispositivos técnicos, constituem grande parte das relações sociais. O problema que queremos abordar nessas relações é que as mudanças que os usos das TIC trazem para a sociedade são determinadas por relações outras: não só culturais, mas, principalmente, econômicas.

Discutiremos a produção de fronteiras nas relações sociais, focalizando as ressignificações promovidas pelos modos de incorporação das TIC a essas práticas, dentro de produções fílmicas. Retomamos a consideração de que a crítica à sociedade está sendo feita também nessas produções culturais, como o cinema. Alguns aspectos significativos das relações entre o humano e o artificial serão apresentados na perspectiva de construção e desconstrução de fronteiras nas relações sociais. As imagens que esses filmes trazem projetam muitas das discussões sobre a força que a produção simbólica tem na sociedade contemporânea.

Em relação ao movimento da imagem e sua importância, Deleuze (2005) nos diz que

A própria imagem cinematográfica ‘faz’ o movimento, porque ela faz o que as outras artes se contentam em exigir (ou em dizer), ela recolhe o essencial das outras artes, herda o essencial, é como o manual de uso das outras imagens, converte em potência o que ainda só era possibilidade (p. 189).

Com esta afirmação, confirmamos o potencial discursivo que a projeção cinematográfica proporciona, bem como sua importância para a análise das situações apresentadas.

A negação do mundo “exterior” (o mais distante possível da civilização, mas dentro dela)

A construção do mundo artificial, dos seres artificiais, tem no mito um grande aliado. A produção de realidades nem sempre está associada a um mundo cheio de máquinas e seres robóticos, como temos visto em muitas produções fílmicas de ficção científica. A distinção entre uma realidade e outra pode ser visualizada, a partir da existência de fronteiras que separam os mundos. Como poderíamos, se quiséssemos, nos distanciar dos objetos técnicos de comunicação e das relações que estabelecemos através destes?

Em *A vila* (2004), temos um mundo cercado por uma floresta real e ao mesmo tempo imaginária. Para os habitantes deste pequeno vilarejo, o mundo depois da floresta é ruim e perigoso. O bem-estar de todos está condicionado à sua permanência nos limites estabelecidos, e sua comunicação com o mundo exterior é inexistente. A comunicação está delimitada pelo espaço físico que compreende o lugarejo: as relações se dão sem a mediação de aparatos técnicos comuns em nosso tempo. As pessoas se encontram no mesmo espaço, num tempo que lembraria o século XIX.

O que faz com que a fronteira entre o “mundo exterior” e “interior” se mantenha são alguns mitos: criaturas aterrorizantes que não “querem” ser importunadas: “aqueles de quem nunca falamos”. Ora, se não era permitido nem falar deles, como poderiam enfrentá-los?

O movimento da vila acontece, resumidamente, na descrição que se segue, na ordem e desordem cotidianas que caracterizam aquele lugar. Na torre, onde nunca se vê além da floresta, o observador avista, embaixo, *o perigo*. Uma criatura passa vestindo vermelho em direção à vila. Ele toca o sino do alarme. Um detalhe: antes de perceber a chegada da criatura, ouve-se um barulho na portinhola do piso da torre que é a entrada e a saída. A criatura parece avisar que chegou. Todos correm para dentro de suas casas e se escondem num alçapão. Em casa, todos se

desesperam ao ver alguém na porta, nesta hora. Sob o solo, arranhões e uivos são ouvidos pela casa. Todos vivem esses momentos naturalmente, exceto um pequeno grupo.

Ivy e Lucius são as duas metades perfeitas da liderança desta vila. E eles sabem bem disso. Mas a parte “imperfeita” também está presente. E até que sua imperfeição não conteste a ordem, a ela será permitida a permissão de transitar, de conviver. O louco está à solta. Ele se chama Nohan. Ele conhece tudo também e embora enxergue, não percebe as coisas como os outros. Nomeadas, assim, as três partes acima citadas e identificadas nos personagens apontados: aquele que questiona o limite (Lucius), aquela que não enxerga esse limite (Ivy) e aquele que não reconhece limite no limite (Nohan). Vejamos o movimento de construção, desconstrução e reconstrução de uma mesma fronteira. Uma trama de amor e ódio se anuncia, mas um diálogo entre dois dos envolvidos revela outras pretensões. Na varanda, Ivy demonstra sua admiração por Lucius, revelando que a sua cor é como a cor do seu pai, que poucos têm esta cor. Ela prevê o seu casamento com ele e propõe uma dança e questiona o porquê dele não dizer o que se passa em sua cabeça. Ele responde:

Por que não pára de dizer o que passa na sua? Por que quer **liderar**, quando **eu quero liderar**? E se eu quiser dançar, a convidarei para dançar. Se eu quiser falar, eu abrirei a boca e falarei. Todos vivem me dizendo para que eu fale mais. Por que, ora? Sabia que você não me sai da cabeça desde a hora em que eu acordo? O que vai adiantar dizer que às vezes não penso claramente, que eu não faço direito o meu trabalho? De que adianta dizer que o único momento em que eu sinto tanto medo quanto os outros, é quando eu... Eu acho que você corre perigo? Por isso estou nessa varanda, Ivy Walker. Antes de qualquer um, eu temo pela sua segurança. E sim, dançarei com você na nossa festa de casamento.

A vila é surpreendida por um fato inusitado. O louco, sentindo-se rejeitado, tenta matar o noivo da filha do dirigente do lugar. Isso faz com que surja a necessidade de ir buscar remédios e a fronteira tenha que ser ultrapassada. Ivy, a filha cega, e Lucius, o ferido, que não tinha medo,

parecem ser considerados os sucessores do grupo dirigente. É necessária uma consciência dos fatos e da necessidade de inconsciência destes mesmos por parte da maioria dos habitantes para que a ida de Ivy seja aprovada. Ela deve, então, ir à cidade em busca dos remédios.

Para alimentar a coragem de enfrentar os perigos da floresta e do mundo do outro lado da fronteira, o seu pai revela as fantasias que são utilizadas para assustar a população quando o seu comportamento ameaça a destruição da realidade vigente. Um mundo foi criado, a partir de crenças e mitos, condicionando a maioria da população a permanecer no território permitido. A cor amarela, “boa”, delimita a fronteira. A cor “ruim”, vermelha, é marca da desobediência. Mas a cor dos dois protagonistas é diferente e só eles podem perceber.

Ela vai até a floresta acompanhada de dois jovens e munida de “pedras mágicas”, mas é abandonada pelos dois companheiros designados para protegê-la. O primeiro questiona as pedras mágicas de que ele nunca ouvira falar, dizendo que ela vai ficar bem, pois é cega. O outro lhe entrega as pedras mágicas, dizendo que ela está segura, que não lhe farão nenhum mal porque esta não enxerga, assim como fizeram com Nohan, o louco.

A vila foi fundada por um grupo de amigos que, após a perda de entes queridos em situações violentamente trágicas, decidiram se refugiar num lugar de tempo/espço redefinido por eles. Dentro de uma reserva florestal, pertencente a um deles que, não por acaso é o líder do lugarejo, eles constroem uma realidade que é indiferente aos acontecimentos da cidade além da floresta. Para se distanciar das cidades, eles criaram mitos e temores para manter a vila tal como ela é: uma fantasia, um mundo artificial criado para ser natural, no sentido de que estaria distante, não apenas da realidade tecnológica e científica em que vive o mundo, mas para que as pessoas que nela habitam fossem afastadas do mal a que as cidades incitam. A vila é uma forma “natural” produzida artificialmente. Um mundo não pertencente à sua época, porque distante do tempo/espço real dos acontecimentos contemporâneos. A maior ironia é que sua existência e

manutenção só foram possíveis pelo uso de objetos técnicos, dentro de uma propriedade particular, a que o mundo exterior também não tem acesso, porque ainda não o conhece.

A vida para aqueles que conheciam os motivos da criação da vila era uma simulação de um tempo que os fundadores puderam resgatar na história e reconstruir, constituindo as relações que apresentamos. Em relação às tecnologias, a simulação tem um papel importante na perspectiva de criação de seres artificiais.

O simulacro do amor: o humano x o maquínico

Em *Inteligência artificial*, as fronteiras entre o humano e o artificial são desconstruídas e reconstruídas na perspectiva de um ser artificialmente criado para substituir, não mais as funções corriqueiras do dia-a-dia, mas para ocupar o seu lugar: como um ser humano, ser abrigo de sentimentos.

Temos, no decorrer do filme, o discurso da empresa sobre os seres artificiais; o discurso do ser artificial sobre a sua “sonhada” existência como humano (em uma paródia de Pinóquio), já que esta é sua missão: ocupar o lugar do humano; o discurso dos seres humanos contra os robôs e o discurso das máquinas pós-humanas, do futuro, sobre os seres humanos. Foucault (1996) nos diz que a ordem do discurso é uma pretensão de detenção da verdade que pode ser apresentada em forma de discursos investidos pelo desejo de poder através de um saber possível para cada época. Essa vontade de verdade é uma construção que reconhece que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (p.10).

Na versão original de Pinóquio, escrito em 1881, por Mario Collodi, o menino de madeira demonstra o seu egoísmo quando mata seu companheiro grilo, esmagando-o com uma maleta.

Ele chega a ser amarrado e a ter seus pés queimados para aprender o caminho da responsabilidade. Esta imagem de um ser artificial que deseja se tornar humano se aproxima do personagem David, do filme citado. Ele não é uma produção artesanal e sim produto de uma empresa criado num momento em que a vida se torna rara, quando as calotas polares derreteram pelo efeito estufa e os oceanos engoliram muitas cidades litorâneas do mundo. Milhões de pessoas desabrigadas, um clima caótico e centenas de milhões de pessoas mortas de fome nos países pobres. Nos países ricos a ordem foi mantida, não se sabe como! Neste momento, os governos do mundo desenvolvido introduzem sanções que restringem a gravidez. Surge, então, a questão da “necessidade” de se consumirem robôs, que não tinham fome, nem consumiam recursos além dos da fabricação. Estes se tornam uma alternativa econômica essencial à estrutura da sociedade.

No discurso das empresas, o Diretor da companhia de robôs começa a vender o seu produto dizendo: “Criar um ser artificial foi sempre o sonho do homem, desde os primórdios da ciência (...) vejam aonde chegamos! O ser artificial é uma realidade, um simulacro perfeito, com membros articulados, fala articulada e provido de reações humanas”. Ele apresenta um Meca, ser mecânico, do sexo simuladamente feminino e fala dos avanços até o momento e em seguida, propõe um Meca mais avançado. Um robô capaz de amar. Alguém revida, em tom de sarcasmo, dizendo que eles fabricam milhares de Mecas amantes todo ano. Para esclarecer que não era disso de que estava falando, ele recompõe o Meca (no caso, seria um ser mecânico “feminino”) que deixara aberto para demonstração e lhe pergunta: “o que é o amor?” A amante vestida de secretária, a já considerada latária disfarçada de humano, responde prontamente: “o amor é semicerrar os meus olhos, acelerar a minha respiração, aquecer a minha pele e tocar...” Ele interrompe: “e assim por diante”.

Mas os planos da empresa agora não estão mais associados à satisfação de necessidades de seus clientes (empregada doméstica, escrava) e sim à criação de uma criança capaz de amar os seus pais. Em outras palavras, uma mercadoria perfeita que abra um mercado novo. Não um simulacro de sensualidade, mas um simulacro de amor: “uma criança que ame de verdade os seus pais programados. Com um amor sem fim”. O amor passa a ser um mecanismo de controle, pois ao final da conversa, o diretor, ao responder sobre a possibilidade de um robô amar verdadeiramente uma pessoa e a responsabilidade que essa pessoa teria em relação a esse Meca, se refere a essa questão moral, esse amor programado, como sendo a mais antiga de todas. Afinal, desde o princípio, Deus criara Adão para que ele o amasse.

O referencial humano está presente em todas as formas de simulação e estratégias de substituição de humanos por máquinas. A empresa seleciona uma família que sofrera uma tragédia para adotar o robô. Nesta família, o filho único jaz encapsulado em uma clínica, sem esperanças de retornar à vida normal. Um filho deveria ser substituído por outro, prontinho para o uso. O drama se inicia. No resto desse mundo, lá fora, seres humanos e Mecas convivem com máquinas menos sofisticadas: aquelas que ainda não são capazes de amar.

Já no mercado de peles, lugar onde são “sacrificados” os Mecas que se tornam obsoletos, a destruição acontece em espetáculo para um grande público. O apresentador do *show* e também caçador desses seres, apresenta o discurso dos seres humanos contra as máquinas da seguinte forma:

“Senhoras e senhores, meninos e meninas de todas as idades. O que mais eles vão inventar? Vejam aqui um robozinho, um brinquedo, um boneco vivo. Claro, nós sabemos porque foi fabricado. Para roubar os seus corações, substituir as suas crianças. É o último exemplo de uma série de ofensas à dignidade humana. É parte do plano deles de aniquilar as criancinhas de Deus. Conheçam a próxima geração de crianças projetadas para tal. (Um silêncio se instaura) Não se deixem enganar pela

arte dessa criação. Sem dúvida houve talento na fabricação desse simulador. Mas, ao primeiro golpe, vocês verão a grande mentira ser revelada diante dos seus olhos”.

Mas a simulação nunca será punida como simulação (Baudrillard, 1991). O golpe não acontece. O Meca David interrompe implorando para não ser queimado e comove a platéia, mostrando que é mesmo “uma simulação perfeita, a impossibilidade de isolar o processo de simulação do peso de uma ordem que não pode ver nem conceber senão o real porque não pode funcionar em nenhuma outra parte”(idem, p. 31). O apresentador provoca a platéia com a frase mais forte que se poderia dizer a seres humanos e mecânicos: “Aquele que nunca simulou, que atire a primeira pedra”.

Voltando a Adão, no Livro do Gênesis e na perspectiva de Platão, ele e seus filhos, após o pecado original, perdem a condição de cópias do divino, seres feitos à imagem e semelhança de Deus, para assumir a de simulacro: imagem (externa) sem semelhança (interna). Em *Inteligência Artificial*, os simulacros reagem apedrejando o humano agressor e libertam o simulacro oprimido pelos seres humanos, seus criadores. O referencial humano aqui já não existe mais como antes, no contexto do impulso de destruição perante a diferença ameaçadora de uma ordem estabelecida. É como se este momento, sombrio, fosse a fusão improvável do humano e da máquina, pois tudo se confunde e uma destruição se apresenta.

Após dois mil anos, os seres humanos foram extintos. As máquinas triunfaram e são bem mais sofisticadas. Congelado e conservado, restou o menino “de lata”: o que sobrou de mais humano e de menos máquina. Ele é o único elo entre os seres humanos e esta nova civilização. Ao final dos tempos, e do filme, para todo o sempre desse presente infinito, temos também o discurso das máquinas sobre os seres humanos.

Em uma declaração que sugere inveja, em um tempo de denominação ainda não imaginada, mas que certamente ultrapassa os limites do prefixo “pós”, os seres humanos definitivamente ausentes só podem mesmo ser presentificados na fala das máquinas:

“Eu sempre tive inveja dos seres humanos, daquela coisa chamada espírito. Os seres humanos criaram milhões de explicações para o sentido da vida, na arte, na poesia, em fórmulas matemáticas. Certamente os humanos são a chave para o sentido da existência. Mas os humanos não existem mais”.

O final do filme é construído pelo encontro entre os novos seres e aquele híbrido humano-maquínico que nos representa. O dia do primitivo David com o holograma daquela que nunca foi sua mãe é reproduzido, artificialmente com toda naturalidade e, finalmente ele adormece (parece que morre) como nunca fizera antes. Tinha ouvido da “mãe” a mais sonhada das frases: “eu te amo”. Não apenas tinha cumprido a tarefa de amar, que estava no centro da sua programação, mas tinha vencido, pela via da simulação, limites intransponíveis no sentido da reciprocidade.

Orgânico, artificial... humano?

Já explicitamos que as fronteiras aqui objetivadas não são as “naturais”, mas as “artificiais”, construídas pela intervenção humana. Vale lembrar que os limites entre um território e outro, além de serem construídos historicamente, são igualmente desconstruídos por processos semelhantes. O que queremos destacar agora é o limite entre o artificial e o humano, mas com outras implicações. Estamos falando da produção artificial de seres humanos, precisamente no filme *A ilha* (2005). Neste, uma fábrica de material orgânico humano produz clones para a manutenção de órgãos de determinados seres humanos. Esta ilha alimenta o novo ideal norte-americano de viver além do limite, de se perpetuarem no consumo de suas cópias orgânicas. Os seres humanos economicamente privilegiados podem contratar a feitura de clones por uma

grande empresa que, se não é totalmente legalizada, encontra no ideal de vida eterna e beleza constante, contemporâneo à nossa sociedade, os caminhos para atuar. Os limites aqui ficam mais sombrios, pois o artificial aqui não é mais uma máquina e, sim outro ser vivo instantâneo, orgânico, de carne e osso.

Dentro desta verdadeira “granja de seres humanos”, onde são “cultivados” órgãos para seres consumidos por seres humanos reais, vemos que o diferencial está no consumo deste material: é preciso fazer uma cópia do cliente, escaneado, produzindo o seu “*step*” de órgãos”, para quando for necessário. Para garantir a substituição de órgãos em deterioração prematura. O artificial aqui é orgânico como no *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley, onde temos *alfas*, *betas*, *deltas*, *gammas* e *ípsilons*, que são as nomenclaturas das castas que organizam essa “sociedade”. A escala vai dos alfas que são fabricados para chefiarem, dirigirem, enquanto que ípsilons são a grande massa que sustenta todo o peso dessa “sociedade”. Essa divisão funcional condiciona tudo e todos à funcionalidade da organização. Esta situação, não muito distante de nós, nos convida a refletir sobre o que seria a beleza ou o que não seria, pelo menos.

A beleza está esteticamente no heteróclito, e ideologicamente na simetria. O simétrico, o perfeitamente simétrico é finito, pobre, malévolo e não nos pertence. O artificial se encontra no campo da produção seriada, repetida, da cópia, da possibilidade de reprodução constante. A beleza natural é gratuita, portanto, tem que ser eliminada como tal. Ou seria mais correto falar dela como inversão: a beleza gratuita natural? A beleza não pode ser mensurada, é relativa. Pode ser palpável, mas não passível de aprisionamento.

Segundo Leher (2006), estamos revivendo o mito de Narciso, em nova configuração. Nem a superfície, nem mesmo o espelho bastam para nos revelar a nossa imagem. É preciso, antes de qualquer coisa, produzir essa imagem. Assim, existem corpos a serem substituídos e os seus substitutos deverão ser fabricados para a reposição. Essa reposição é alimentada pelo desejo não

somente de salvar a vida por um motivo de doença já diagnosticado, mas para garantir a juventude deste corpo. Temos então uma *beleza livre*, até para ser feia, e outra *beleza programada*, padronizada, reproduzível e comercializável, para ser consumida.

Algo como uma “antropofagia artificialmente produzida” é encenada aqui. Recriamos a vida, sem nenhuma ligação com referenciais de família, afeto, crenças religiosas ou culturais, valores tradicionalmente aceitos para a preservação do que seria humano, mesmo que através de atos desumanos. O diferencial está na comercialização dos órgãos dos corpos, no cativeiro e na morte dos clones que criamos para consumir e que não sabemos até onde seriam menos humanos do que nós.

Só mesmo construindo uma fronteira que condicionava os clones a permanecerem num lugar a salvo daqueles temores produzidos é que eles conseguiam mantê-los em cativeiro. Os clones foram educados a acreditar que o mundo foi submetido a uma grande contaminação e eles viveriam num lugar ao salvo desta. A terra prometida dos clones se chama “A ilha”, única parte do planeta não contaminada e com as belezas naturais com que todo ser humano sonha. Todos aguardam o sorteio da loteria que indica os “felizardos”. Um pequeno inseto mostrou a Lincoln, um dos clones, que a vida lá fora é possível e ele começa a investigar o trajeto daqueles que saem para “A ilha”. Ele logo descobre para que servem aqueles que lá estão, e resolve fugir.

O que move o funcionamento desta ilha é a comercialização de órgãos destes “corpos vivos” para a perpetuação da beleza e da saúde, de cada um dos seus clientes, e da riqueza dos donos da empresa que proporciona tal recuperação dos corpos.

O condicionamento desses seres, tidos como não-humanos, desconsiderou a sua capacidade humana de criar estratégias para mudar a realidade. Diante da crueldade dos humanos em criar humanos em cativeiro para perpetuar a sua existência, nos questionamos sobre a possibilidade de humanização do artificial e da artificialidade dos humanos, diante dos padrões

de beleza impostos e os valores distorcidos que desconsideram as relações afetivas em detrimento da valorização de uma aparência pré-estabelecida, promovendo formas de exclusão social, de rejeição dos indivíduos por eles mesmos, e pela sociedade, imersa nessa produção desumana do consumo.

Tecnologias e mediações: comunicação pode ser distância

Na comédia *Denise está chamando*, as relações vividas requerem a distância física que sustenta o uso dos aparelhos telefônicos como tecnologia mediadora. O jogo do faz-de-conta é uma constante nesta história, onde os personagens jamais se encontram e só dialogam por telefone. A comédia mostra como uma tecnologia que, a princípio foi produzida para aproximar as pessoas, afasta-as. Se estivessem próximos, não faria sentido conversar por telefone ou via e-mail. Mas a proximidade física é só um aspecto da questão. Mesmo próximos fisicamente, e até afetivamente, podemos lançar mão dos nossos aparelhos, cada vez menores, e colocar em cena novos modos de lidar com as relações e conflitos humanos ou apenas nos negar a fazê-lo.

Cinematograficamente, podemos perceber a utilização de planos fechados, recursos utilizados na produção de vídeo-clips⁷ para divulgação de novos artistas. A técnica acentua as sensações, não importando muito o lugar onde acontece a ação. Isso está tão marcado no filme que o momento em que um dos personagens, Jack, sai nas ruas é impactante. A sensação é de um enclausuramento que chega ao fim. O motivo da saída de Jack é a morte de Gale, num acidente brilhantemente narrado por sua tia, que assume a sua linha telefônica quando alguém liga para ter

⁷ Os vídeos musicais da indústria cultural contemporânea desenvolveram, principalmente a partir dos anos 80 do século XX, uma estética e uma linguagem próprias, chamadas de **Estética Videoclipe**. Essa forma é, geralmente, caracterizada por uma montagem fragmentada e acelerada, com planos (imagens) curtos, justapostos e misturados, narrativa não-linear, multiplicidade visual, riqueza de referências culturais e forte carga emocional nas imagens apresentadas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Videoclipe>. Acesso em: 04 jan. 2007.

notícias da amiga, não deixando, assim, o espaço de sua existência em *off*. Gale é lembrada como aquilo que realmente era nessa relação, como uma voz, uma “voz que acalmava”.

As situações que são mostradas no filme não nos permitem uma apreensão mínima do perfil psicológico dos personagens. Suas falas são marcadas por constantes pedidos de desculpas pelo que disseram. Estão sempre narrando fatos. Esta é a forma com que um “penetra” no universo do outro: através de uma descrição que, se imaginássemos o uso de recursos técnicos mais avançados, poderíamos ter uma conversa onde as paisagens poderiam, não apenas serem narradas e comentadas, mas também mostradas através do envio destas por e-mail.

O fato de os diálogos no filme se darem por telefone e não por outra tecnologia mais avançada parece ser, além de uma opção artística/cinematográfica, o registro de que foi o telefone a primeira tecnologia a permitir diálogo cotidiano entre pessoas que não estavam no mesmo espaço físico. Daí uma sucessão de linguagens puderam ser ampliadas através dessa possibilidade de interação em espaços físicos diferenciados. Mas não importa se é um telefone, mais ou menos moderno, ou um computador mais ou menos obsoleto, existe sempre uma mediação por via tecnológica que dispensa contatos mais epidérmicos.

Na primeira cena de “masturbação mútua via telefone” como prática sexual à distância, a personagem feminina, seguindo as instruções de uma amiga, busca estimular o seu interlocutor através da construção de um clima propício ao orgasmo pretendido, envolvendo inclusive fetiches clássicos, como a meia de seda vermelha e a menção a um pirulito. No caso da meia, em poder da moça, esta é de lã, três quartos, quadriculada, desprovida de conotação sensual. Já o pirulito chegará a estar presente em outro momento, quando a simulação passa a contar com a manipulação do telefone como se fora um objeto sexual. O jogo de simulação vai se tornando cada vez mais próximo do “real”. Um acordo pré-estabelecido é feito para garantir que o desejo fosse correspondido: garantia do sucesso da simulação. Não mais a simulação de algo que não se

queria fazer de fato, mas a realização, à distância, de um desejo estranho, e ao mesmo tempo esse acordo livrava a proponente do ato sexual de um constrangimento pela provável não realização do ato proposto e simulado.

O final do filme é precedido por um momento inusitado, talvez o único nesta história: sem que ninguém tenha induzido isto, as linhas se cruzam e todos acompanham o parto de Denise. O médico revela que é uma menina, confessando o seu erro em relação à previsão do sexo do bebê. Notamos duas coisas nesta cena: primeiro que a tecnologia é falha; segundo é que quando há descontrole é que a vida acontece. Embora seja ensaiado várias vezes, o encontro, neste filme, quase nunca acontece. À exceção de uma vez. Todos parecem dispostos a sair de casa, e alguns até o fazem, como o casal das relações por telefone, mas passam um pelo outro na rua e retornam às suas casas. Só mesmo Denise e Martin comparecem. Talvez porque exista um fato realmente significativo, na perspectiva de encontro com referências humanas nesta parte da história: uma ligação real entre dois seres humanos, no mais belo acontecimento da vida, que é o surgimento desta. A concepção desta vida dispensou o encontro do par para a fecundação, possibilitada pela tecnologia e, mesmo assim, Denise sai em busca de um elo para a vida que está gerando, ao se aproximar o dia de sua chegada a este mundo.

Diante do filme, não há como evitar as indagações acerca dos sentidos do “olho no olho”. É preciso aprofundar as novas modalidades de simulação que, viabilizadas pela tecnologia, remetem a mudanças significativas no horizonte das relações humanas.

A vida como um *reality show*

Em *O show de Truman* (1998), uma criança é adotada por uma empresa e é mantida em um cativeiro em forma de cidade, que inclui atores “vivendo” papéis associados a um *script*

aberto, sob as ordens do todo-poderoso diretor do programa. Este escravo da atualidade perdeu sua vida porque esta é totalmente produzida nos moldes da TV que chegou, nesse caso, ao ápice do controle da produção e da audiência. Centenas de câmeras, bilhões de espectadores, uma equipe de diretores e uma empresa dona das atenções da quase totalidade dos espectadores do planeta.

Truman, o homem supostamente verdadeiro, como sugere o nome, nasceu na televisão, literalmente. Não só como astro, mas como ser humano. Ele é o ser espetacular cativo. Seu mundo é um grande estúdio onde suas ações deveriam permanecer no campo e visão das câmeras; seus limites e conquistas foram todos programados; seus traumas introduzidos segundo a necessidade de mantê-lo preso naquele espaço que, por maior e melhor projetado que fosse, era finito, e o seu fim era o começo da realidade que, relembramos, aqui tratamos como oposta à simulação: imitação para contemplação, fabricação da realidade para o consumo. A vida de Truman não tem nenhum acontecimento que ultrapasse o comum da vida da maioria das pessoas. Mas estão todos assistindo assiduamente ao programa que inclui todos os fatos mais corriqueiros.

Mas os acontecimentos da vida parecem encontrar sempre alguma forma de escapar às formas de controle surpreendendo em acontecimentos não previstos e um refletor cai do “céu” (teto) desse mundo (estúdio). É o início das desconfianças de Truman que, pouco a pouco, percebe que vive num mundo de simulação.

No que Truman rompe, literalmente, os limites daquela simulação, dois movimentos díspares são configurados: todos os telespectadores torcem e se libertam com ele, ao mesmo tempo em que mergulham na “orfandade”, já que, não podendo mais contar com ele, terão que assumir, todos e cada um, a epopéia da própria libertação. As pessoas se sentem contempladas, identificando-se, a um só tempo ao homem comum e ao astro do *show*. O resultado acaba sendo o favorecimento da confusão entre as esferas pública e privada, como anuncia a atriz que faz o

papel de esposa do astro, no início do filme, num momento de promoção do programa: “Para mim, a vida particular e a vida pública são a mesma coisa”. Esta fala confirma o que Debord nos diz: “quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico” (p.18).

O show de Truman é, assim, o “programa absoluto”, a “perfeição” da produção televisiva. Ela cria a vida que está totalmente disponível para quem ligar o seu aparelho de TV e quiser acompanhar o que há de “mais real” no momento. Para Debord, vivemos o momento da segunda fase da dominação econômica sobre a vida. Na primeira, “no modo de definir toda realização humana”, notava-se “uma evidente degradação do *ser* para o *ter*” (p.18). Na atualidade, a sociedade é regida por outra face da dominação, onde passamos para uma outra degradação ainda mais “abstrata”: do “*ter* para o *parecer*”. A produção da realidade passa, obrigatoriamente, pela simulação e virtualização das relações e dos hábitos de consumo.

É importante pontuar o espaço ocupado pela comunicação de massa, nos seus múltiplos sentidos, para os excluídos do acesso aos produtos culturais. É comum vermos programas de televisão que promovem reportagens onde os cidadãos teriam voz para reclamar seus direitos. Existe uma tendência de o público reconhecer na televisão “uma instância que as instituições não parecem conceder aos marginais, a quem está atravessando situações excepcionais”, como bem coloca Sarlo (2000, p.79). O espaço privado da TV acaba sendo vendido como espaço público, no instante em que promete reivindicar os direitos dos cidadãos através de um canal mais eficaz: a mídia. O que devemos saber é: quais são os direitos que estão sendo divulgados em tais programas. Uma indefinição na fronteira entre o que é público e o que é o privado e, conseqüentemente, o que são cidadãos e consumidores, pode ser vista no exemplo que se segue.

Continuaremos com a televisão para mostrar sua atuação na realidade. De uma situação apresentada por uma produção fílmica que nos possibilitava analisar uma situação dentro de uma

realidade ficcional, passamos a analisar a própria realidade, aquilo que acontece de fato na vida das pessoas, através de um canal que é vendido como um lugar onde se tem acesso a informações que auxiliariam os cidadãos em seus dilemas diários.

No quadro “Direito do Cidadão”⁸, do *Jornal Hoje*, apresentado ao meio dia e com grande índice de audiência, são produzidas e apresentadas reportagens sobre direitos do cidadão, que na verdade são dicas para os consumidores. De 27/04/05, dia em que estreou o quadro “Direito do Cidadão” ao dia 21/06/06, foram exibidas cinquenta e três reportagens. Dentre estas, a maioria (quarenta e quatro reportagens) versa sobre o direito do consumidor e apenas nove delas abordam problemas que dizem respeito ao cidadão, como barulho excessivo no condomínio, entre outras.

O cidadão de hoje se confunde com o consumidor. A cidadania, forçosamente, está associada à idéia de consumo, na medida em que os direitos do consumidor são mais promovidos/divulgados do que aqueles do cidadão. Parece inexistir fronteira possível entre consumidor e cidadão e entre o público e o privado, especialmente no filme *O show de Truman*, mas também nas práticas sociais.

Democracia na rede: veneno e remédio

Angela Bennett é o nome da personagem principal no filme *A rede*. Embora ela possua documentos, pague seus impostos e trabalhe como a maioria das pessoas, seus documentos, sua casa, suas contas bancárias e sua história serão roubadas e sua identidade será substituída pela de uma criminosa. Por quê? Ela é uma especialista em informática e seu trabalho é detectar vírus em programas de computadores para uma empresa: a *Cathedral*. Sua vida se resume ao seu trabalho e ela quase nunca sai de casa, pois o fato de estar conectada a internet lhe permite, por exemplo,

⁸ Disponível em: <http://rjtv.globo.com>. Acesso em: 18 ago. 2006.

escolher sua comida, fazer o pedido e receber na porta. Ela se relaciona com o mundo através da rede mundial de computadores: as pessoas com quem conversa no trabalho são desconhecidas, os diálogos só acontecem por telefone, *e-mail* ou conversas em *chats* com as vozes modificadas para não serem reconhecidas.

Num desses momentos, ela conversa com alguém que a identifica como sendo “um deles”, já que vivem a solidão de navegar em todos os lugares através da rede, sem nunca conhecer ninguém de fato, sobre qual seria o perfil do parceiro ideal para ela. Ela descreve com toda a riqueza de detalhes que a distância do seu interlocutor permite as características do seu “príncipe encantado”. Ela não sabe que as informações declaradas nesse momento serão usadas para envolvê-la numa trama onde a sua vida será destruída, através deste mesmo espaço virtual onde ela transita com tanta desenvoltura. Ela viaja de férias, conhece o suposto príncipe encantado que, depois de um envolvimento estabelecido, e após simular um assalto para roubar sua bolsa contendo um certo disquete, revela que tudo não passava de uma farsa e tenta matá-la.

Ela foge e descobre, ao chegar ao hotel onde estava hospedada que, segundo o computador, Angela Bennett havia deixado o hotel. Como ela não estava registrada no computador, foi ignorada. Até esse momento, ela não sabe que os seus documentos foram roubados. Para voltar aos Estados Unidos, é preciso assinar um ficha onde consta o nome de outra pessoa. Ela o faz, mesmo sem entender. Chegando ao aeroporto, percebe que o seu carro não está no estacionamento. Vai para casa e esta se encontra sem mobília, ao que lhe atende um corretor de imóveis oferecendo-lhe sua casa para compra. Uma confusão se instala, a polícia e uma vizinha são chamadas. A vizinha não a reconhece porque nunca se cruzaram, os seus documentos não correspondem aos da proprietária da casa nem à imagem que o corretor tem desta pessoalmente, e quando o policial vai verificar a ficha da sua nova identidade, Ruth Marx, encontra a descrição de alguns crimes que são inseridos instantaneamente pela mesma pessoa que

tentara matá-la e que assiste a tudo do lado de fora, num carro e com um computador ligado a internet. Ela ouve a conversa do policial pelo rádio e foge. Ela perdeu tudo e agora é uma criminosa procurada pela polícia.

A empresa para a qual trabalhava produzia não somente os antivírus como os próprios vírus. Eram mercadorias que se complementavam. Um colega de trabalho que colecionava vírus de computador enviados por ela lhe enviou também um disquete contendo um vírus que desmascararia toda essa produção, que envolvia outros crimes reais como a falsificação de um exame de HIV de um dos concorrentes da empresa, o que o levou ao suicídio.

A história que se conta é marcada por uma frase que parece que vai se tornando a luz no fim do túnel da “deletada pessoa” de Angela: “o nosso mundo está dentro de um computador”. Ela vai repetindo esta frase ao passo que descobre o porquê da sua perseguição. As únicas pessoas que a conheciam de fato eram, ironicamente, o seu terapeuta e a sua mãe, que sofria de Alzheimer. O terapeuta e ex-amante, que ela não via há tempos, foi a única pessoa que a ajudou de fato, até ser morto, envenenado no hospital. Embora a personagem da sua mãe seja muito discreta e apareça muito raramente, é central porque representa a lembrança do esquecimento.

O fato de o mundo todo estar cada vez mais dentro de um computador, ou seja, em informações que podem ser acessadas mediante condições técnicas, nos remete ao que Platão traz em *Fedro* ao falar do *Phármakon*, um remédio que, como todos os outros, tem seus efeitos colaterais. Ele vai nos falar da escrita e da perda da memória a partir da valorização desta primeira. A escrita, para Platão, contempla essas duas formas do *Phármakon*: ela é remédio e veneno ao mesmo tempo.

A escrita, ao converter a língua em objeto, possibilita que sua existência se estenda muito além de seu contexto oral de enunciação. Em tal âmbito, ela desvincula-se da particularidade da memória individual e passa a habitar um

mundo próprio: o mundo dos artefatos visíveis (Havelock *apud* Silveira, 2000, p. 2).

O caráter imperfeito da memória humana a impede de armazenar tantas informações sem modificá-las ou esquecer algo. Mas, ao registrarmos nossas idéias, deixamos de nos preocupar em lembrar e "confiamos na tecnologia" disponível para esse registro. Pois bem, a "língua objeto" dispensa a oralidade, a memória individual. Na internet parece que tudo já foi escrito. Tudo está registrado lá, todos nós depositamos algumas informações e nos retroalimentamos de outras que encontramos. O *site You Tube* é um exemplo claro disto. Nele estão depositados milhares de vídeos, desde aqueles caseiros desconhecidos até imagens de *shows*, trechos de filmes reportagens que podem ser enviados por qualquer um que o queira⁹.

Uma questão importante a ser tratada é a consideração que Bauman fez em *Amor Líquido*, quando diz que "as relações virtuais (...) estabelecem o padrão que orienta todos os outros relacionamentos" (2004, p. 13). Todas essas produções de realidade, mostradas através dos filmes, principalmente, constituem fronteiras que modificam, separam e ressignificam diferentes realidades que têm, nas tecnologias, a promessa de uma grande possibilidade de superação das limitações humanas e enfrentamento dos problemas de que todos poderiam compartilhar. Como construções, as fronteiras delimitam os territórios onde serão exercidos os poderes. Pela via da criação de mitos ou da ciência, essas construções, abrigadas na mente e/ou corpo, sempre servirão a idéias de dominação, justificadas por um ideal de diferença entre os mundos criados: aqueles que nos abrigam e aqueles a quem devemos temer.

⁹ A popularidade do *You Tube* é tanta que levou o Google, o maior site de buscas a pagar por ele a incrível "soma" de U\$ 1, 65 bilhão. O negócio envolve apenas troca de ações, o que significa que não haverá pagamento em dinheiro: o Google passará aos donos da página uma quantidade de ações que equivale ao valor da aquisição. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1304481-6174,00.html>. Acesso em: 30 dez. 2006.

Do imaginário ao real

Também foi necessário mostrar duas possibilidades de produção de seres artificiais: um maquínico e outro orgânico, dentro da lógica de consumo de produtos humanos que incluem a produção de vida para a sua manutenção. O ideal de beleza nunca esteve tão próximo da barbárie, no sentido de mutilação dos corpos por motivos outros.

Mais do que nunca, é preciso estarmos atentos ao significado das coisas e nos questionarmos sobre toda “novidade” que (re) surge. As máquinas erram quando falham, pois deveriam obedecer ao comando. Os homens podem acertar quando erram, pois não são programados ou mecânicos. Os seres humanos são criativos.

De toda novidade falsa, de todas as cores artificiais, de toda tentativa de higienizar a beleza indescritível e imensurável dos seres humanos para transformá-la em mercadoria e comercializá-la, uns podem dizer: “as flores de plástico não morrem”, enquanto outros retrucariam: “mas também não vivem!”

Uma provável fusão entre o humano e o artificial, entre o orgânico e o maquínico, na perspectiva de um corpo perfeito sem falhas, sempre pronto, infalível e mantido pela mesma lógica de produção que o fabricou, seja este novo corpo mecânico (ciborgue) ou orgânico (clone), nos remete à idéia de que este humano aperfeiçoado, na concepção funcional de máquina, faz erigir a forma mais perfeita de operário submisso ao capitalismo. O que é a idéia do ciborgue se não a do empregado perfeito para o capitalismo que sempre se pretende triunfante? Esse é o papel da técnica: aperfeiçoar o homem e suas funções. Toda técnica serve para suprir uma necessidade, para aperfeiçoar algo que o homem ainda não consegue atingir. Ao mesmo tempo, a técnica aperfeiçoa este homem para a produção e o consumo.

A sociedade definitivamente procura “amansar” os homens, como defendia Rousseau (2006). Entre as dicomizações apresentadas e a inevitável menção ao sistema econômico a que somos submetidos e ao qual resistimos, é importante que saibamos, pelo menos, o que não somos, já que a infinitude e grandeza do ser humano permitem ir além do previsível. O homem “são”¹⁰ duas partes que a sociedade precisa. Compreendendo os dois sentidos do termo “precisar”, a sociedade necessita dividir esse homem com “exatidão” e dizer aquilo que deve ser cada parte. Com efeito, o homem ainda lhe é um desconhecido muito familiar. Desta forma, parece sensato afirmarmos o contrário daquilo que é vendido como verdade e, assim, dormirmos intranqüilos em relação ao trabalho que temos pela frente.

Verificando as duas situações apresentadas no conjunto de filmes, no primeiro e no último, que são, respectivamente, *A vila* e *A rede*, vemos situações de tentativa de fuga, por motivos diferentes. Em *A vila*, a fuga do mundo real, do tempo/espço de uma época que precisava ser esquecida por aqueles que muito sofreram foi uma ação coletiva, determinada por um grupo. Em *A rede*, temos uma ação de alguém que vive isoladamente porque pode se comunicar a distância e fazer tudo que é necessário para viver. Apesar de parecerem infalíveis, nos dois mundos artificiais, os conflitos humanos fazem com que essas relações sejam revistas por aqueles que depositaram total confiança nelas.

As relações sociais mediadas pelas tecnologias, embora não se encontrem tão acentuadas como nos mostram os filmes, podem ser percebidas no dia-a-dia, se observarmos como nos compartamos em relação à comunicação e ao consumo das TIC: 1) a simulação das relações através dos aparatos técnicos como o telefone e, principalmente, a internet; 2) as possibilidades de não enfrentamento da realidade que esta simulação permite; 3) a valorização dos indivíduos

¹⁰ Mesmo correndo o risco de ser mal vista pela língua oficial, a construção desta frase nos parece mais adequada para explicitar nossas conclusões.

cada vez mais auto-programáveis, na medida em que as tecnologias podem permitir (para quem pode pagar) a projeção e remodelagem do corpo de acordo com os padrões de beleza do momento, seja no tratamento unicamente da imagem, seja em cirurgias plásticas; 4) na idéia de democratização, através de relações sociais que passam a ser estabelecidas apenas através de tecnologias.

Analisando o Programa da Universidade Aberta, em relação ao uso de tecnologias para estabelecer “uma proximidade” entre os interlocutores, usuários de uma nova “modalidade” de aprendizagem, Zuin (2006) nos diz que

A proximidade, instituída por tais aparelhos, consiste meramente numa superação de distâncias espaço-temporais, redução e aceleração ao máximo dos limitados processos de comunicação, e isto não pode ser confundido com “proximidade humana” no sentido da participação mútua e da identificação, que só podem ser gradativamente construídas ao longo do convívio mútuo e da troca de experiências. E para isto necessita-se, o mais urgentemente possível, daquilo que as novas tecnologias desejam economizar ao máximo: tempo. (Türcke *apud* Zuin, 2006, p. 941)

CAPÍTULO III

A TORRE DE BABEL HORIZONTAL: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

A universalidade do acesso ao saber nunca foi tão difundida como o é nos tempos atuais. O sonho de chegar aos céus atravessou os tempos. Desde a história bíblica que falava de um povo que, desobedecendo a Deus ao construir uma torre que os elevaria até os céus, condenados a falar línguas diferentes e, conseqüentemente a não se compreender mais, a humanidade tem descoberto muitas formas de se comunicar à distância e de buscar atingir o todo, que compreende o mundo e a consciência das pessoas.

Através das TIC que, posteriormente ao telefone, são criadas formas de interação que incluem a troca, não só de palavras via impulsos elétricos, mas também de imagens e sons em *bytes*, pela internet, este sonho ganha força.

Antes do fim da Idade Média, poderíamos encontrar ciência, filosofia e religião compondo a mesma referência de conhecimento, juntas. Mas a modernidade vai separar ciência e religião de tal forma que uma vai se opor à outra. As duas diferentes esferas do conhecimento produzirão formas de interação entre os seus “adeptos” ou “fiéis” (dois termos bem parecidos), que indicam direções também diferenciadas: uma, a religiosa, remeteria ao alto, aos céus, a Deus, ao místico, o *gnóstico*; a segunda, seria o *científico*, teórico, comprobatório pelos seus métodos, desenvolvidos pela ciência moderna, remeteria a uma profundidade, ao conhecimento “verdadeiro”, à razão que sustentaria um sentido palpável e útil.

Na Bíblia encontramos o mito de Babel na história de um povo, num tempo pós-dilúvio, quando todos falavam uma língua só. Este povo desafia Deus ao construir uma torre que chegasse

aos céus. Embora várias interpretações possam ser apresentadas e contestadas em seguida, a idéia principal está posta: o retorno a Babel seria a unificação das línguas em uma só. Todos interconectados se comunicando simultaneamente.

As diferentes formas e fontes de acesso a informações refletem algumas mudanças no cenário global e nas formas de se relacionarem os povos em seus países de origem e dos países entre si, o que levaria a uma suposta unificação dos diferentes grupos. Essa perspectiva traz a impressão de que estamos dentro de uma grande estrutura de forma imperceptível, pois invisível em sua concepção, onde este constructo explicaria um encontro de todos e comportaria todas as subjetividades.

O atual aceleração da globalização, que se soma ao fato da humanidade ter concordado, desde o século XIX, em obedecer no mundo inteiro o mesmo horário - o de Greenwich -, em ter adotado o mesmo calendário - o ocidental cristão -, e, ter eleito uma assembléia mundial - a ONU -, funcionando desde 1947, leva-nos a crer que, durante o futuro milênio, a Terra se unificará, permitindo que os homens voltem a falar uma linguagem só (cf. Shilling, 2007, p.1)¹¹.

Até hoje os povos falam muitas línguas. Mas é possível considerar a internet como um meio comum de comunicação (àqueles que têm acesso). A língua comum talvez pudesse ser nomeada como a língua inglesa, considerando a linguagem informacional, os códigos e números inerentes à funcionalidade das máquinas que se comunicam. Essa língua única está associada ao acesso à informação em diferentes realidades a partir de um ponto de recepção/emissão de informações, ou seja, um ou mais computadores e alguém ou um grupo operando. Mas o que é Babel nos dias atuais?

¹¹ Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/babel.htm>. Acesso em: 23 jan. 2007.

Babel: vidas cruzadas e isoladas

A Torre de Babel simboliza a busca por existência em meio ao deserto do real, em meio a fronteiras de subjetividades, no caldo cultural em circulação. Como no filme *Babel*, de Alejandro González Iñárritu, onde não existem escapes virtuais e uma realidade nua e crua mostra a luta para se conviver entre a hostilidade da diferença e a tolerância da igualdade. Diante do deserto, não teríamos outra alternativa senão vivenciá-lo.

Vemos quatro histórias inicialmente contadas de forma isolada, para depois aparecerem interligadas por dramas e tragédias dos quais nenhum deles está livre. A cena inicial é a de uma família negociando um rifle com um conhecido: tecnologia de guerra chegando às mãos daqueles que não teriam acesso, através de um amigo que ganha esta arma de presente por serviços prestados a um turista. A arma é entregue aos filhos, dois meninos, que a manejam com dificuldade. Os garotos usam a arma para matar os chacais que atacam sua criação de cabras. Do alto, com sua arma imponente, eles discutem se a capacidade desta é mesmo tão grande quanto afirmou o vendedor e testam o alcance das balas num ônibus que passa com turistas. Um deles atira e acerta o ônibus. Eles fogem. A próxima cena é a de uma senhora em casa com duas crianças. Ela fala em espanhol e eles a compreendem e respondem em inglês. Ela é sua babá e fala com o pai que viajava de férias com a mãe das crianças. Em meio às cenas, paisagens desérticas de uma amplitude que remete à imensidão do planeta são intercaladas: a horizontalidade do infinito. Novamente corte, para uma quadra de vôlei. Um grupo de garotas surdas-mudas discute com o juiz. O jogo acaba e elas saem. Neste momento é focalizada a prática da linguagem de sinais entre elas próprias. Também já foi mostrada a mistura de línguas (espanhol, árabe e inglês) entre pessoas de diferentes lugares.

O tiro acertou numa turista americana que dormia no ônibus na hora em que os garotos testavam o rifle. Desespero em meio ao deserto. Os turistas perdem sua condição de passantes e passam a procurar uma solução ali no lugar exótico.

Os dramas incluem as dificuldades encontradas pelas personagens, como o da jovem Chieko em ser compreendida por aqueles que não foram alfabetizados na língua dos sinais; no casal de turistas americanos que tem que encontrar meios para salvar a vida de um deles: Susan desfalece no chão marroquino de uma casa qualquer, enquanto Richard se desespera com a tradução do seu guia a partir de uma realidade precária que eles não conheciam; na fuga dos dois garotos e seu pai, perseguidos pela polícia e caçados como supostos terroristas. Um deles morre no confronto com a polícia: aquele que não atirou porque não sabia e foge na hora em que a polícia os cerca; e no desespero da babá perdida, a mexicana Amélia, no deserto com as crianças filhas dos turistas americanos, seus patrões, e depois sozinha ao deixá-los para pedir socorro. Quando é encontrada por policiais, é presa como imigrante ilegal, após ter cruzado a fronteira com o México para ir ao casamento do filho. Ao final, as crianças são resgatadas e ela é deportada.

Existe uma tensão muito grande nas histórias, uma confusão de línguas que tentam se misturar e pessoas que são "castigadas" por isso: para as autoridades, o tiro que a mulher americana levava teria sido um ataque terrorista e, portanto, crianças passaram a ser cassadas como tal. Mas as crianças perseguidas são marroquinas. As crianças americanas também cruzam a fronteira inocentemente, mas são resgatadas quando a polícia chega. A babá arriscou tudo na travessia, já que a sua condição não lhe permitia isso, diferentemente dos americanos, que puderam ter assistência em qualquer parte do mundo e em situações inesperadas, sendo eles adultos ou crianças. A jovem Chieko é constantemente frustrada nas suas tentativas de inserção no "mundo dos sons", o seu exagero em tentar se relacionar sexualmente assusta aqueles que ela

tenta "abater". O fato de ela estar nesta história tem a ver com o seu pai. Foi ele quem deu o rifle de presente ao marroquino que o vendeu ao amigo, pai das crianças.

Em *Babel* todos estão interligados pela tragédia e se encontram isolados. Embora as histórias relatadas estejam situadas num mundo onde a tecnologia é bastante utilizada, esta não aparece diretamente nas horas mais difíceis. Chieko até que utiliza o seu telefone com vídeo e consegue falar com suas amigas através de gestos, mas seus sentimentos são demonstrados pessoalmente ao policial que vai interrogá-la sobre o seu pai. As armas até que chegam aos marroquinos, embora não produzam ou possuam poder aquisitivo suficiente para comprar numa loja. Mas estes, sabendo ou não atirar, "precisam" assumir a condição de "maus" na história. E se um passeio turístico de alguns americanos não tivesse sido interrompido, talvez isso tudo não tivesse acontecido.

Há um tom de fracasso nas tentativas dos personagens em romper suas fronteiras mais opressoras. Mas, só mesmo o casal americano sai ileso e nas capas dos jornais como seres humanos salvos de uma provável tragédia.

A Torre de Babel é uma imagem muito forte para esses tempos de pretensa libertação. No sentido horizontal, não mais nos elevaríamos aos céus, desafiando a Deus, nem mais estaríamos preocupados em aprofundar o conhecimento científico para chegar à "verdade" (até porque é improvável tal afirmação), mas sim teríamos uma superfície horizontal através de práticas de comunicação virtual, onde "deslizaríamos facilmente".

Lévy (1999, p.13-5) diz que a rede que sustenta esta idéia estaria restrita à superfície em um dilúvio sem fim:

Aquilo que Einstein chamou de bomba das telecomunicações foi chamado, por meu amigo Roy Ascott (um dos pioneiros e principais teóricos da arte em rede), de "segundo dilúvio", o das informações. [...] A arca não repousará no topo do monte Ararat. O segundo dilúvio não terá fim. Não há nenhum fundo sólido sob

o oceano das informações. [...] Estas arcas estarão eternamente à deriva na superfície das águas.

Para Lévy (1999), existe uma *inteligência coletiva* distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das “competências”(p. 28). Intimamente ligado ao crescimento da valorização da cultura e celebrando a inclusão de novas linguagens, principalmente as visuais, esse projeto de inteligência, novamente nas palavras do autor, “convoca um novo humanismo” que inclui e amplia o “conhece-te a ti mesmo” para um “aprendamos a nos conhecer para pensar juntos”, o que teria um peso que vai do “penso, logo existo”, para um “formamos uma inteligência coletiva, logo existimos eminentemente como comunidade” (p. 31-32).

Através da internet, a comunicação e a informação trariam as condições necessárias para que o homem supere, ele mesmo, todas as suas “imperfeições”. Ele não buscaria mais a sua essência: ele a construiria. Ele não busca mais a Deus, ele se vê como tal. A essa possibilidade do conhecimento, construído a partir de uma liberdade de acesso e cruzamento de informações em forma de *bytes*, estamos chamando de Torre de Babel horizontal: aparentemente sem um começo e sem um fim; sem território e sem donos.

O imaginário tecnológico contemporâneo

O universo virtual é todo ele efêmero. Uma página pode existir hoje e não existir amanhã ou depois. E tudo são páginas no ciberespaço. A existência de uma rede de computadores que possibilitaria, tecnicamente, que todos os indivíduos conectados e, portanto, iguais, se comunicassem, deixa no ar uma dúvida em relação a essa interconectividade absoluta, que

Mattelart (2002) vai nos explicar, na perspectiva da crítica à inclusão social vinculada à inclusão digital.

Na reconstrução da história da chamada sociedade da informação, o que autor coloca são os excessos e a fetichização da informação como um produto a ser consumido na mesma proporção do exagero da sua produção, em vias cada vez mais rápidas, num turbilhão imensurável e incompreensível. Podemos ter uma infinidade de opções de referências se colocarmos qualquer termo num site de busca como o *Google*, um dos mais conhecidos. Se entrássemos com a palavra “igreja” no *site* de busca acima mencionado, poderíamos encontrar, em 0,06 segundos, algo em torno de 11.600.000 páginas sobre o assunto. O que fazer com tudo isso? Como selecionar aquilo que realmente importa?

Diante dessas possibilidades apresentadas pelas práticas através do universo virtual, destacamos o seguinte trecho sobre esse discurso que nos parece elucidativo deste momento:

Os discursos que acompanham a sociedade da informação erigiram em lei o princípio da tábula rasa. Não há nada mais que não seja obsoleto. O determinismo tecnocomercial gera uma modernidade amnésica e dispensa o projeto social. A comunicação sem fim e sem limites institui-se como herdeira do progresso sem fim e sem limites. [...] Toda atitude contrária a esse positivismo é rapidamente rotulada de tecnofóbica ou antimoderna (idem, p.172).

É a suposição do globo como um lugar unificado pelas redes de comunicação, de acordo com a lógica de mercado: o paradigma tecnoinformacional como pivô de um “projeto geopolítico que tem como função garantir o rearranjo geoeconômico do planeta em torno dos valores de democracia do mercado e em um mundo unipolar” (*op. cit.*, p.139). Com isto percebemos que a diferenciação não está na produção do conhecimento, mas nas fontes e nas formas de acesso.

As formas de acesso a esses e a outros meios de comunicação e informação irão determinar quem estará incluído e até que ponto. Essas “nuances” acompanham as diversas realidades, onde, por exemplo, a impossibilidade de se ter energia elétrica para a instalação do equipamento mais simples de comunicação coloca em xeque a chegada destas tecnologias. Além disso, é importante verificar a utilização das expressões “inclusão digital” e “inclusão social” como equivalentes. A inclusão social parece uma consequência direta da digital, face à associação da suposta democratização à fetichização das tecnologias, como se a simples presença destas pudesse resolver todos os problemas e incluir a todos.

As cintilações visíveis na internet são a grande mercadoria do momento. Podemos observar que cada segmento da sociedade, seja ele empresa, grupo ou indivíduo, todos estes podem ter sua representação virtual na internet. As pessoas não precisam se dirigir a uma loja para comprar algo, elas podem comprar pela página, acessando de casa, do trabalho, da rua. Cenas como estas são comuns, desde que a internet se popularizou. Já estamos acostumados a conviver e podemos afirmar que seria estranha a vida sem estas *modalidades virtuais das nossas ações*.

As tecnologias e a produção do conhecimento

O mito e a razão são duas formas de se entender a realidade. Mas optamos por discutir, num plano histórico, o que identificamos com um recorte específico nesse tempo/espço em que nos localizamos: o que estamos chamando de uma *versão horizontal* da Torre de Babel, onde poderíamos vislumbrar não uma torre em sua forma original, vertical, em direção aos céus, mas uma torre que cresce em sentido horizontal, numa teia gigantesca que une e separa pessoas e obedece à lógica do mercado, do consumo, do imediato e, em última análise, do capital.

A produção e a circulação do conhecimento ganham novos atributos diante da velocidade e tratamento das conexões eletrônicas, incluindo um ar de mistério. A forma e o conteúdo dos aparelhos tecnológicos onde são processadas e armazenadas informações representariam o conhecimento produzido e estas informações disponíveis seriam equivalentes a uma democracia.

Contraditoriamente ao que se propõe como democracia através da rede informática, vemos que a fetichização das TIC, apoiada em um imaginário tecnológico que tem no *gnosticismo* sua base, nos mostra o hermetismo inerente a uma nova religiosidade que compreende a inserção num espaço virtual, desconhecido da maioria. Essa nova religiosidade está associada à projeção individual dos sujeitos num espaço virtual, assumindo uma forma pós-humana, tendo pleno domínio de suas “vidas” e circulando livres nesse não-lugar: o ciberespaço, o espaço da rede informática.

Gnosticismo é o “conhecimento” que é remetido a alguém ou algo superior, não creditado ao trabalho humano. Este é sempre atravessado pelas religiões. A *gnosis* é “uma técnica visando ao controle do mundo espiritual” (Felinto, 2005, p.63). Outras definições que se aproximam destas dizem que gnose é

o conhecimento direto e profundo de si mesmo, percepção interior, que implica simultaneamente o conhecimento de Deus; e gnosticismo: um movimento filosófico e religioso comprovadamente existente antes da nossa era, que veio a cristianizar-se, em parte, após o drama de Jesus, segundo os mais notórios estudiosos da atualidade¹².

Este controle hoje estaria associado à nova face do capitalismo, que tem no ciberespaço e na virtualidade das relações pessoais, culturais e sociais diretamente relacionadas às relações comerciais, a sua forma mais eficaz. Um número considerável de representações que circulam sobre as novas tecnologias tem, na retomada de antigos mitos, representações arcaicas associadas

¹² Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=141&secao=ocultura>. Acesso em: 09 dez. 2006.

ao absolutamente novo. Essas fantasias ancestrais possibilitariam a aceitação daquilo que aparentaria ser inteiramente compreensível para um suposto limite das nossas mentes. Esse movimento ampliaria, simultaneamente, o poder e o fascínio das novas tecnologias.

Diferentemente do aprofundamento que o conhecimento científico tradicional poderia propor e de uma elevação do espírito a um conhecimento sobrenatural, o sentido lateral da produção do conhecimento, via internet, seria a construção de uma superfície infinda onde circulam informações em formatos diversos, direcionados por quem detém o conhecimento sobre a funcionalidade desta torre horizontal. Poderíamos nos perguntar: para que aprofundar se podemos correr mais rápido pela superfície?

Felinto (*op. cit.*) também nos adverte que se considerarmos que o imaginário tem dado as cartas ao conceitual, o pensamento limita-se a trabalhar comparativamente e corre-se o risco de esquecer a importância do diferencial histórico” (p.59). Temos que ver que “o valor da analogia como instrumento de conhecimento não é desprezível, mas não é em si suficiente” (*idem*).

Desta forma é possível afirmar que:

a idéia fundamental é que as novas tecnologias envolvem alterações radicais da realidade e da subjetividade. Tais alterações permitem que a consciência se descole da realidade, inclusive a realidade do próprio corpo, ingressando em mundos alternativos e imateriais (...), ou o que se poderia chamar de pós-humanismo: o corpo sai de cena, para dar lugar a fantasias que prometem, por um lado, uma expansão infinita dos poderes da consciência e, por outro lado, a possibilidade de (re) construir os próprios padrões de consciência na forma de identidades alternativas (p.65).

Esses padrões da consciência adaptam os novos consumidores aos novos produtos e a circulação de mercadorias ao mercado global. Uma característica das tecnologias eletrônicas da era da informação é que estas são invisíveis, circulando fora das experiências humanas de espaço e tempo. Como poderíamos ter uma apreensão dos fenômenos, da construção social do espaço, do trabalho e das relações, desconsiderando as experiências históricas de espaço e tempo?

A divinização do self maquinizado: pós-humanismo na rede

O homem divinizado, o *pós-humano* do ciberespaço seria o contrário do *homo sacer*, comum, sem importância, que Giorgio Agambem diz estar vivo quando publica *Homo Sacer - O Poder Soberano e a Vida Nua I*, recordando uma esquecida e obscura figura jurídica latina. Mais vivo do que nunca nas democracias capitalistas contemporâneas, segundo o filósofo, este João-ninguém pode ser morto sem causar transtorno público. Ele é um invisível: “Ele está sujeito a uma ‘vida nua’, aquela que só tem a si própria, desprovida de qualquer direito humano mais elementar.”¹³ Diferentemente do *homo sacer*, em sua proposta de existência, o pós-humano seria um “João-todo-mundo”, que poderia realizar todos os seus desejos e estar em toda parte.

As duas figuras se confundem, na medida em que o *self*-divinizado não é uma realidade objetiva. Todos os *sites* que divulgam o pós-humanismo têm um caráter projetivo nas suas falas. É um futuro que se anuncia pelo desejo colocado nas falas que divulgam os mesmos. Da mesma forma que o *homo sacer*, o *self*-divinizado poderia ser tudo, mas não é nada.

Na perspectiva de uma nova religiosidade, associada às máquinas invisíveis, numa quase simbiose com o humano, pode-se observar um impulso central da gnose, “fáustico”: a tentação da criatura tornar-se o Criador – a divinização do *self* maquinizado, demiurgo de um universo cibernético.

Uma cibercultura existe se considerarmos a existência de um ciberespaço. Este, por sua vez, pode existir porque existem tecnologias de sustentação (tecnologias da informação/tecnologias móveis). O que devemos discutir são as suas representações e a sua utilização nas relações sociais, principalmente. A produção simbólica contemporânea aponta para uma

¹³ PREGER, G. Disponível em: http://www.novae.inf.br/pensadores/homo_sacer_baixada.htm. Acesso em: 05 dez. 2006.

compreensão da realidade que, embora não esteja totalmente desvinculada do mundo real, se propõe a-histórica: interfaces gráficas de instituições e seres humanos em versão virtual. Um presente eterno, uma expansão lateral do eu, através do mar de informações proporcionadas pelo “encontro”, através das novíssimas tecnologias. Essas crenças apóiam a idéia de uma sociedade em que a informação é o maior bem e estaria disponível a todos. Sua produção não teria um centro. Todos seriam livres na rede. Ademais, as novas tecnologias teriam uma característica singular: a miniaturização.

Anjos digitais: A miniaturização das tecnologias

Sáimos da era em que as máquinas eram monumentais e imponentes, tornando o que um dia foi impensável, real, materializado em sua forma visível para a era em que sua realização encontra sua forma mais perfeita na miniaturização dos dispositivos utilizados. Essa nova roupagem dos dispositivos pode ter uma relação entre as novas tecnologias e a religiosidade, quando alguns atributos de ambas são agrupados aos serviços de segurança pessoal, principalmente na denominação dos dispositivos de segurança como “anjos”, entidades, espíritos protetores. É o que nos mostra o exemplo seguinte.

A nova cara da escravidão estaria representada pela implantação de *microchips* na pele dos futuros clientes de empresas (e naqueles que se submeterem de alguma forma), que estão sendo testados na Flórida, EUA, desde julho de 2001, com diversas encomendas, inclusive do Brasil¹⁴. Segundos seus criadores, como o executivo da empresa ADS Richard Sulivan, essa “novidade” terá o seu potencial direcionado para a melhoria do indivíduo, sua segurança e seus negócios, para a melhoria da vida de milhões de pessoas em todo o mundo, pois a capacidade

¹⁴ Disponível em: <http://www.portalanjo.com/plenitude/marcadabesta1.htm>. Acesso em: 07 jun. 2006.

virtual desses *microchips* é ilimitada. Esses *microchips* (RFID) já estão sendo acoplados a dispositivo do tipo GPS (*Global Positioning System*, um sistema baseado em satélites, desenvolvido para a navegação, que permite localizar precisamente sua posição em qualquer ponto da superfície da terra) implantados em humanos. Os dispositivos podem verificar a taxa de pressão sanguínea e outras informações vitais. Existem dois sentidos diferentes aqui: o primeiro é nada mais do que um serviço que hospitais e clínicas já prestam. A diferença está na mobilidade, pois o “paciente está conectado com a “clínica”. No segundo, é uma possibilidade de vigilância de informações que este dispositivo. Estes já estão sendo devidamente implantados nas cobaias mais próximas: os bichos de estimação.

Dispostos assim, antena, satélite, receptores, cada pessoa com sua “coleira digital”, em acordo de uma harmonia jamais vista no inferno¹⁵, nos perguntamos se haverá alguma possibilidade de fuga do destino de seres vivos codificados.

Estamos acostumados ao ícone de um sorriso com a inscrição: “sorria, você está sendo filmado”. A frase remete a um “você está aparecendo na TV!” A instalação de câmeras pelas ruas demonstra que esta prática está cada vez mais presente em nossas vidas e mesmo em nossas casas, nas histórias relatadas em jornais onde vemos babás sendo flagradas por câmeras quando espancavam bebês. Em todas as repartições, podem ser encontradas câmeras vigiando e registrando tudo para possíveis contestações e constatações. Nossos “impulsos” para nos submeter a dispositivos de controle estão vinculados ao lucrativo setor de segurança.

¹⁵ No terceiro capítulo de “Cândido ou o otimismo”, de Voltaire, o autor descreve mais um dos exércitos que Cândido, passando pelo mais terrível dos mundos, contrariando os ensinamentos do seu filósofo Pangloss (crítica a Leibniz), vai conhecendo: “As trombetas, os pífaros, os oboés, os tambores, os canhões, formavam uma harmonia jamais obtida no inferno” (2002, p. 13).

Ciberespaço e desterritorialização

Lemos (2006) identifica processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, no ciberespaço, através da mobilidade que o uso das TIC proporciona. Para o autor, esses processos são característicos da cultura contemporânea, pela “tendência global desterritorializante” (p.1). Citando Meyrowitz, em outro trabalho (Lemos, 2004, p.3.710), o autor nos aponta que “a cultura contemporânea estaria voltando à forma primitiva, transformando-nos em *“nômades globais na savana digital”* (grifos do autor).

Em meio à tensão dos desaparecimentos e ressurgimentos de diferentes formas de acesso ao conhecimento, as concepções tradicionais da ciência podem ser contestadas por formas “mais rápidas” de acesso. Embora não mencione, no seu texto, os conceitos da Geografia acerca de território e conseqüentemente, fronteiras, ainda são os principais referenciais para os processos desterritorializantes apontados aqui pela suposição da independência dos acontecimentos no espaço físico. Se a Geografia pode ser representada de outra forma, nesses ditos tempos pós-modernos, a história também encontrará formas de existir, pois os registros dos acontecimentos, seja na realidade ou na virtualidade deixam vestígios, rastros. Podem até mesmo ser apropriados com fins comerciais e vigiados. Vemos assim que as línguas mais variadas conjugam, cada vez mais, o verbo consumir.

Todas as línguas numa única tradução: novos hábitos de consumo

Já nos referimos ao fato de que, cada vez menores, as tecnologias tendem a se tornar quase invisíveis. Essa miniaturização pode ser vista de outra forma, na perspectiva de reunião de

todos os objetos num mesmo lugar para “facilitar” o acesso. É a nova cara da paisagem urbana que revela os novos hábitos de consumo.

Uma menção ao pós-modernismo

Difícil é apreender o que seria uma crítica ao capitalismo no mundo pós-moderno. Para Harvey (1992), o mundo pós-moderno pode ser ilustrado nas imagens do filme *Blade Runner* (1982) do diretor Ridley Scott. A história (ou suposta ausência dela) se passa em Los Angeles, no ano de 2019, quando a humanidade já é capaz de fabricar andróides, simulacros perfeitos dos seres humanos. Estes foram criados para trabalhar no novo projeto de colonização da humanidade, no espaço. O caçador de andróides entra em cena para destruir aqueles que se rebelam por terem uma duração muito pequena: apenas quatro anos. O que importa aqui é destacar a leitura da paisagem que Harvey propõe.

Ele chama atenção para a força que imagem vem adquirindo e encontra, nesta história, sua apoteose. “A imagem, é em resumo, prova da realidade, e as imagens podem ser criadas e manipuladas” (p. 280). Com isso, podemos identificar muitos processos hoje dia que passam pela criação de verdades onde a “feitura” dessa verdade é produzida nos moldes da produção imagética que a tecnologia proporciona, cada vez mais facilmente. Os programas de tratamento de imagens, em fotografia ou vídeo, podem realizar “maravilhas” desconcertantes. A impossibilidade de atestar a veracidade das imagens faz parte das nossas questões a respeito das relações sociais mediadas pelas tecnologias.

Em *Blade Runner*, não se pode saber onde começa o tempo, nem onde termina o espaço. Para o autor, o filme “é uma parábola de ficção científica em que temas pós-modernos, situados

num contexto de acumulação flexível e de compressão do tempo-espaço, são explorados com todo o poder de imaginação que o cinema pode mobilizar” (p. 281).

A profusão de informações através de imagens e configurações multimidiáticas, na sociedade contemporânea, está associada a idéias que veiculam uma ordem onde tudo estaria interligado e em plena comunhão, dependendo apenas da atitude individual de acessar tais bens. Um termo que tem sido considerado como conceito explicativo da realidade, introduzido no primeiro capítulo, será usado aqui entre aspas, pois este texto não o considera explicativo da realidade: a “globalização”.

“Globalização”, a inevitável palavra?

Em sua análise sobre a natureza do espaço, Milton Santos (2002) aborda a problemática da redefinição do espaço geográfico diante de uma economia mundializada e de relações sociais e culturais idem. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional, observam-se mudanças na constituição dos objetos técnicos, intencionalmente produzidos para uma ordem global que se espacializa diferentemente, instalando-se na diversidade dos lugares, seguindo uma ordem própria.

Esse movimento produz uma organização do espaço geográfico e social relacionada, desde o Século das Luzes e da Revolução Industrial, à emergência de uma racionalização que cumpre a dinâmica produtiva e distributiva, antes de um comércio mais disperso para depois ser organizado num mercado mundial. Pode ser observada, assim, a emergência de um meio técnico-científico informacional que busca substituir o meio natural pelo técnico, resultando na produção dos espaços de racionalização que constituem o suporte das principais ações globalizadas.

Os objetos são intencionalmente concebidos, fabricados e localizados. A ordem espacial é, também, intencional. Existem sistemas de objetos técnicos, praticamente em todas as latitudes e longitudes. Daí vem o ar familiar de tantos lugares, sua aparência repetitiva, como os *shoppings*, tema que abordaremos em seguida.

O mundo passa a ser um conjunto de possibilidades, e os lugares, as oportunidades oferecidas, pois a eficácia desses processos, no exercício das ações, depende da existência das condições adequadas deste ou daquele lugar: “O universal é o Mundo como norma, uma situação não-espacial, mas que cria e recria espaços locais; o particular é dado pelo país, isto é, o território normado; e o individual é o lugar, o território como norma” (Santos, *op. cit.*, p.338). Mas quantos indivíduos sem lugares determinados perambulam por aí?

Dentro desta lógica, temos uma razão universal e uma razão local. Na primeira, prima a informação: a ordem global, razão técnica e operacional, ‘desterritorializada’, que separa o centro da ação e a sede da ação. Na segunda, prima a comunicação: a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. A ordem local ‘reterritorializa’ e é espaço banal que reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas, o cotidiano imediato, aquilo que foi localmente vivido. Essa “ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, a desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global” (idem, p.334).

A globalização é o movimento de superação máxima das distâncias entre os mercados, consolidando grandes blocos comerciais, através de objetos técnicos e ações que encontram, no território, a grande mediação entre o mundo e sociedade nacional e local. A história do espaço geográfico é uma sucessão de sistemas técnicos e de ações. Portanto, “não há um tempo global,

único, mas apenas um relógio mundial. Também não existe um espaço global, mas, apenas, espaços de globalização, espaços mundializados reunidos por redes” (idem, p.333). Esses espaços são escolhidos e também são esquecidos pelo capital.

O economista norte-americano John K. Galbraith, em resposta a um questionamento sobre a crise na bolsa de valores, apontando a globalização como causadora desta crise, responde:

“Globalização é um termo que eu não uso. Não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causas de graves problemas” (*apud* Leher, 1998, p. 129).

Vemos com isso que a globalização se aproxima mais de uma construção ideológica que visa apagar as diferenças entre os países como uma simples polarização, prometendo superá-la, diferenciando o Norte do Sul e fazendo com que exista a crença de que todos estão participando das decisões do mundo do livre comércio, pós-colonial. Embora as grandes decisões no mundo passem pelos grupos de grandes empresários, das grandes potências mundiais, uma valorização das manifestações culturais ganha visibilidade e é apontada como uma saída para aqueles que querem interagir com outras culturas. A partir da apreensão destas manifestações como mercadorias comercializáveis no dito livre comércio mundial, vemos as características econômicas como determinantes deste acesso a diferentes povos e diferentes línguas.

Outra ilustração interessante nos é trazida por Bauman (1999), quando categoriza em *turistas* e *vagabundos* os dois tipos de sujeitos da globalização. Os primeiros, os turistas, são aqueles que possuem mobilidade. Podem viajar, porque são economicamente capazes. Já os do segundo grupo, não têm condições de fazê-lo e, conseqüentemente não têm mobilidade. É preciso, pois, estar consciente da condição de consumidor numa sociedade pretensamente globalizada. O consumo pode ser globalizado, na medida em que se reproduzem diversos

produtos com características próprias de determinados lugares, independentemente de onde serão consumidos. Supõe-se que os produtos culturais do Sul possam ser consumidos no Norte, embora na prática ocorra o oposto.

Para Bauman (idem), estamos nos movendo, mas divididos. Afinal de contas, todos querem ser consumidores, já que é assim que a vida é apresentada como possibilidade de conquista. Mas pouquíssimos podem chegar lá. E como chegam? Uma ilustração bem próxima da realidade dos latinos que tentam chegar aos Estados Unidos por mar, numa metáfora interessantíssima sobre viagens (desiguais), nos é apresentada pelo autor:

Lançados num vasto mar aberto, sem cartas de navegação e com todas as bóias de sinalização submersas e mal visíveis, só nos restam duas opções: ou nos alegramos com as empolgantes perspectivas de novas descobertas ou podemos tremer de medo de morrer afogados. Uma opção não realista é pedir refúgio num porto seguro: podemos apostar que o que parece hoje um porto seguro logo será modernizado e no lugar dos serenos abrigos de barcos surgirá um parque temático, um calçadão de lazer ou uma marina superlotada. Não havendo portanto uma terceira opção, a escolha de uma das duas opções ou sua imposição como destino depende em larga medida da qualidade da embarcação que se tem e da habilidade dos marinheiros. Quanto mais resistente a embarcação, menos razão para temer as ondas e tempestades marítimas. Mas nem todas as embarcações têm condições de navegar. E assim, quanto maior a distância a percorrer, mais o destino dos marinheiros tende a se polarizar e mais fundo será o abismo entre os pólos (p. 93-94).

A alocação do capital em diferentes partes do globo, na forma de investimentos em pontos estratégicos, está associada a construções como a de uma sociedade da informação, onde uma postura humana complacente, diante de tal construção, é condicionada a partir de lugares e povos escolhidos pela capacidade de produção e enquanto durar essa produção. Àqueles que ficam, restam os cemitérios das cidades onde alguma fábrica ou empresa sugou seus recursos e por motivo do esgotamento destes, abandonou o lugar, deixando os que lá ficaram imóveis, no deserto que o capitalismo móvel cria e recria. Como as histórias relatadas no filme Babel e na concepção de turistas e vagabundos de Bauman, parecem simplificadas as questões de quem tem

mobilidade e pode se locomover física e virtualmente não importando onde esteja, enquanto outros não. Os turistas no filme são os americanos, os vagabundos são os outros, os marroquinos, os latinos. A garota japonesa está à margem por outros motivos que não são de ordem econômica. Uma advertência à separação dos turistas e dos vagabundos deve ser feita, nessa perspectiva. Ambos são consumidores: um realizado e o outro frustrado. Sua frustração também movimenta a economia, já que todos devem perseguir o ideal do consumo como realização plena em qualquer esfera da vida. Não é necessariamente quem não trabalha, mas quem não pode pagar “as viagens”.

Uma outra mudança nas sociedades contemporâneas que identificamos tem a ver com a forma, supostamente sintética, que as paisagens urbanas vão adquirindo, quando são modernizadas segundo os padrões atuais. Qual seria, então, a imagem de uma cidade hoje em dia?

O desaparecimento das cidades: as novas interfaces do real

Beatriz Sarlo, em *Cenas da vida pós-moderna*, analisa mudanças que identifica na paisagem urbana. Ela lembra que Los Angeles (novamente aqui a cidade “do futuro”), referencial de cidade sem um centro, sugerindo uma tolerância à multiculturalidade: não se sabe até que ponto ela é desejada ou indesejada. A imagem de centro que sempre se teve das cidades, de grande ou médio porte, geralmente, foi aquela de um lugar onde se tinha acesso àquilo que não estava nos bairros residenciais. A autora cita alguns referenciais: “um lugar geográfico preciso, marcado por monumentos, cruzamentos de certas ruas e avenidas, teatros, cinemas, restaurantes, confeitarias, ruas de pedestres, anúncios luminosos [...] nos edifícios” (p.13). Vemos com isso que o que marcava a identidade urbana era o visual e os serviços. Visual no sentido daquilo que é

visto fisicamente, em determinado ponto no espaço. Cada objeto representava ele mesmo, já que não fora reproduzido para parecer algo que deveria estar ali como ele mesmo: um simples objeto.

O desaparecimento do centro das cidades a que nos referimos está associado às possibilidades de reprodução, em parte, destes serviços e do visual de elementos tipicamente urbanos com que estamos acostumados a conviver. A mobilidade proporcionada pelas tecnologias ocasionou uma mudança na paisagem urbana. Uma suposta síntese pode ser observada num movimento que culmina na imagem de uma bricolagem das cidades. A imagem da paisagem urbana contemporânea tem sido gradativamente ressignificada, de forma mais ou menos sutil. O sistema de objetos e ações, antes visualizados dentro de um campo aberto, com redes de vias interligando os elementos e compreendendo a mobilidade do ser humano, passam a “ocupar” um outro espaço para além da materialidade dos olhos de quem vê, a olho nu, a realidade.

Para Ellen Wood (2003),

“ ‘o mundo pós-moderno’ é um pastiche de fragmentos e de ‘diferenças’. A unidade sistêmica do capitalismo, suas ‘estruturas objetivas’ e seus imperativos totalizantes deram lugar (se é que chegaram a existir) a um bricolage de múltiplas realidades sociais, uma estrutura pluralista tão variada e flexível que pode ser organizada pela construção discursiva” (p. 207).

Estamos falando da proliferação de símbolos e simulacros que reúnem, num mesmo ponto estratégico, no espaço das cidades, vários elementos da paisagem urbana, e até mesmo da rural ou de qualquer outra que convenha, a fim de atrair a maior quantidade de pessoas para consumir os serviços oferecidos. Desacostumados a ir ao centro da cidade, que também era, em última instância, um centro de consumo, nos habituamos a ir ao *shopping center*, um simulacro da cidade, repleto de miniaturas expostas, disponíveis (para quem pode pagar), mas, sem sombra de dúvidas, um conjunto de recortes reagrupados para, supostamente, resumir a cidade.

Tudo é funcional no *shopping* e nada é de graça. Mesmo que alguns se utilizem deste espaço para encontros, sem ter necessariamente que consumir o tempo todo, a frequência das idas acaba por seduzir os consumidores de alguma forma. Dentro de um *shopping*, a grande quantidade de produtos e serviços oferecidos submete ao consumo os seus “visitantes”. Sarlo nos diz que “todos os shoppings são iguais”, pois podemos encontrar as mesmas marcas e o mesmo formato das praças de alimentação em qualquer parte do mundo. Tudo é feito para que nos sintamos em casa. Assim, “a soma de um espaço sem qualidades das marcas internacionais e das mercadorias internacionais se soma à uniformidade de um espaço sem qualidades” (p. 15). Como numa nave espacial, onde tudo que se pensaria em consumir estaria disponível, assim é o *shopping*: perde-se a orientação de espaço e de tempo, conseqüentemente. Os objetos são reproduzidos em lugares diferentes não para que os lugares sejam os mesmos, mas para que as ações, ou consumo, sejam garantidos.

Um dispositivo muito utilizado pelas campanhas publicitárias nos últimos tempos está associado a uma palavra muito importante: “você”! O endereçamento dos produtos a serem consumidos está sendo cada vez mais direcionado, com ares de relações mais íntimas, pessoais. Desta forma, simula-se um diálogo para se aproximar do consumidor. O *shopping* traz esta “marca” quando garante, pela via do consumo, a satisfação de todas as “necessidades” de todos os “você” que por lá transitarem.

Não existe deriva na lógica organizacional de um *shopping*. Tudo foi feito para que a atenção dos passantes repouse em algum ponto de venda ou loja, em algum produto ou em todos. Ao contrário do que se poderia pensar, o *shopping* não é um labirinto e sim uma cápsula. Não é possível se perder dentro dele. Mesmo que você não encontre o que procura, você jamais irá se perder. Todas as direções levam ao mesmo lugar.

O *shopping* não tem relação direta com a cidade, pois seria a novidade desta, em forma automática, dispensando a locomoção que as ruas compreendem e todas as relações que interligam os diferentes espaços. Dispensa a Geografia, na medida em que fundado na lógica mercantil.

A história, para a produção do *shopping*, não passa de um *souvenir* (idem, p. 18). Símbolos de determinados tempos, imagens consagradas podem servir para embelezar o “preservacionismo fetichista”. A história assim desempenha um “papel servil”. É como se pegássemos a imagem da Mona Lisa de Leonardo da Vinci e estampássemos numa bolsa, numa série de bolsas, de uma marca mundialmente famosa. O sucesso do produto estaria garantido: contemplaria a “legitimidade” histórica da imagem consagrada e atestaria a legitimidade impressa pela *grife* da peça.

A descaracterização da cidade pela subtração dos seus referenciais tradicionais, aparecendo como paisagem pretensamente sintética, sistema de objetos não visíveis, na perspectiva de reunião dos elementos em *shoppings centers*, resumindo as “necessidades” de consumo em um único lugar, é, assim, como indicou Wood, uma bricolagem que atende a determinado consumo que inclui ainda os aspectos da interconectividade das mercadorias e dos serviços que objetivam sua produção, distribuição e manutenção dentro de uma lógica de consumo restrita a lugares determinados.

A imagem da Disneyworld, destacada por Baudrillard (1991), serve para lembrar que todos os personagens ali presentes não são apenas a celebração do *shopping*, como lugar onde se tem tudo, mas também na medida em que realiza o sonho de estar junto daqueles que só existiam em fantasia: consumir a fantasia “onde ela foi criada”. O *shopping* expõe todos os objetos com que sonhamos. Esses objetos sonhados estão ligados ao desejo daqueles que se sentem à margem do consumo daquilo que há de melhor no mundo. Vende-se, assim, a possibilidade de se

consumir aquilo que é consumido em outros países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e outros.

Um exemplo muito significativo dessa discussão está num bairro nobre do Rio de Janeiro, que deixa encabulados alguns moradores da cidade pela enorme Estátua da Liberdade, colocada na frente a um dos edifícios do *shopping* principal, e que já foi vestida de Papai Noel. A Barra da Tijuca pode ser vista como uma “Miami cucaracha”. Sua concepção está associada à inclusão de ícones famosos do mundo inteiro, às *grifes* que possibilitam ao lugar parecer com algo que nunca foi ou será. As réplicas de alguns ícones estão situadas a poucos metros de distância: a já mencionada Estátua da Liberdade que foi travestida dela mesma, o Big Ben, a Torre Eiffel, a Torre de Pisa etc. O bairro é como um *shopping* de bairros do mundo a céu aberto. É difícil definir uma identidade para o bairro, pois “qualquer um” pode pertencer àquele lugar, desde que admire estes ícones e os associe ao consumo do que há de melhor no mundo. Todos podem ter, basta pagar.

Esta relação tão intensa com o consumo, que o mercado prega, tem outras implicações que talvez não possam ser visualizadas pela sutileza da sua atuação. Para que este consumo seja total, é preciso conhecer ao máximo os seus consumidores e, enfim, controlá-los para produzir melhor. Neste caso, apontamos o que seriam os rastros deixados pelos consumidores, que podem ser identificados, por exemplo, em cartas de oferta de crédito que os bancos enviam a clientes potenciais, com a simulação dos diálogos entre empresas e clientes sugerindo proximidade¹⁶.

¹⁶ No mês de janeiro, o Banco do Brasil lançou uma campanha onde foram colocados nas fachadas das agências, nomes comuns no lugar da terminação “do Brasil”. Em várias agências espalhadas pelo país podiam ser vistas as fachadas com os bancos “do João”, “da Camila”, “do Pedro.” Para o Sindicato dos Bancários “a campanha é uma forma de estar mais próximo do público, significa o início de uma tentativa de privatização. A gente sabe que a privatização de uma empresa pública começa com a mudança do nome, mas não sabe, se por trás dessa campanha, que aparentemente é para aproximar o Banco do Brasil do público, não tem uma segunda intenção de privatização”, disse a secretária de Políticas Sindicais do Sindicato, Mirian Fochi. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/01/04/materia.2007-01-04.5146104198/view>. Acesso em: 06 jan. 2007.

Propomos assim falar de dois panópticos: aquele de Bentham, que Foucault trouxe para as análises de *Vigiar e Punir*; e o que estamos chamando de *panóptico do consumo*, através das silhuetas que promovem para existir, para vigiar e punir, e para vigiar e redimir, punindo.

As silhuetas do panóptico de Bentham

Retomando o que Foucault (2006b) disse sobre o panóptico de Bentham, o olhar invisível de quem observa controla o comportamento de quem é observado, sem ter o mesmo poder de ver quem o observa, a máquina arquitetural é definida da seguinte forma:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm das janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (p. 165-167).

A visibilidade é o elemento primeiro de qualquer forma de controle. O isolamento é a garantia de exclusão e incomunicabilidade, ou seja, de fuga. O detento de hoje, o louco contemporâneo e o trabalhador informal, na redução cada vez mais clara do cidadão ao consumidor, continuam num panoptismo que inclui características muito peculiares da nossa época: a espetacularização da vida e o culto ao corpo. Ao invés de punir diretamente os corpos que estariam fora do comportamento previsto e expô-los ao público em seu suplício, o segundo panóptico promete redimir o corpo, mediante suas exigências do que seria “o corpo” aceito na

sociedade, mas expõe sua forma na medida em que só aqueles que adquirem a “forma ideal” são aceitos.

As silhuetas do panóptico contemporâneo

O perfil do consumidor atualmente encontra sua apoteose no ideal de beleza pré-estabelecido através da mídia; na promessa de sucesso profissional condicionada ao sucesso do indivíduo; na idéia da suposta universalidade do saber sem igualdade de acesso; e na fusão desses elementos como os novos dispositivos sutis de controle, trazendo para um campo visível não somente os corpos, mas os desejos, através dos pensamentos induzidos.

Uma cena contemporânea, no mínimo interessante, é descrita por Sarlo (2004):

Numa tarde de domingo (...) Os pais da menina perguntaram o que ela queria ganhar de aniversário. Vocês já sabem, respondeu ela: a operação que me prometeram no ano passado, quando fiz 14. Em troca, para ver se a convenciam, ofereceram um mês numa praia do Caribe, férias numa estação de esqui para ela e uma amiga, aulas particulares de patinação aeróbica ou asa delta, tênis com tacômetro, autoinfláveis, modelo antigo, de sola fina, debruados com cetim com forro de pele sintética para depois do esqui, permissão para o namoradinho ficar para dormir todas as noites, um vestido de festa Calvin Klein original, um reproduzidor de CDs extraleve para levar na bolsa, um boneco inflável do Axl Rose, tamanho natural, um boneco inflável do Luiz Miguel, tamanho natural, uma cama de ginástica passiva e um gabinete de raios ultra-violetas, lentes de contato verdes, cinza aço e azul turquesa, um holograma de sua cabeça, tamanho natural, um pôster para o seu quarto com a primeira foto que tiraram dela, quando ela nasceu, um corte de cabelo, um implante de pestanas permanente, pintura de sobrancelhas, uma festa na discoteca que ela preferisse, um ursinho Sarah Kay gigante. Quero a operação, insistiu a menina (p. 22-23).

A justificativa que faz a menina convencer os pais inclui a recuperação do histórico familiar de sucessivas cirurgias plásticas que foram feitas para modificar a imagem natural dos seus corpos, ou seja, da adesão destes às mesmas práticas. Essa concepção de estética está

relacionada a um padrão de beleza imposta que inclui, além da preocupação com a aceitação pessoal nas relações, um sucesso profissional associado à aparência física, dentro desse padrão pré-estabelecido.

A nossa liberdade está associada à nossa capacidade de projetar nossos corpos, através da cirurgia plástica, da genética que propiciam esta modelagem e pré-modelagem do corpo. Saímos de um “você pode brilhar, não importa do que seja feito!”, para um “para que ser você quando você pode ser novo?”¹⁷

Mas “quem sonha esses sonhos por nós (Sarlo, *op. cit.*, p. 25)?” A projeção dos corpos sob a luz do panóptico de Bentham mostrava o movimento dos corpos aprisionados num determinado espaço fechado. Tínhamos os movimentos limitados e observáveis, sem o conhecimento do observado. Na fábrica do corpo, temos o corpo sob a luz do espetáculo que dá forma a esta: corpos subordinados e valorizados, redimidos pela submissão à forma “perfeita”.

A apoteose dos nossos corpos celebrados pelo mercado que os projeta disponibiliza a “fôrma” e dá o prazo de validade do último modelo que estamos usando de ser humano, ilustra parte da proliferação de dispositivos sutis de controle e mostra que a trajetória do confinamento, da punição e controle dos seres humanos para a servidão ao mercado, em última e primeira instância, só tem aumentado.

Para Pombo (2006), “houve uma espécie de incorporação da disciplina”. Hoje podemos estar “sob os efeitos dos dispositivos disciplinares independente da presença de algum tipo de autoridade investida de poderes capazes de impor os procedimentos de poder e de saber” (p. 3).

¹⁷ Referência ao filme *Robôs* (2005), onde um mundo inteiro de robôs, antes governado pela insígnia do grande herói que, não por acaso é o grande capitalista (o Grande Soldador), trazia conforto aos robôs mais pobres: suas peças eram aproveitadas. Essa postura será substituída por outra bem diferente: o vilão da história que substitui o antigo dono da grande fábrica resolve condicionar todos os robôs ao consumo de peças cada vez mais novas. “Você não poderá mais brilhar sendo o que é: você terá que comprar o seu novo “eu”.

Ainda somos disciplinados por discursos que prometem a realização dos nossos desejos e nos impedem de contestar esta ordem.

A contestação da ordem vigente do mercado global deveria vir de um movimento que parece estar sendo esquecido na medida em que é lembrado incessantemente: a democracia, que deveria ser “o governo do povo para o povo”. Interligados, todos os habitantes, poderiam governar e, assim, todos terem direitos iguais.

Falar de democracia não é democratizar

Vimos que, embora os discursos sobre o imaginário contemporâneo apontem para uma democratização do saber através da rede informática e do conhecimento na forma de informação disponível a todos, a inclusão social está ligada ao consumo das tecnologias e dos modos de acesso respectivos. Não seria uma inclusão social e sim uma inclusão vinculada ao consumo desta. Os diversos modos de acesso localizam comunidades diferentes em lugares diferenciados.

Esta rede seria a forma em extensão da torre que sugerimos, contemplando no mesmo espaço virtual, todos aqueles que “queiram” participar. A existência humana contemporânea convive com espaços virtuais como algo fundamental. E é certo que devemos nos apropriar desse conhecimento, não de forma apartada das relações sociais, como defende o próprio Lemos (2006, p. 3.717-3.718):

A idéia do ciberespaço e das tecnologias móveis desconectados da dimensão física/espacial, e como alienantes e portadores apenas de processos desterritorializantes parece aqui exagerada. Trata-se de afirmar a potência desterritorializante, mas também reterritorializante, das tecnologias da cibercultura. O que está em jogo é a criação de novas possibilidades de sentido para o espaço das cidades contemporâneas através das tecnologias móveis e do espaço eletrônico mundial, o ciberespaço. Compreender essa dinâmica é fundamental para uma visão mais profunda do complexo processo comunicacional contemporâneo.

Contra o consumo indecente

A possibilidade de superação das “amarras da materialidade do mundo”, através do *click* das tecnologias que estariam disponíveis em qualquer *shopping center*, “real” ou “virtual” para quem pudesse comprar, traz implicações sérias para a educação e para a escola, especialmente.

Dentre os conflitos gerados pela afirmação de particularismos (sujeitos que se expressam através de sua atuação na rede mundial de computadores) e o desejo do universal (grupos interconectados através da rede mundial de computadores) compartilhado por todos, é reforçada a idéia de uma felicidade para cada um e para cada grupo, através de práticas isoladas que, neste sentido, correspondem à ideologia da globalização neoliberal: sem um projeto social que contemple as necessidades mais importantes de todos.

Barreto (2004), analisando as reconfigurações do trabalho docente dentro do enredo das novas tecnologias, nos alerta que a educação como um todo e o trabalho docente, em especial, estão esvaziados. É com base neste argumento que defendemos que a discussão desse paradigma tecnoinformacional contemporâneo deve ser feita, não exclusiva, mas principalmente no espaço escolar.

As interfaces das cidades, em forma de *shoppings*, contemplam todas as esferas, incluindo a educação. Duas implicações para a sociedade devem ser apontadas: a primeira diz respeito ao caráter redutor do ensino se este adquire a forma de produto¹⁸ a ser vendido em prateleiras de espaços privados. A segunda tem a ver com a discussão sobre a apropriação da informação supostamente disponível.

Um dos paradoxos da sociedade de informação é, segundo Santos (1998), que:

¹⁸ Ver, no capítulo I, a seção: “Comodificação da vida e fetichização das tecnologias”.

quanto mais vasta é a informação potencialmente disponível, mais seletiva é a informação efetivamente posta à disposição dos cidadãos. E, como nesse tipo de sociedade o exercício ativo da cidadania depende mais do que nunca da informação que o sustenta, a luta democrática mais importante é a luta pela democratização dos critérios da seleção da informação.

A sociedade tem que assumir a crítica da comunicação para o redimensionamento de suas práticas, principalmente nos espaços escolares, sem desconsiderar os outros elementos constitutivos das interações humanas, mas pensando-os como espaços de discussão e de formulação de críticas às práticas sociais.

A mobilidade e o isolamento das relações e dos novos hábitos de consumo posicionam indivíduos (alguns mais outros menos) interligados e isolados, como se essa nova configuração proporcionasse a participação na vida como um todo. As modificações na paisagem, na perspectiva da análise dos espaços escolares, nos mostram o empobrecimento do presencial e a valorização da distância para um consumo mais rápido, não importando a qualidade deste ensino-aprendizagem. O consumo assim está associado às divisões do homem e da sociedade, bem como à junção de elementos conflitantes, visando o lucro e a expansão do capital.

A escola novamente vive um momento em que se vê diante de uma reconfiguração do seu espaço, em sentido amplo. Num mundo fragmentado, contemporâneo, a presença das TIC no espaço escolar, numa perspectiva de substituição tecnológica, dispensa cada vez mais a presença do trabalho docente. A escola é considerada, por alguns, não apenas como não sendo o único lugar em que se aprende, e isto é real, mas até como o lugar onde não se aprende (cf. Educação e Tecnologia, 2006). Uma interação virtual, proporcionada por essas tecnologias, traz de forma dúbia o antigo sonho de universalidade do saber, abrindo possibilidades de se pensar uma escola sem um território definido e levanta questionamentos sobre a permanência de algumas concepções “sólidas” de educação e da desigualdade brutal intra e internacional na esfera global de inclusão/exclusão.

O turbilhão de informações a que somos submetidos confunde mais do que informa. Com a perda gradativa de referenciais, dentro de um sistema de trocas injustas de saberes, os não-informatizados, os desconectados, os desplugados, aqueles que ainda não chegaram a um desenvolvimento tecnologicamente suficiente para produzir tecnologia, só têm uma alternativa: serem consumidores desta (Canclini, 2005), na floresta virtual em que se torna o mundo.

Mas no momento mesmo em que se valoriza o armazenamento de informações em forma de *bytes*, em detrimento da valorização da memória, a ênfase é posta nos instrumentos que podem realizar este registro. Desde muito tempo, a memória humana perdeu sua importância porque não é preciso recorrer a ela, dada a opção do registro de algum pensamento realizado em diferentes épocas, por diversos instrumentos.

Entre as disputas pela posse do conhecimento, a escola aparece, sem dúvida, como um importante lugar para as discussões apresentadas. O potencial emancipatório do espaço escolar é inegável, especialmente em se tratando da escola pública em contextos marcados por desigualdades brutais, como é o caso do Brasil.

Através da reconfiguração das relações sociais, viabilizada por tecnologias cada vez mais presentes no cotidiano, apontamos um paradigma tecnoinformacional que pode ser caracterizado pelas quatro tendências apontadas: simulação, comodificação, democratização e fetichização. É a simulação da democratização do conhecimento através do acesso à informação, com as tecnologias fetichizadas vistas como realizadoras de todos os desejos. A discussão desse paradigma tecnoinformacional contemporâneo é imprescindível no espaço escolar: sem substituição tecnológica, ou seja, sem que a tecnologia seja posta no lugar dos professores, mas incorporadas como novas possibilidades para o trabalho docente.

CAPÍTULO IV

AS TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

As tecnologias nas práticas educativas se encontram entre as discussões mais importantes da sociedade atual, pelas transformações potenciais dos novos suportes de leitura e comunicação e pelas implicações para o trabalho docente, considerando o ensino e a aprendizagem em diferentes realidades no mundo.

Diante da constatação das brutais diferenças que a sociedade do comércio mundial produz, a partir da idéia de uma sociedade da informação onde todos teriam iguais oportunidades de acesso, tentaremos aprofundar as questões que nortearam esta pesquisa, focalizando as questões relativas às relações sociais mediadas pelas tecnologias; às fronteiras e dicotomizações que essas tecnologias presumem; às idéias de democratização da informação disponível a todos através da rede informática mundial, onde a inclusão social estaria ligada ao consumo das tecnologias; e, com base na análise de duas práticas educativas centradas nos modos de incorporação das TIC às respectivas práticas.

Este capítulo final está estruturado como tentativa de encaminhar as questões que sustentam o estudo:

- a) Quais são os modos pelos quais a aposta nas tecnologias tem se concretizado?;
- b) Quais têm sido as implicações desta aposta para a educação?; e
- c) Partindo da hipótese de trabalho de que (a) e (b) impliquem simplificações, quais são as alternativas para superá-las?

No que diz respeito à primeira, retomamos alguns aspectos da ressignificação das TIC nas relações sociais, enfocando a apropriação destas em meio a tensões que caracterizam as tendências abordadas no capítulo inicial deste estudo. Dentro das quatro tendências apontadas como características da sociedade atual (simulação, fetichização, democratização e comodificação), está localizada a educação imersa na ideologia da globalização, em meio aos seus imperativos que, em nome do futuro, do progresso e da prosperidade, vende a idéia de uma sociedade plena de igualdades através do acesso ao conhecimento, da suposta universalização do saber. As novas tecnologias da era informática promoveriam a superação dos limites humanos e das fronteiras entre os diferentes grupos, na chamada “sociedade do conhecimento” (Mattelart, 2001), indissociável da “religião das máquinas” (Felinto, 2005).

É possível verificar que: as relações interpessoais estão cada vez mais mediadas pelas TIC; a compressão tempo-espaço se faz através da possibilidade de interlocução em tempo real (envio e recebimento simultâneos de informações); e a produção imagética e simbólica representando a realidade, determinando o que sentimos a partir de um universo virtual, evita outros enfrentamentos. Na passagem para a segunda questão, a culminância da aposta nas TIC tem sido o chamado “novo paradigma”¹⁹ ou “paradigma educacional emergente” (Barreto, 2004, p.1.196), que pode ser resumido na idéia de que a escola não faz mais muito sentido, na medida em que não acompanha a rapidez dos novos suportes de comunicação e as novas relações mediadas pelas TIC.

Para superar as simplificações da utilização das TIC como aposta na superação dos problemas da educação, é preciso retomar, do ponto de vista político-pedagógico, o reconhecimento de que as TIC, ao abrir novas possibilidades para a educação, colocam novos desafios para o trabalho docente.

¹⁹ Presente no *site* do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2007.

Entretanto, estes mesmos desafios, reconhecidos e trabalhados nos países ricos, têm sido obliterados por supostas soluções mágicas nos países pobres. Exemplos significativos podem ser encontrados em *TechKnowLogia* (*International Journal of Technologies for the Advancement of Knowledge and Learning*), publicação *on line* UNESCO – OCDE (www.techKnowLogia.org)²⁰, que visa a dar conta das tendências e desafios mundiais (Barreto, 2001, p.21).

No artigo “Treinamento de professores ou desenvolvimento profissional permanente?”²¹, de Delannoy (Banco Mundial), é abordada a mudança do paradigma na formação de professores (de Primeiro Mundo), que nem faz uma separação entre formação inicial e em serviço, caracterizando um *continuum* que articula teoria, prática e pesquisa, abrangendo a formação inicial, a inserção na profissão e o desenvolvimento profissional ininterrupto. No caso, as tecnologias fazem parte das estratégias para aperfeiçoar o processo de formação como um todo.

Mas, ao tratar da formação de professores nos países “em desenvolvimento”, as tecnologias recebem tratamento diferenciado: são imediatamente deslocadas para estratégias de educação a distância, especialmente em programas de certificação em larga escala. No texto, Delannoy destacadas iniciativas do Brasil, Uganda e Vietnã, reforçando as idéias de homogeneização, nivelamento por baixo, simplificação das questões, e *apartheid* educacional (Leher, 1998).

Este deslocamento é analisado por Martín-Barbero (1997, p. 255-6) como sendo um exemplo de privilégio dos meios, em detrimento das mediações:

a *imagem* das "novas" tecnologias educa as classes populares latino-americanas na atitude mais conveniente para seus produtores: a fascinação pelo novo fetiche [...] Uma das "novidades" que as modernas tecnologias da comunicação supostamente apresentam é a contemporaneidade entre o tempo da sua produção nos países ricos e o do seu consumo nos países pobres: pela primeira vez não estaríamos recebendo as máquinas de segunda mão! Enganosa contemporaneidade, porém, uma vez que encobre a não-contemporaneidade entre objetos e práticas, entre tecnologias e usos,

²⁰ Especialmente o Volume 2, Issue 6, Nov-Dec 2000, temático: “*Teacher development @ tech*”.

²¹ “*Teacher Training or Lifelong Professional Development?*”

impedindo-nos assim de compreender os sentidos que sua apropriação adquire historicamente.

O autor contrapõe, a esta tendência, uma prática concreta que resulta em apropriação das TIC, especialmente importante porque não prevista:

Num bairro pobre de Lima, um grupo de mulheres organizou um mercado. Nele havia um gravador e alto-falantes, que apenas o administrador utilizava. Com a colaboração de um grupo de apresentadores, as mulheres do mercado começaram a usar o gravador para saber o que os habitantes do bairro pensavam sobre o mercado, para tocar música nas festas e para outros fins. Até que a censura se apresentou, na figura de uma religiosa que ridicularizou o jeito de falar dessas mulheres e condenou a ousadia de pessoas que, "sem saber falar", atreviam-se a usar os alto-falantes. Provocou-se assim um crise; durante algumas semanas, as mulheres não quiseram saber mais do caso. Algum tempo depois, porém, o grupo de mulheres procurou os apresentadores e afirmou: "Pessoal, a gente descobriu que a religiosa tem toda razão; a gente não sabe falar, e nesta sociedade quem não sabe falar não tem a menos possibilidade de se defender nem pode nada. Mas a gente também passou a entender que com a ajuda desse aparelhinho aqui - o gravador - a gente pode aprender a falar". Desde esse dia as mulheres do mercado decidiram começar a narrar suas próprias vidas; deixando de usar o gravador apenas para escutar o que os outros diziam, elas passaram a usá-lo para aprender a falar por si próprias (p.257).

As TIC nas práticas educativas podem ser definidas na desigualdade do uso dessas tecnologias entre os dois hemisférios. No Norte, no Primeiro Mundo, existe um excedente de produção que deve ser consumido; abaixo da linha do Equador estão os consumidores em potencial. Embora esta relação extremada, resumida nestes dois pontos separados, não reflita os diferentes conflitos do processo de exclusão a que são submetidos os diferentes povos, é um ponto de partida significativo na perspectiva de inclusão social e de crítica aos novos hábitos de consumo, que incluem a educação como uma mercadoria a ser consumida num mundo de oportunidades, para quem pode consumi-las.

Uma educação, diante dos avanços tecnológicos aos quais todos teriam acesso, reflete a manutenção do que Gramsci (1984) chamou "dualidade educacional" – uma educação para os

ricos e outra para os pobres. No caso, a dualidade pode ser verificada tanto em nível nacional quanto internacional.

A ideologia da globalização parece não se sustentar mais na imagem de uma liberalização econômica que propiciaria oportunidades a todos, necessitando cada vez mais de apelar para mecanismos de legitimação. A própria ONU admitiu recentemente que a "globalização e liberalização como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas". Segundo a matéria do jornal²², que leva o título "*Flat World, Big Gaps*" (Um Mundo Plano, Grandes Disparidades, em tradução livre), editada por Jomo Sundaram, secretário-geral adjunto da ONU e Jacques Baudot, economista especializado em temas de globalização, "a distribuição das receitas individuais melhorou levemente [...] mas mesmo assim a repartição da riqueza mundial piorou e os índices de pobreza se mantiveram sem mudanças entre 1980 e 2000".

Diante da fetichização das tecnologias, é importante analisar as atuais tendências das políticas educacionais, principalmente em relação à Educação a Distância.

Tendências das políticas educacionais

Dentre as tendências das políticas educacionais relacionadas às recomendações dos organismos educacionais, pode ser observada, como já foi dito acima, a distinção entre as propostas de utilização das TIC em países do Norte e do Sul, onde os primeiros agregam novas possibilidades aos processos pedagógicos e aos últimos são reservadas estratégias de substituição tecnológica, com ênfase na formação de professores a distância (EAD), resultando em certificação em massa.

²² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104540.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2007.

Assim, as simplificações e deslocamentos caracterizam as propostas oficiais de EAD, expressando o esvaziamento da formação de professores, progressivamente deslocada para “capacitação em serviço” ou até mesmo “reciclagem”, já que a formação inicial “presencial” não conta com o financiamento internacional alocado nas TIC para a EAD, não garantindo sequer o direito de acesso às tecnologias. São as TIC no centro do processo, as considerações pedagógicas nas margens e as questões de fundo obliteradas.

Duas cisões importantes marcam esta formação. A primeira é a dicotomização: formação inicial x formação continuada, em nova feição. Se, até os anos noventa, o termo formação parecia remeter apenas à inicial, passou a apontar prioritariamente para uma formação continuada baseada em pacotes educacionais, contando com quase todos os investimentos nacionais e internacionais. Como afirmou Torres (1998, p.176): “a questão mesma da formação inicial está se diluindo, desaparecendo”. E, no momento atual, a EAD constitui o principal mecanismo de expansão do Ensino Superior, como alternativa barata e simplificada.

A segunda cisão corresponde à modalidade de ensino na formação: presencial x a distância. Como afirma Barreto (2004, p.1192),

na modalidade presencial, as políticas em curso apontam para a cisão: ensino e pesquisa, desqualificando o chamado “modelo europeu de universidade”, constituído pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. E, no que tange às TIC, a ausência de investimentos específicos e a dotação orçamentária minguada sequer garantem o direito de acesso. Enquanto isso, na formação a distância, entre simplificações como a simples transposição de aulas para os novos suportes, o acesso às TIC fica restrito à condição de usuários ou consumidores, até mesmo esta podendo ser perdida ao final do processo, face às condições materiais de existência dos sujeitos em formação e à remuneração que percebem quando formados.

Os modos de objetivação das TIC que constituem a base destas cisões passam ao largo da análise das condições da sua inserção nos processos pedagógicos como um todo. Isso quer dizer até mesmo que algumas iniciativas que pretendem potencializar os processos presenciais pelo

recurso às TIC, como nos cursos chamados “semi-presenciais”, não mostram um redimensionamento da carga horária e da remuneração dos professores para incluir o trabalho extra de leitura dos textos dos alunos nos fóruns ou listas de discussão, resposta a e-mails, etc. As TIC, nesta perspectiva da substituição tecnológica, não podem ser dissociadas da precarização do trabalho docente: processos de sub-contratação, de tempo parcial e de terceirização.

Ambos os grupos formados a partir das condições mencionadas não contam com as condições necessárias à apropriação educacional das TIC, já que nenhum deles é formado no trabalho com elas. Há uma supervalorização dos materiais e seus atributos, como atratividade e interatividade, sem que este último aponte sequer para a interação dos sujeitos com eles. Em outras palavras, é como se a simples presença das TIC resolvesse todas as questões educacionais. É como se o trabalho com elas não precisasse ser focalizado.

Formação de professores – sem acesso x acesso limitado

A substituição tecnológica, principalmente em relação ao aligeiramento dos processos de formação para a certificação em larga escala, pode ser resumida no movimento das TIC “em vez de”, reduzidas a estratégias e materiais de EAD (Barreto e Leher, 2003).

Podemos citar como exemplo o artigo de Labarca (1995), que na época era consultor da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), para elucidar os deslocamentos operados para promover a substituição tecnológica. Neste, vemos que o primeiro passo é a expansão do conceito de tecnologia, “no sentido de combinação de recursos materiais e humanos” O segundo é a adição de argumento de ordem estritamente econômica: “em educação, o recurso humano decisivo para qualquer cálculo econômico é o docente” (p.165). O terceiro

passo é posto como a quebra do “monopólio docente na transmissão do conhecimento” (p.174), correspondendo à substituição do professor por “tecnologias mais eficientes”:

os docentes deixam de ser os principais depositários do conhecimento e passam a ser consultores metodológicos e animadores de grupos de trabalho. Esta estratégia obriga a reformular os objetivos da educação. O desenvolvimento de competências-chave [...] substitui a sólida formação disciplinar até então visada. O uso de novas tecnologias educativas leva ao apagamento dos limites entre as disciplinas, redefinindo ao mesmo tempo a função, a formação e o aperfeiçoamento dos docentes. (p.175-176).

A formação baseada em competências está explicitamente articulada às TIC na construção do paradigma da substituição tecnológica. A base são as habilidades e competências, trabalhadas através de materiais auto-instrucionais, preferencialmente com o recurso às TIC, que podem ser caracterizadas como *modus operandi*, já que

não mudam substantivamente as propostas dos organismos internacionais para os contextos em que o acesso às TIC é mais difícil. O que é redimensionado são as tecnologias mesmas, sendo defendido o uso de materiais impressos, produzidos em nível central e distribuídos aos professores, desde que acompanhados de algum tipo de variação em torno de manual de instruções (Barreto, 2004, p.1194).

Em outras palavras, as TIC são preferíveis, sem serem determinantes. Podem ser redimensionadas, com as velhas em lugar das novas, com pacotes impressos em vez da TV, do vídeo e do computador, mas a estratégia e o paradigma permanecem.

Enfatizando que os processos de formação não têm favorecido o trabalho com as TIC, Barreto (2002, p.230) afirma:

Não estando presentes no cotidiano dos cursos de formação (inicial) de professores, de modo a sustentar alternativas teórico-metodológicas em condições de produção adequadas, as tecnologias continuam, salvo algumas exceções, como uma novidade para os professores. Assim, não chegam a ser surpreendentes as dificuldades e hesitações verificadas no trabalho com elas. Falta, minimamente, um trabalho sistemático com as relações entre mídia e educação para o dimensionamento da apropriação educacional das TIC.

É digna de nota a falta de um trabalho sistemático com as relações entre mídia e educação para o dimensionamento da apropriação educacional das TIC. As simplificações, que sustentam a terceira questão do estudo, começam da nomeação da secretaria ministerial criada para dar conta das tecnologias (Secretaria de Educação a Distância) e envolvem ações como a priorização dos investimentos em equipamentos a serem distribuídos pelas escolas: DVDs, computadores etc.

O pressuposto é o de que os problemas educacionais, e até os sociais, serão resolvidos pela “doação” de equipamentos-fetiche, de cuja escolha as escolas podem nem participar. A este respeito, Pretto (1999) observa:

mais uma vez, a escola sendo dirigida de fora e de cima, com os computadores, os novos projetos de comunicação como o TV Escola, sendo mais uma vez instrumentos - mais modernos! - de verticalização do sistema, no sentido de se montarem grandes bancos de dados e programas à distância para serem consumidos, numa apregoada interatividade que coloca professores e alunos apenas num patamar da chamada qualidade mínima. Não se vê nessas políticas, a *vontade* de promoção de uma formação básica sólida que possibilite professores, usando as tecnologias, readquirirem o seu papel fundamental de lideranças dos processos educacionais.

Se o movimento tem sido em mão única, de cima para baixo, ignorando as práticas concretas desenvolvidas no espaço escolar, é preciso que as alternativas produzidas nas práticas concretas dos professores nas escolas sejam socializadas e exerçam pressão de baixo para cima. Daí a citação da estratégia utilizada pelas mulheres peruanas, diante do seu suposto “não saber”, em contraposição ao autoritarismo dos saberes legitimados dos especialistas.

Os novos materiais trazidos pelas TIC, como textos tecidos pela articulação de linguagens, cuja leitura pode favorecer trabalho multidisciplinar, coletivo, podem ser caracterizados como materiais cuja produção rompe com as velhas cartilhas e cuja leitura deve romper também. O grande desafio trazido pelas TIC diz respeito aos modos da sua inserção no trabalho docente, superando os usos simplificados que o discurso oficial tem promovido e até

mesmo reduzido a aspectos como controle do tempo (Barreto, 2005). As TIC só abrem novas possibilidades para a educação quando implicam o enriquecimento dos processos em que são inscritas. Quando a presença dessas TIC tem o sentido de promover a distância dos sujeitos, a multiplicação do seu número, a redução do tempo e o aligeiramento dos processos, essas possibilidades são eliminadas.

É fundamental dimensionar política e pedagogicamente a presença das TIC no espaço escolar, ao mesmo tempo em que é necessária a sua democratização na educação, especialmente quando a escola representa a única possibilidade de acesso para a maioria dos alunos das escolas públicas, em um país economicamente tão desigual.

Alguns exemplos de usos simplificadores poderiam ser destacados, mas o caso da informática é bem significativo. A fetichização das TIC até permite a circulação de expressões como “aprender computador”, como se este fosse um conteúdo específico: Língua Portuguesa, Matemática, História, etc. A diferença estaria na importância atribuída a ele, muito maior que aos demais “conteúdos”. Entretanto, na escola, neste enredo de simplificações, o trabalho tende a ficar restrito a formas de iniciação à informática, sem se aproximar da informática educativa, longe da possibilidade da incorporação educacional dos seus recursos. A figura do computador pode funcionar assim como uma promessa extremamente sedutora e auspiciosa, a não ser cumprida, como aposta na inclusão na sociedade informatizada, seja ela chamada de sociedade da informação, do conhecimento ou dos saberes.

Paiva (2006, p. 157) desmistifica a presença do computador na escola, caracterizando-o como um “corpo *pedagogicamente* estranho”, em torno do qual os sujeitos parecem apenas orbitar:

o computador vem sendo introduzido no espaço escolar para responder e atender a uma demanda política e econômica, sem que sejam definidas num primeiro momento para a equipe docente, suas intencionalidades pedagógicas, haja vista que *não*

*percebemos avanços no imaginário dos professores, no que tange às suas práticas profissionais, pois a atuação de ser professor não assimila esta incorporação no interior da escola. Com isto não queremos dizer que "nas tangentes" esta incorporação não se processe, ela ocorre sim, ocorre na elaboração de materiais didáticos, na digitação de provas, mas dentro da escola o computador é para estes sujeitos (docentes) como *um corpo tecnológico pedagogicamente estranho, em órbita no espaço educacional*. (grifos nossos).*

A introdução de *corpos tecnologicamente pedagogicamente estranhos* na escola é nuclear nas políticas educacionais, onde é possível perceber a dificuldade de reverter o quadro das simplificações em nível macro, no que diz respeito à distribuição dos “kits tecnológicos” a instituições de ensino sem voz nem vez.

Alternativas de formação docente estão sendo forjadas nas universidades e práticas significativas estão sendo inventadas nas escolas. É preciso continuar inventando táticas, a serem socializadas para sustentar a formalização de propostas contra-hegemônicas de incorporação educacional das TIC. Sem reforçar a perspectiva da substituição tecnológica, agregando novos sentidos à formação e ao trabalho docente.

Apropriação educacional das TIC: duas práticas

Para entender as tensões que existem entre as relações do cotidiano das escolas e a utilização dos novos suportes de ensino e aprendizagem diante das propostas políticas de inclusão/exclusão a partir das TIC, é importante considerar que essas tecnologias são recontextualizadas: as TIC têm seu pertencimento demarcado em áreas não-educacionais, no sentido de que são produzidas no contexto de outras relações sociais e para outros fins. Bernstein (1996, p.258-259), ao abordar a construção social do discurso pedagógico, afirma:

Se as regras distributivas marcam e distribuem quem pode transmitir o quê a quem, e sob quais condições e, ao fazê-lo, tentam estabelecer os limites exteriores e interiores do discurso legítimo, então o discurso pedagógico consiste nas regras de comunicação especializada através das quais os sujeitos pedagógicos são seletivamente criados. [...]O discurso pedagógico é um princípio para apropriar outros discursos e colocá-los numa relação mútua especial, com vistas à sua transmissão e aquisição seletivas. O discurso pedagógico é, pois, um princípio que tira (desloca) um discurso de sua prática e contexto substantivos e reloca aquele discurso de acordo com seu próprio princípio de focalização e reordenamento seletivos (grifos do autor).

A recontextualização das TIC não pode se esgotar na proliferação de formatos novos para velhos conteúdos, como uma espécie de maquiagem. Precisa incluir não artefatos tomados como fetiches, mas propiciar novas condições de produção de leituras, necessariamente plurais, na medida em que indissociáveis de diferentes lugares sociais e das histórias dos sujeitos. Dito de outro modo, não basta ter computador para executar tarefas como desenhar e digitar. Não basta ter TV e DVD como suportes para a veiculação de produções fílmicas, se estas forem seguidas por perguntas literais, factuais, ou para legitimar a interpretação hegemônica, quando estas produções podem sustentar a discussão dos valores e questões sociais. Não basta ter artefatos que permitam ouvir, especialmente quando os sujeitos ocupam lugares e posições em que a falta maior é a de espaço de falar e trocar.

Para o redimensionamento dos processos pedagógicos, é imprescindível um olhar atento à utilização de novos suportes de leitura nas escolas. Com base neste pensamento, segue a reflexão anunciada no primeiro capítulo, elaborada a partir de duas práticas educativas: (1) acompanhamento de uma turma de 1º período de professoras em formação, na disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas (PPP), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e (2)

participação na inserção de uma rádio em escola da rede municipal, sem vínculo com os parâmetros do programa oficial Rádio Escola, da SEED- MEC.²³

As duas práticas têm, em comum, propostas de apropriação das TIC em instituições públicas de ensino. Assumem características distintas, na medida em que desenvolvidas em contextos diversos. A primeira está inscrita em disciplina específica na universidade, enquanto a segunda, no ensino fundamental, extrapola os limites das salas de aula, em direção à escola como um todo.

Na universidade pública

O componente curricular em questão é definido no documento “As disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas e Atividades Culturais no currículo do curso de Pedagogia” (UERJ, s/d). Abrangendo seis períodos, é caracterizada como um espaço/tempo curricular que propicia encontros entre os múltiplos componentes curriculares das disciplinas obrigatórias, gerais e específicas de cada campo, em diálogo com as disciplinas eletivas, de modo a propiciar visão mais ampla dos campos de formação do pedagogo, já que articulada a Atividades Culturais. Pode ser caracterizada também como o encontro entre docentes e discentes em atividades que possam ser estendidas a outros interessados, formadores e formandos dos cursos e/ou outros interessados nas questões educacionais.

As orientações teórico/epistemológico/metodológicas enfocam a prática pedagógica do/no cotidiano nos diversos espaço/tempos do exercício profissional da formação do Curso,

²³ O Programa Rádio Escola oferece três tipos de produtos de educação a distância usando a tecnologia do áudio: a série do professor, a série do aluno e a série do radialista para funcionar como recurso pedagógico na capacitação dos professores; como material didático de apoio para ser utilizado em sala de aula; e como programas para veiculação em emissoras de rádio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=155&Itemid=292>. Acesso em: 11 fev. 2007.

abrangendo outras atividades fora da sala de aula. Algumas especificidades da disciplina devem ser destacadas: os quatro tempos semanais previstos em um mesmo dia para todos os alunos possibilitam a integração com diferentes grupos e/ou atividades diversas simultâneas; as saídas previstas para atividades externas, neste formato, não dificultam as atividades em outros espaços de diálogo, com outros grupos; a disciplina se divide em seis períodos onde um "conteúdo geral" guia o percurso sem restringi-lo a especificidades previamente estabelecidas: cada professor, juntamente com os seus alunos a partir de avaliações poderá propor outros conteúdos possíveis.

A partir desta proposta, foi desenvolvida, no primeiro semestre de 2006, a PPP I, com o tema "Tecnologias na Educação", sob a responsabilidade da professora Raquel Goulart Barreto. O trabalho foi centrado na incorporação das tecnologias TV e vídeo/DVD para a introdução ao próprio tema, a ser tratado ao longo dos seis períodos previstos. Foram selecionados filmes que abordassem as tecnologias nas relações sociais, com duplo propósito: (1) discutir a incorporação de produções fílmicas como material de ensino e pesquisa; e (2) introduzir a temática das TIC neste tempo-espço, notadamente no que diz respeito às aproximações entre o humano e o maquínico, de modo a permitir que as discussões assumissem o contexto social e a dimensão cultural como horizonte para o trabalho em sala de aula, nos termos da já citada "recontextualização", referenciada em Bernstein.

Foram trabalhados os filmes: *O show de Truman*, *Denise está chamando*, *Inteligência Artificial*, *Robôs*, *A vila e A Ilha*, nesta ordem²⁴. A proposta foi partir de filme comumente veiculado pela TV, no sentido de permitir a discussão das condições da sua incorporação como material de análise no contexto específico de ensino. No caso, o tema era o mais radical dos

²⁴ As questões discutidas estão incorporadas às análises apresentadas no segundo capítulo deste estudo. A trajetória aqui reconstituída foi feita em parceria com a professora responsável pela disciplina.

reality shows, envolvendo toda a existência de um indivíduo refém, cuja libertação é a culminância da luta pelo seu lugar de sujeito, rompendo com as condições não escolhidas.

O segundo filme, *Denise está chamando*, representou algumas mudanças. Não sendo um filme de sucesso, do ponto de vista comercial, não é veiculado na TV. Não focaliza o drama de um indivíduo. Ao contrário, catalogado como comédia, satiriza mudanças nas relações sociais a partir do uso intensivo do telefone, em substituição ao contato face a face. Os alunos foram duplamente provocados. Por um lado, a experimentar o estranhamento diante de um filme que se afasta do que se poderia chamar de “formato hollywoodiano”. Por outro, a se defrontar com a radicalização de práticas que já fazem parte do seu cotidiano, em programas de comunicação síncrona via internet, como o *MSN*.

O terceiro filme, *Inteligência Artificial*, era de ficção científica. Era, portanto, mais do que uma especulação futuroológica, uma representação sintética dos anseios e receios que marcam o presente. Recuperando Felinto (2005, p.125), “enquanto a reflexão teórica assume ares de narrativa ficcional e fomentadora da absoluta liberdade do leitor, os produtos da cultura (romances, filmes, obras de arte) tornam-se cada vez mais auto-reflexivos e teóricos”. Era a possibilidade de discutir a reconfiguração de uma fábula conhecida (Pinóquio) nas condições históricas atuais, tendo como centro as relações entre os atravessamentos do humano e do mecânico, nas suas dimensões natural e artificial.

O quarto, *Robôs*, como filme de animação, era endereçado ao público infantil e, como tal, produzido de forma a propiciar diferentes níveis de apropriação. Foi incorporado como metáfora social e como expressão da luta por hegemonia, na medida em que as relações de poder funcionavam como móvel da trama, envolvendo a aproximação de um jovem idealista e do “grande capitalista” para salvar a todos da “tirania do novo”: a substituição das partes e até mesmo de “totalidades específicas” por versões mais modernas. Seus deslocamentos de sentidos,

inscritos em estratégias de legitimação, foram objeto de análise, resultando na desmistificação da ingenuidade suposta, em nível de senso comum, nos filmes infantis.

Em *Inteligência Artificial* e *Robôs*, a questão da substituição tecnológica era central. Também o era, por mecanismos antitéticos em *A Vila*, quinto filme selecionado. Neste, a recusa do que tem sido posto como “efeitos colaterais” da inovação tecnológica, ainda que o núcleo seja a violência constitutiva da sociedade capitalista atual, foi abordada a partir do retorno artificial a um modo de vida comunitário, necessitado de fronteiras muito bem demarcadas para a sua sobrevivência. As discussões estiveram centradas nas conseqüências daquela fuga para o passado, que até permitiu o retorno a velhas tecnologias, mas não a eliminação do que nunca era falado, em um contrato social baseado na violência simbólica: na omissão e na legitimação da mentira para a manutenção da ordem e da tranqüilidade.

No sexto e último filme, *A Ilha*, outra ficção científica, a marca era a da radicalização das questões discutidas anteriormente: um universo de clones, sob encomenda, mantidos para morrer e, neste movimento, salvar a vida dos seres humanos que pagaram pelas cópias. Foram destacados aspectos como: o novo patamar da artificialidade; a simulação não como parte, mas como constituição mesma daquele universo específico e das suas relações com o exterior; e a indistinção entre o que “natural” e o “artificial”, o “humano” e o “maquínico”, na reconfiguração das possibilidades de objetivação e com suas implicações éticas.

A partir do conjunto de filmes, foi sistematizada uma introdução à apropriação educacional dos produtos culturais, destacando os gestos de leitura e as condições específicas da sua produção, como modos de sustentar o trabalho com a polissemia, buscando evitar a sua degeneração em paráfrase, na legitimação dos sentidos hegemônicos.

Na escola pública

A segunda prática educativa desenvolvida com a inserção de tecnologias foi realizada na Escola Municipal Adalgisa Monteiro, em 2004, com a implantação da Rádio Floresta, não restrita a turmas ou disciplinas específicas, abrangendo os mais diversos espaços e os sujeitos que neles interagem.

Como já foi registrado, a rádio não mantinha relação com o programa específico da SEED-MEC. Foi produzida a partir da manifestação do desejo da própria escola, visando a dinamizar suas práticas, embora tenha contado com financiamento de uma empresa privada e tenha sido montada e acompanhada durante um ano por uma ONG. Sem entrar no mérito das políticas de incentivos fiscais e das questões relativas ao risco de substituição do poder público nas escolas, o que este relato pretende é destacar a importância de que alunos e professores possam falar e ser ouvidos, em espaços construídos coletivamente.

A referida escola está localizada no Condomínio Floresta, próxima à entrada da comunidade de Rio das Pedras, no limite do bairro Itanhangá, recebendo cerca de 500 alunos que cursam até a 4ª série do ensino fundamental. Dispondo de espaço físico bastante reduzido, buscou a criação de um espaço de diálogo para além da materialidade que a circunscrevia.

A Rádio Floresta, fisicamente, compreendia um pequeno estúdio dentro da Sala de Leitura para a transmissão de uma programação feita nos intervalos e durante as aulas. Sua produção poderia ser ouvida através de caixas de som colocadas nas salas de aula e nos corredores, podendo a professora de cada sala ouvi-la ou não, utilizando-se de um controle volume que possuía cada caixinha de som instalada nas salas de aula e nos pátios.

Na programação, dois aspectos merecem destaque. O primeiro diz respeito à ausência de uma grade fechada, elaborada de cima para baixo, mas produzida em encontros sistemáticos com

os alunos. O segundo é a sua concepção para além dos conteúdos específicos, em proposta aberta que, como tal, poderia incluí-los.

O primeiro aspecto pode ser uma chave de leitura para a inserção dos professores no projeto:

Desde o seu primeiro momento, a proposta incluiu três possibilidades básicas de participação em um programa: locução/apresentação; sonoplastia; ou alguma participação especial, quase sempre baseada no aproveitamento do espaço do estúdio, uma sala de leitura, com os alunos podendo ler pequenas histórias contidas nos livros. Em outras palavras, foi marcada pelo movimento de abranger diferentes linguagens, no sentido da sua articulação.

O sentido maior da rádio é o de permitir formas de expressão artística e cultural da comunidade escolar e local. Ao invés de configurar um plano de atividades pré-estabelecidas, partiu da negação dos pacotes prontos e de qualquer obrigatoriedade de participação. Começou com os alunos, sem deixar de convidar as professoras que, no princípio, pareciam participar apenas da cessão de horários.

[Em um segundo momento], as professoras já estão “no ar”: soltando a voz, soltando o verbo, trazendo novas contribuições ao trabalho de produção coletiva, em que também se reconhecem como sujeitos. Têm a possibilidade de propor e realizar oficinas para adquirir os conhecimentos técnicos que desejarem. Não são “treinados” ou “capacitados”, como se fossem incapazes diante das TIC, como se não soubessem dimensionar suas necessidades e interesses (Barreto, 2005, p.150).

Essas ações nos revelam muito sobre as práticas educativas associadas ao uso das TIC, em um movimento de apropriação destas nos processos pedagógicos. A utilização de um equipamento simples, que permite uma interlocução não somente diferente e inovadora, propicia múltiplas formas de participar, múltiplas formas de interferir. Enfim, um universo de novas possibilidades que alunos e professoras podem experimentar, deixando de alguma forma registradas as suas marcas, resignificando, como produção, o que até então só era conhecido como possibilidade de recepção/audição. O rádio pensado como tecnologia nem tão nova, muitas vezes passando despercebido, dada a ausência de reconhecimento do mesmo como algo potencialmente “novo”.

O movimento de apropriação dos alunos e professoras da Escola Adalgisa Monteiro não foi baseado em pré-requisitos ou condições. Dependia do desejo, estava centrado na expansão das possibilidades de comunicação e expressão, remetia a ganhos significativos em termos de auto-estima e sociabilidade, contribuindo para que a escola pudesse perceber melhor a si mesma, não se esgotando na rádio propriamente dita.

Considerações finais e recomendações

As práticas que encerram este trabalho não têm pretensões modelares, nem remetem a generalizações descabidas. São registros sucintos de trajetórias que vão da prática à prática, pela via da elaboração teórica, destacando as condições em que foram produzidas. Neste sentido, podem ser submetidas a novas provas práticas, no movimento de favorecer a configuração de novas trajetórias, na socialização de produtos e da sua reposição como processos, na elaboração teórica de cada prática específica para a produção de outras propostas práticas (Barreto, 1994).

A apropriação dessas tecnologias em diferentes espaços escolares demonstra que o discurso oficial desconhece a realidade das escolas. Estas, por sua vez, não têm encontrado muitos espaços de interlocução para forjar alternativas de troca no contexto atual, marcado pela extrema valorização da presença das TIC em si. O discurso oficial simplifica a aposta nas TIC para a solução dos problemas educacionais, ignorando as condições concretas da sua incorporação educacional. Aposta na substituição tecnológica, desconsidera as múltiplas dimensões do trabalho docente e faz a apologia da competência técnica, muitas vezes reduzida à utilização “correta” dos *kits* tecnológicos. Faz o elogio da informação e do conhecimento, muitas vezes ignorando a própria escola. Como afirma Alves (2004, p.218):

Discutir o papel específico, hoje, da escola para os vários grupos, suas múltiplas diferenças e distâncias, torna-se neste contexto algo premente [...] a escola é um espaço único e especial [...] um *espaçotempo* de juntar pessoas [...] é preciso recuperar o *espaço do saber*, que nada tem a ver com o *lugar de uma certa competência técnica* (grifos da autora).

Na tentativa de sintetizar a trajetória aqui empreendida, é possível identificar três movimentos de incorporação educacional das TIC: (1) a substituição tecnológica; (2) a presença valorizada em si mesma, como um fim; e (3) a apropriação para o enriquecimento dos processos desenvolvidos na escola e para sustentar novas possibilidades, como as relações dos sujeitos com múltiplas linguagens, em trabalho constituído pelo exercício da crítica.

Neste estudo, a partir do reconhecimento das suas limitações, o ponto final não pode ser posto após um conjunto de certezas, mas após um convite a outras análises das relações entre tecnologias, sociedade e educação, a outras leituras dos produtos culturais, a novos recortes e focalizações, etc. Daí a recomendação de que outros estudos empreendam a trajetória que vai da prática à prática, através da reflexão teórica, dando conta: da reunião de práticas diversas e do aprofundamento da análise de práticas específicas, como estudos etnográficos que busquem captar as múltiplas dimensões dos processos, de modo a sistematizar possibilidades de instaurar diferenças significativas no processo de ensino-aprendizagem, para que sejam engendradas e socializadas alternativas concretas para a apropriação educacional das TIC.

Referências bibliográficas

ALVES, N. Imagens de tecnologias nos cotidianos das escolas, discutindo a relação 'localuniversal'. In: ROMANOWSKI et al. (Org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: diversidades, mídias e tecnologias na educação*. Vol. 2. Curitiba: Champagnat, 2004.

BARRETO, R. G. ; OLIVEIRA, J. M. A. de. Entre a civilização e a barbárie, hoje. In: *VII Congreso Internacional de Comunicación Lusófona, 2006, Santiago de Compostela*. Actas do Congresso Internacional Lusocom. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2006. p. 3341-3358.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.39-60.

BARRETO, R. G. A concepção hegemônica de educação a distância. Palestra proferida no V CONED (Congresso Nacional de Educação), São Paulo, 2003 (mimeo).

BARRETO, R. G. et al. As tecnologias no contexto da formação de professores. In: 28ª Reunião Anual da ANPED – 40 Anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil, 2005, Caxambu/MG. *Anais...* Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, CD-Rom.

BARRETO, R. G. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. *Educação e sociedade*, vol. 25, n. 89, pp 1181-1201, dez. 2004.

BARRETO, R. G. *Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros*. São Paulo: Loyola, 2002.

BARRETO, R. G. Da leitura crítica do ensino para o ensino da leitura crítica. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARRETO, R. G. A presença das tecnologias. In: FERRAÇO, C. E. (Org.). *Cotidiano escolar, formação de professoras e professores e currículo*. São Paulo: Cortez, 2005. p.141-156.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUDRILLARD, J., *La société de consommation*. Ses mythes, ses structures. Paris: Gallimard, 1987.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

- BENJAMIN, W. Notas sobre a Filosofia da História. In: *Walter Benjamin*. Kothe, F. & Fernandes, F. (Org.) São Paulo: Ática, 1991.
- BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. Diferentes Abordagens do Conceito de Território. São Paulo. FCT/UNESP, 2004. Disponível em: http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos/051018_TERRITORIO_ESPACO_quarta.pdf. Acesso em: 05 mai. 2006.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CARVALHO A. M. G. O tempo em Geologia. Disponível em: <http://www.triplov.com/galopim/tempo.html>. Acesso em: 24 nov. 2006.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. *A imagem-tempo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DUARTE, N. Ideal e idealidade em Ilyenkov: contribuições para a reflexão filosófico-educacional contemporânea. In: 28ª Reunião Anual da ANPEd – 40 Anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil, 2005, Caxambu/MG. **Anais...** Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, CD-Rom.
- EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA (1996-2002). Raquel Goulart Barreto (Coord.). Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- FELINTO, E. *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FELINTO, E. Como ser pós-humano na rede: os discursos da transcendência nos manifestos ciberculturais. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2004. Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

- FOUCAULT, M. Poder e saber. In: *Ditos & escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2006b.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GODOY, P. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos Geográficos*., Rio Claro, v. 2, n.1, p. 29-42, jun. 2004. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso em: 28 jun. 2006.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GUIMARÃES, G. C. A articulação de linguagens na TV: questões educacionais para a sociedade multimidiática. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUXLEY, A. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2005.
- KEHL, M. R.; BUCCI, E. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LABARCA, Guillermo. Cuánto se puede gastar en educación? *Revista de la CEPAL*, n. 56, p.163-178, ago.1995.
- LEHER, E. M. T. O corpo como fetiche. In: III Seminário Interno Educação e Imagem. **Anais...** Rio de Janeiro, Laboratório Educação e Imagem/ ProPEd-UERJ, 2006. (CD-Rom).
- LEHER, R. A ideologia da globalização na política de formação profissional brasileira. *Revista Trabalho & Educação*. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 4, p.119-134, ago. 1998.
- LEMOS, A. As estruturas antropológicas do ciberespaço. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html>. Acesso em: 24 abr. 2006.
- LEMOS, A. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL LUSOCOM, 2006. Santiago de Compostela. **Actas** do Congreso Internacional Lusocom 2006. Comunicación Local: da pesquisa à produción. Universidade de Santiago de Compostela, 2006. v. 1, p. 3702 – 3720.

LÉVY, P. *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, A. *Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas: Papirus, 1997.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, K. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAIVA, L.G. *Do giz colorido ao data show: uma conexão desconectada da realidade escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006.

PLATÃO. *Fedro*. Lisboa: Verbo, 1973.

POMBO, O. *Sociedade de controle*. Universidade de Lisboa. Portugal. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/Sociedade%20de%20controle.htm>. Acesso em: 23 mai. 2006.

PRETTO, Nelson de Luca. Políticas públicas educacionais: dos materiais didáticos aos multimídias. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 22., 1999, Caxambu. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, V. C. G. Estado como objeto de estudo. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 4, n. 43, jul. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=51>>. Acesso em: 19 dez. 2006.

ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem da desigualdade. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/dadesigualdaderousseau.htm>. Acesso em: 06 ago. 2006.

SANTOS, B S. Economia de cassino. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1998, Folha Dinheiro, p.8.

SANTOS, B. S. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SILVA Jr, J. dos R. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distancia: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de educação*. n. 24, p.78-94, set-dez-2003.

SILVEIRA, R. A. T., Memória e escrita de *Fedro* de Platão. Caderno de Atas da Primeira Reunião da Sociedade Brasileira de Platonistas (ANPOF), Suplemento ao *Boletim do CPA*, n. 10 - ago/set-2000, p. 141-149.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (et al) (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA, F. L. M. A comodificação da educação a partir da fetichização das mercadorias. In: III Seminário Interno Educação e Imagem. *Anais...* Rio de Janeiro, Laboratório Educação e Imagem/ ProPEd-UERJ, 2006. (CD-Rom).

TORRES, R.M. Tendências da formação docente nos anos 90. In: NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CRÍTICAS E PERSPECTIVAS. *Anais...* São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: PUC, 1998. p. 173-191.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. As disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas e Atividades Culturais no currículo do curso de Pedagogia. (mimeo) (s/d)

VILLAÇA, N. M. S. A cultura do fetiche: corpo e moda. Trabalho apresentado ao NP 15 – *Semiótica da Comunicação*. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18149/1/R0243-1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2006.

VIRILIO, P. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, E. M... ‘O que é a agenda “pós-moderna”?’ IN: WOODS, E. M. e FOSTER, J. B. *Em defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 7-22.

ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZUIN, A. A. S.. Educação a distância ou educação distante?O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2007.

Filmes

A ILHA. Direção: Michael Bay. EUA: DreamWorks Distribution LLC / Warner Bros, 2005. 127'.

A REDE. Direção: Irwin Winhler. EUA: Columbia Pictures. 1995. 114'.,

A VILA. Direção: M. Night Shyamalan. EUA: Buena Vista Pictures. 2004. 120'.

DENISE está chamando. Direção: Hal Salwen. EUA: .Davis Entertainment & Slyline Entertainment Partners, 1995. 80'.

INTELIGÊNCIA Artificial. Direção: Steven Spielberg. EUA: DreamWorks Distribution L.L.C./ Warner Bros. 2001. 146'.

ILHA das Flores. Direção: Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema, 1989. 13'.

MATRIX. Direção: Andy Wachowski & Larry Wachowski. EUA: Warner Bros, 1999. 136'.

O SHOW de Truman. Direção: Peter Weir. EUA: Paramount Pictures / UIP,1998. 102'.

ROBÔS. Direção: Chris Wedge. EUA: Fox Films, 2005. 90'.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)